

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**WELLINGTON FERNANDES VIEIRA**

**CENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E GEOPOLÍTICA NO BRASIL (1930-1945).  
A ameaça externa como aglutinadora do processo de desenvolvimento.**

**VERSÃO CORRIGIDA**

**RIO DE JANEIRO**

**2017**

**WELLINGTON FERNANDES VIEIRA**

**CENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E GEOPOLÍTICA NO BRASIL (1930-1945).  
A ameaça externa como aglutinadora do processo de desenvolvimento.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.  
Orientador: Prof. Dr. Raphael Padula.

**RIO DE JANEIRO**

**2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

- V657 Vieira, Wellington Fernandes.  
Centralização do Estado e Geopolítica no Brasil (1930-1945): a ameaça externa como aglutinadora do processo de desenvolvimento / Wellington Fernandes Vieira. – 2017.  
145 p. ; 31 cm.
- Orientador: Raphael Padula.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2017.  
Bibliografia: f. 135-145.
1. Segurança Nacional. 2. Brasil – História – Revolução, 1930. 3. Populismo. I. Padula, Raphael, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 343.01

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**WELLINGTON FERNANDES VIEIRA**

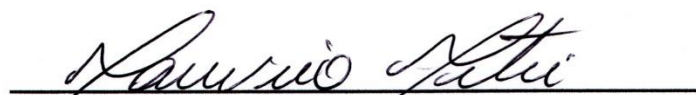
**CENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E POPULISMO NO BRASIL (1930-1945). A  
AMEAÇA EXTERNA COMO AGLUTINADORA DO PROCESSO DE  
DESENVOLVIMENTO.**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO DE  
ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE  
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM  
ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.**

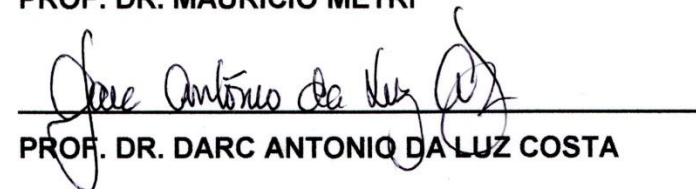
**BANCA EXAMINADORA:**



**PROF. DR. RAPHAEL PADULA (ORIENTADOR)**



**PROF. DR. MAURÍCIO METRI**



**PROF. DR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA**

**OUTUBRO/ 2017**

*À memória do meu tio Jair Luiz Pereira,  
homem honrado e tio amoroso!  
A meu filho Valentín Fernandes Portis e à  
minha esposa Mariana Antunes Portis.*

*Todos os Estados bem governados e todos os príncipes inteligentes tiveram cuidado de não reduzir a nobreza ao desespero, nem o povo ao descontentamento.*

*Maquiavel*

## RESUMO

Neste trabalho buscamos analisar o processo de inserção das massas no cálculo político do Estado brasileiro após a Revolução de 1930, considerando especialmente o papel desta inserção no processo de reconstrução nacional tendo como viés privilegiado sua relação com a noção de Segurança Nacional em questão no período. Uma de nossas preocupações foi discutir como a inserção brasileira no sistema interestatal capitalista possui ligação direta com uma noção de ameaça interna e externa e que esta visão foi construída em um “lugar-comum” na esfera discursiva entre militares e membros da sociedade civil, no início da política populista de Getúlio Vargas. Nesse sentido, buscamos compreender como o afastamento da oligarquia hegemônica do núcleo decisório a partir de 1930 e o “compromisso” entre as massas, as burocracias civis e militares seriam fator de redefinição da construção nacional e, portanto das redefinições das bases nas quais estavam assentadas as percepções de “segurança” e “ameaça”. Para dar conta de nossa proposta, nosso trabalho faz deslocamentos temporais buscando evidenciar relações que se enquadram em processos históricos e permite alargar os estudos acerca do estado brasileiro e sua inserção aos moldes da economia política internacional.

Palavras chave: Revolução de 1930 – Populismo - Estado brasileiro - Segurança Nacional - Forças armadas.

## **ABSTRACT**

In this research our objective is to analyze the process of insertion of the masses in the political calculation of the Brazilian State after the Revolution of 1930, considering specially the role of this insertion in the national rebuilding process having as a privileged analytical bias its relation to the National Security notion in proposition at the time. One of our main concerns was to discuss that the Brazilian insertion on the capitalist interstate system has a direct link on how the state perceives internal and external threats and this view was built by a "common-place" in the discursive sphere between the military and members of the civil society at the beginning of the populist politics of Getúlio Vargas. Accordingly, we seek to understand how the removal of hegemonic oligarchy decision-making core from 1930 and the "compromise" among the masses, the military and civilian bureaucracies would be the redefining factor of national construction and therefore the redefinitions of the bases on which were settled the perceptions of "security" and "threat". In order to accomplish our proposal our work uses temporal displacements seeking out to demonstrate relations that frame themselves in historical processes and allow us to enlarge the studies about the Brazilian state and its insertion in the international political economy frame.

Key-Words: Revolution of 1930 - Populism- Brazilian State - National Security - Armed Forces.



## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1. A construção nacional na Europa e no Brasil: a questão da ameaça na formação dos Estados.....</b>	<b>17</b>
1.1 A variável da guerra na construção do Estado-nação na Europa.....	17
1.2 O Estado sem nação: a inserção do Brasil ao Sistema de Estados.....	29
1.3 A herança da subordinação: a questão da industrialização no Brasil independente...37	
1.4 O exército no Brasil imperial: a subordinação aos poderes locais.....	49
<b>Capítulo 2. A crise do liberalismo mundial e a possibilidade de centralização do Estado no Brasil: a inserção das massas no cálculo político do Estado.....</b>	<b>58</b>
2.1 O reordenamento internacional no início do século XX: as condições de possibilidade para a centralização do Estado Brasileiro.....	58
2.2 Modernização do Estado e inserção das massas: a visão “modernizante”.....	70
2.3 A questão do “interesse de classe”.....	73
2.4 O “Estado de compromisso” e Exército: o braço forte da aliança.....	78
<b>Capítulo 3. O “Estado de compromisso” e as Forças Armadas: a inserção das massas e a redefinição da ameaça.....</b>	<b>87</b>
3.1 A construção da hegemonia no Exército.....	87
3.2 Lugar-comum: aproximação entre sociedade civil e Forças Armadas.....	96
3.3 Conselho Superior de Segurança Nacional: o “cerco argentino” e as demandas das Forças Armadas.....	106
3.4 O pêndulo geopolítico no continente.....	118
<b>Conclusão.....</b>	<b>131</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>135</b>

## Introdução

No Brasil, após a Revolução de 1930, dois modelos de intervenção política tentam programar políticas de intervenção Estatal. O crescimento da influência política do partido comunista oferecia um modelo de economia planejada. Por outro lado, existiam correntes que viam com bons olhos o fascismo europeu e o seu programa de Estado forte e interventor na economia.

Da mesma maneira, a decadência dos velhos sistemas de poder e emergência de dois novos e ainda não consolidados (Alemanha e Estados Unidos), abria a possibilidade da inserção em qualquer um deles, o que acabava por alargar os limites de decisão do Estado, enquanto este se envolvia e financiava a produção industrial<sup>1</sup>. A questão da escolha entre o livre comércio e o comércio protegido antes, de se estabelecer como uma questão econômica, tratava-se de uma questão política e dependia, portanto, da estratégia do Estado em garantir os recursos materiais e políticos que permitissem pôr em ação o seu projeto de governo, ao mesmo tempo em que garantisse a estabilidade interna e definisse a sua posição no tabuleiro internacional.

Sendo assim, enquanto o Partido Comunista do Brasil tenta chegar ao poder em 1935, os Integralistas fariam a mesma tentativa em 1938. Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que combatia com dureza esses movimentos, avançaria em medidas que pareciam implementar as suas demandas, através de um Estado autoritário e ao mesmo tempo protetor das “massas”. As leis trabalhistas como direito à férias, décimo terceiro salário, salário mínimo e a organização da Justiça do trabalho, sob a tutela do Estado nacional-desenvolvimentista, inseria as massas no cálculo político através dos mecanismos de proteção ao trabalhador. O Estado adiantava-se às lutas já existentes e dava o direcionamento político-econômico ao qual a burocracia-estatal filtraria demandas da sociedade civil através do “interesse de Estado”. Desenhava-se um modelo de Estado de aspecto populista<sup>2</sup>, que iria

---

<sup>1</sup> MOURA, Gerson. “A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>2</sup> O populismo, apesar de muito estudado após os anos 50, ainda é um conceito controverso e complexo, e tem recebido interpretações diversas. O conceito tem sido interpretado de três formas diferentes: a) como um fenômeno social; b) como uma forma de governo; c) ou como uma ideologia

estabelecer posturas de forte apelo popular de ligação direta com as “massas”, sem intermédio de partidos políticos, rumo ao modelo corporativista que seria implantando a partir 1937, ao passo que reprimia os que buscavam a liderança da classe trabalhadora sem o consentimento do Estado.

Os estudos sobre o populismo e sua relação com a industrialização não são novidade e tem sido analisado de forma exaustiva por diversos estudiosos sobre o tema. O nosso exercício para o andamento deste trabalho será testar esses formulados, buscando as raízes da organização do Estado brasileiro pós- 1930, privilegiando as concepções da Economia Política Internacional (EPI) sobre formação do Estado nacional moderno e a inserção do Brasil no sistema interestatal, a qual compreende a questão de “defesa” e “ameaça” como inerentes ao processo de construção do Estado.

Para tanto, torna-se relevante para este trabalho as formulações de Francisco Weffort<sup>3</sup>, em seu livro “*O populismo na política brasileira*”, sobre a constituição do Estado brasileiro. Weffort assinala que, no contexto do século XIX, o Estado na América Latina ao mesmo tempo em que se forma como Estado liberal, forma-se como Estado de classe. O Estado se consolidaria como expressão da burguesia agrário-exportadora. Para o autor, seria este caminho distinto da formação “clássica” do Estado europeu onde a formação de um mercado interno a burguesia industrial seria a responsável pela construção do Estado. Somado a isto, a própria expansão da economia capitalista europeia para fora das fronteiras e a definição de território nacional contribuiu para a construção do Estado como Estado-nação e a burguesia industrial como uma burguesia nacional.

Essa diferenciação não impediria a existência do Estado no Brasil, mas comprometeria a ideia de Estado-nação no século XIX. Mesmo no século XX, a ausência de uma burguesia industrial como classe nacional, seria a explicação pela

---

específica. Porém, nas ciências sociais, nunca houve uma definição clara e objetiva sobre o conceito e os grandes estudiosos aceitam a dificuldade em defini-lo. Arditi refere-se ao conceito como inexato por essência, enquanto Canovan entende que o conceito é um dos menos precisos do vocabulário das ciências políticas. Hermet acredita que há uma deficiência teórica na noção de populismo. Laclau assinala que não há clareza analítica neste campo de estudo. Por fim, Vilas entende que o populismo perdeu seu valor conceitual e se reduziu a um simples adjetivo. Para mais detalhes ver: WORSLEY, Peter. *O conceito de populismo*. In: TABAK, F. (org.). *Ideologias – populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973; CANOVAN, Margaret. 1999. “Trust the people! Populism and the two faces of democracy”. *Political Studies* XLVII: 2-16; HERMET, Guy. “El populismo como concepto”. *Revista de Ciencia Política* XXIII, 1: 5-18, 2003; LACLAU, Ernest. *La razón populista*. 1ª ed. 6ª reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011; VILAS, Carlos. “El populismo latinoamericano: un enfoque estructural”. *Revista Desarrollo Económico*, 111, 28, 1988.. Págs. 323-352.

<sup>3</sup>WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

qual um grupo de classes diferentes (civil e militar), tomariam as rédeas modernizantes do Estado, a partir das crises externas das pressões sociais internas. Isto estaria diretamente associado à incapacidade da burguesia industrial em assumir as funções de classe dirigente na ação política do Estado. Nesse sentido, a matriz de formação dos Estados latino-americanos estaria assentada nas definições das velhas classes oligárquicas do século XIX e a estrutura de poder ligada à posse da terra que determinariam as relações sociais internas e, por fim, para nós, moldaria a sensação de ameaça a qual se encontrava o próprio Estado.

Como supracitado, nossa contribuição para essa problemática será a inserção da variável da questão de “defesa” e “ameaça” como inerentes ao processo de formação dos Estados modernos que, a nosso ver, complementam as teses de manutenção de estruturas de poder ligadas à posse da terra, que desembocam nas crises dos anos 1920 e na redefinição do Estado brasileiro pós-1930.

Nosso procedimento para esta pesquisa, portanto, incidiu na análise da experiência do populismo brasileiro, interpretando o evento como um fenômeno social em um contexto histórico específico. Para tanto pautaremos nossa análise no primeiro Governo Vargas (1930-1937). Para nós, o populismo, no período em questão, tratou-se de um fenômeno porque se mostra antes como um processo do que um projeto. Dito de outro modo, parece-nos que no Brasil a prática antecedeu a teoria. O fenômeno responderia à lógica de crise de hegemonia interna, intensificada pelo contexto externo, na qual a variável das massas não poderia mais ficar no cálculo político do Estado nacional, como já identificado por diversos estudiosos sobre o tema. O processo de expropriação do poder da oligarquia rumo ao poder centralizado teria como concessões às massas a diferenciação social do “Estado oligárquico” e seria uma das bases de apoio do governo a partir de 1930.

Para fins metodológicos, cabe-nos definir o que entenderemos como “defesa” e “ameaça”. Na visão tradicional das Relações Internacionais (RI) o conceito de Segurança Nacional (SN) tem no conflito militar e na ameaça vinda de fora o elemento chave no entendimento de segurança. Seria a interação dos Estados soberanos pós-Westfália, e a grande identificação dos indivíduos com seus respectivos Estados, a base da formulação da tradição dominante das Relações Internacionais, na qual o conceito de segurança é sinônimo de proteção contra

ameaças externas aos interesses dos Estados nacionais. É o que Ayoob<sup>4</sup> denomina de “Conceito Ocidental de Segurança”.

A partir da década de 1970, a visão “abrangente” das RI, partindo das agendas ecológicas e das preocupações com os crimes transnacionais (terrorismo, narcotráfico, etc.) expandiria o conceito de segurança, inserindo uma variada gama de temas, incluindo segurança ambiental e humana<sup>5</sup>. O próprio Ayoob, no entanto, compreende que a dimensão internacional de segurança está diretamente ligada ao processo de formação do Estado, sendo este último o centro da problemática da segurança nos países em desenvolvimento. Desse modo, as debilidades encontradas nesses países, como falta de legitimidade das fronteiras, baixa coesão social, além da falta de consenso social em assuntos nacionais, de caráter econômico e político, marcam diferentes problemas de segurança encontrados na periferia em relação aos países desenvolvidos, necessitando da ampliação do significado do conceito, que passa a ter um significado político, para além do militar-estratégico.

Segundo o Professor Darc Costa<sup>6</sup>, está aí a diferença entre defesa e segurança. Para ele, “segurança é um estado, e defesa é um ato”. Isto significa dizer que, para determinar uma política de defesa, é necessário antes estabelecer o entendimento do que são as bases da segurança da nação e seus cidadãos e, a partir daí, estabelecer uma política de defesa caso haja a sensação de ameaça.

Deste modo, devemos entender que a preocupação no trato do tema não pode ser exclusivamente militar, mas deve contemplar também digressões nos campos políticos, econômicos, técnico-científicos, cultural, psicológico e social. Uma concepção de segurança para o Brasil, obrigatoriamente, deve fazer parte de um projeto para sua inserção no mundo, e este, por sua vez, uma componente relevante do Projeto Nacional<sup>7</sup>.

Neste trabalho, nos aproximaremos das definições de Darc Costa a respeito de segurança e defesa para nosso entendimento da noção de “ameaça”, ou seja,

---

<sup>4</sup> AYOOB, Mohammed. *The third world security predicament: state making, regional conflict and the international system*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

<sup>5</sup> BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

<sup>6</sup> COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

<sup>7</sup> COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

compreenderemos como ameaça, as variáveis conjunturais ou estruturais, internas e externas, que oferecem risco à um modelo de Estado pensado a partir das definições de suas bases de segurança (social, política, econômica , etc.). Defesa, portanto, se estabelece como as ações para barrar ou destruir essas ameaças, inerentes à própria formação do Estado, como assinalado por Ayoob<sup>8</sup>.

Tendo isto em vista, nosso objetivo nesta dissertação é analisar o período em que se coincidiu o desenvolvimentismo brasileiro com o chamado “Estado de compromisso” e seu viés autoritário-corporativista no Estado Novo (1930-1945), a fim de buscar responder a seguinte questão: qual a dimensão da redefinição do núcleo de poder no Brasil pós-1930 para as bases da segurança nacional? Tendo em vista a variável do fenômeno “populismo Vargasista” nesse processo. A razão pela qual escolhemos o chamado Período Vargas é pelo simples fato que, na historiografia, é ele o principal expoente do populismo no Brasil. Nosso recorte se dá pelo motivo de entendermos que nesse período é que acontece o arranque inicial do processo de desenvolvimento pautada na de negociação interna com o surgimento das massas e com as demandas das Forças Armadas. Entendemos que o segundo governo de Vargas mostraria mais a decadência do modelo instaurado em 1930 do que sua renovação. Isso não nos impede, é claro, de voltar e avançar no tempo a fim de buscar causas e consequências do fenômeno.

Partiremos da seguinte hipótese: o período de arranque desenvolvimentista brasileiro implicou a necessidade de centralização e organização do Estado em prol da mediação de interesses diversos, tendo impacto na agenda de segurança pós-1930. O Estado como árbitro do “compromisso” estabelece as novas bases para a redefinição (ou construção) da unidade nacional, deslocando do rearranjo do Estado os interesses oligárquicos herdados do projeto colonial português. Como consequência, há a redefinição das bases nas quais estavam assentadas as percepções de segurança, possibilitando a aliança nacional através da “força social industrialista” de modelo populista, posta em prática pela burocracia civil e militar, direcionando a (re)construção nacional pelo viés da preparação para a guerra, que garantisse a dissuasão das cisões e conflitos internos ao passo que modernizava o

---

<sup>8</sup> AYOOB, Mohammed. *The third world security predicament: state making, regional conflict and the international system*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

aparelho institucional do Estado . Para tanto, dividiremos esta dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, temos como objetivo analisar pela ótica da Economia Política Internacional (EPI) a formação do Estado nacional moderno na “longa duração” e em seguida analisar a sua relação com a inserção do Brasil no sistema de Estados, a partir de 1808. O objetivo não é adequar o modelo de desenvolvimento dos Estados europeus à lógica nacional brasileira, mas sim buscar as variáveis da inserção do Brasil no sistema de Estados nacionais como inerente à própria expansão do Sistema. Podemos antecipar que durante o Brasil Império as relações político-econômicas internas, por seu modelo herdado da colonização portuguesa, criava a unidade nacional através do enfrentamento da ameaça de fragmentação territorial que colocasse em risco o modelo agrário-exportador de matriz escravagista. O contexto de vinculação subordinada ao comércio internacional com vistas ao comércio “para fora”, de tipo liberal, ao passo que impedia um projeto de industrialização, delimitava a ameaça como “ameaça interna”, que por fim subordinava as Forças Armadas as oligarquias exportadoras.

No segundo capítulo, faremos uma breve análise do contexto internacional pós- Primeira Guerra e suas consequências na pressão para dentro do Estado brasileiro, o qual levou a reorganização interna, tendo como pilares de sustentação as massas, as Forças Armadas e o próprio Estado industrializante. Em seguida debruçarmos sobre as quais consideramos serem algumas das principais teses que servirão de subsídio para a o campo da nossa pesquisa: uma revisão sobre os estudos que relacionam o populismo como o processo de construção nacional pós-1930, período que coincide com o “Estado desenvolvimentista”. Teremos como norteador deste capítulo, a compreensão destas teses sobre as negociações internas no que tange a inserção das massas no cálculo político do Estado brasileiro. Não nos propomos analisar de forma exaustiva estes estudos, mas sim analisar a evolução das reflexões sobre o tema, seus limites e casuais omissões, a fim de formular hipóteses que contribuam ou, até mesmo, alarguem os conhecimentos acerca do campo em questão.

A partir daí buscaremos avançar, no terceiro capítulo sobre a hipótese do nosso trabalho, a qual os limites do modelo agrário-exportador, potencializado pela crise de hegemonia internacional, criam possibilidades para o reordenamento político e material interno, e, por conseguinte, transformam as bases nas quais

estavam assentadas as percepções de segurança do Estado brasileiro, dando a este um direcionamento geopolítico de desenvolvimento, a partir das percepções de ameaças e vulnerabilidades percebidas pelo novo núcleo do poder, qual seja: a burocracia civil e militar. O desenvolvimento econômico e industrial seria o caminho a ser seguido pela tentativa de redefinição do modo de inserção nacional no entre-guerras, e a política de inserção das massas seria a variável política de legitimação da política governamental, daí a centralidade do populismo para nossa análise.



## **Capítulo 1. A construção nacional na Europa e no Brasil: a questão da ameaça na formação dos Estados**

O objetivo deste capítulo é realizar um “grande olhar” sobre a inserção do Brasil no sistema de Estados, dentro da vertente da Economia Política Internacional a qual analisa a construção nacional e a própria inserção massas como relacionada com a evolução do sistema interestatal na “longa duração”. Nossa intenção é levantar variáveis sobre o processo de negociação interna que acabaram por estabelecer a construção do Estado nacional na Europa e que são úteis para uma revisão da ampliação da ação política do Estado brasileiro iniciada na primeira metade do século XX.

Sendo assim, este capítulo se divide em quatro partes. Na primeira recorreremos à uma busca histórica sobre as origens do Estado nação tendo como principal subsídio teórico a obra de Charles Tilly, “Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992”, buscando sempre que necessário as contribuições de José Luís Fiori e Paul Kennedy sobre o tema. A segunda parte tem como objetivo realizar uma revisão da formação do Estado nacional brasileiro em relação às disputas de poder na Europa, centro do sistema interestatal capitalista, e a inserção do Brasil nesse sistema. Não nos propomos à uma revisão exaustiva, mas sim problematizar algumas questões que tangem como a forma de inserção subordinada do Brasil incidiu sobre a percepção de “ameaça” a qual se encontrava o país independente. Sendo assim, na terceira parte, buscaremos relacionar sua industrialização incipiente, em moldes liberais, como derivada do tipo de vinculação internacional à qual se encontrava o Brasil no século XIX. Por fim, na quarta parte tentaremos complexificar a relação das questões supracitadas com grau de subordinação do Exército brasileiro dentro do modelo de Estado nacional.

### *1.1 A variável da guerra na construção do Estado-nação na Europa*

O ano 990 marca o fim do império carolíngio. Com a morte de Carlos Magno em 814, seu filho Luís, o Piedoso, governou até 840 e como não logrou manter a unidade territorial, o império foi dividido pelos seus três herdeiros. A parte ocidental, onde viria ser o reino da França, ficou com Carlos, o Calvo; a França oriental que

viria a ser a Alemanha ficou com Luís, o Germânico; a França Central, onde se localizava a península da Itália, ficou com Lotário que, posteriormente à sua morte, teve sua parte dividida entre os outros dois irmãos. A unidade realizada por Carlos Magno, não duraria um século depois de sua morte.

Esse é o marco inicial de Charles Tilly<sup>9</sup> em sua análise da formação do Estado nacional na Europa. O sistema de Estados que predomina hoje, segundo o autor, teve início na Europa em no século X e, cinco séculos mais tarde, começou a estender seus controles para fora da fronteira europeia, mesmo em regiões em que existiam estados centralizados como China, Pérsia e Turquia e Índia. A Europa, na virada do milênio, inicia o processo de constituição dos Estados e, nesse processo, as cidades- Estados, sobretudo no Mediterrâneo, desempenharam papel importante. Vale ressaltar que no mediterrâneo as cidades não desaparecem no período em questão. Mesmo com a queda do Império Romano tardio, as cidades sobrevivem. No entanto sobrevivem de maneira marginal, uma vez que as suas duas bases de sustentação, o império e o comércio caducam. Só a partir das cruzadas é que cidades como Veneza, tomando o exemplo de Tilly, retomam a atividade comercial importante e, portanto, uma presença marítima importante e, conseqüentemente uma presença militar e política significativa. Antes das cruzadas as cidades sobreviveriam de maneira marginal<sup>10</sup>. Porém, como bem lembra Tilly, a capacidade de Veneza em conseguir se estabelecer como potência mediterrânea está diretamente relacionada à sua posição privilegiada no Império Bizantino<sup>11</sup>.

O fato é que a participação nas cruzadas, e a junção às atividades de pirataria, de conquista e de comércio, garantiram à Veneza a expansão do campo de ação comercial, política e militar no Mediterrâneo Oriental, garantindo seu próprio

---

<sup>9</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>10</sup> Para saber mais, ver: SAUS, Javier Bonilla. "Revisitando "Cities and States" de Charles Tilly: sobre as origens do Estado Moderno". *Seminário de Discussão Teórica*: Universidade ORT Uruguai, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jlioVkvbXv8&spfreload=10>>. Acessado em: 22 de ago. de 2016.

<sup>11</sup> "Por terem colaborado com o Imperador Bizantino em guerras contra os seus inimigos, foram aquinhoados com excepcionais privilégios no império, inclusive um bairro próprio em Constantinopla (1082). A exemplo dos mercadores hanseáticos na Escandinávia e na Alemanha do Norte, os comerciantes venezianos chegaram a controlar um grande setor do comércio de longa cabotagem de Bizâncio. Durante o século XII, expandiram o seu campo de ação a todo o Mediterrâneo oriental, mesclando proveitosamente comércio, pirataria, conquista e participação nas cruzadas". TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Pág. 216.

bairro em Sidón e uma base em Tiro<sup>12</sup>. Uma vez conseguido a expansão do seu poder político, comercial e militar no Mediterrâneo sob o “guarda-chuva” do Império Bizantino, entre 1203 e 1204, logrou em desviar uma cruzada para Constantinopla quando terminou controlando 3/8 do império no final. Tilly, no entanto, deixa claro que a preocupação de Veneza não era a de criar um território imperial, mas sim manter e expandir os monopólios comerciais através da consolidação de posições estratégicas no Mediterrâneo. Nesse ponto, cabe-nos lembrar de uma pergunta que permeia os escritos de Tilly sobre as origens do Estado moderno: por que cidades, como Veneza e Gênova que chegaram a ter *status* de potências comerciais, militares e políticas não continuaram a acumular poder e, em certo período da história, perderam a liderança do processo e foram absorvidas pelo sistema de Estados nacionais que se mantém até hoje?

O autor considera dois fatores essenciais para a resposta desta pergunta. O primeiro trata-se da redução das vantagens das que gozavam os pequenos Estados mercantis na arrecadação de empréstimos e capacidade de tributação e, por conseguinte, a capacidade de manter um poder ultramarino, pois Estados maiores teriam capacidade superior de concentração de capital. O segundo trata-se da maneira como a mudança na forma da guerra fez com que os Estados maiores tivessem vantagem sobre soberanias fragmentadas e as derrotassem.

Assim, o sistema de Estados nacionais triunfou no mundo inteiro porque triunfou na Europa e triunfou na Europa porque os Estados mais potentes do continente, justamente Espanha e França, saíram na frente na adoção de formas de guerra que expulsariam seus inimigos de seu território e como consequência alcançariam “a centralização, a diferenciação e a autonomia do aparelho Estatal”<sup>13</sup>. Por meio da concorrência recíproca, os Estados “mais beligerantes” tornaram a mudança tecnológica, a guerra e os meios coercitivos determinantes na disputa de poder no tabuleiro europeu, impedindo que um número cada vez maior de governantes europeus pudesse criar, com seus próprios recursos, capacidade militar<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>13</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. pág. 262.

<sup>14</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996., pág. 262.

Não vamos exagerar: estados marítimos, a exemplo da República Holandesa e de Veneza, competiram com eficácia, por mais de um século, com as principais potências terrestres; o controle das costas continuou sendo decisivo para o abastecimento do interior, suas frotas ajudaram a protegê-las de invasão e os impérios ultramarinos cresceram em importância. Alguns estados pouco comercializados, como a Suécia e Brandenburgo, tentaram instituir forças militares competitivas através de enorme penetração coerciva de seus territórios. Mas, no final, somente aqueles países que combinaram fontes significativas de capital com populações substanciais capazes de produzir grandes forças militares domésticas saíram-se bem no novo estilo europeu de guerra. Esses países eram, ou se tornaram estados nacionais<sup>15</sup>.

Deste modo, a mudança na forma da guerra torna-se crucial para a passagem da fase que Tilly intitula como “patrimonialismo” (até o século XV), período em que poderes feudais europeus extraíam os recursos necessários à guerra através de tributos ou rendas dos territórios nos quais possuía controle imediato, para a fase de “corretagem” (1400-1700), quando a capacidade militar de importantes partes da Europa passa a ser angariada a partir de contratação de exércitos mercenários. Nesta fase, no entanto, os governantes europeus estavam dependentes dos capitalistas no que diz respeito à arrecadação de impostos e, especialmente, na realização de empréstimo que viabilizassem o esforço de guerra. Sobretudo, entrava-se em uma fase em que a terra era substituída pelo dinheiro no processo de acumulação de poder e riqueza em um período em que poderes políticos vitoriosos e expansivos alavancaram a união entre os banqueiros e monarcas<sup>16</sup>.

Os governantes mais poderosos em alguma região particular estabeleceram os termos da guerra para todos e os governantes menos importantes tiveram de optar entre aceitar as exigências dos vizinhos poderosos ou tentar esforços excepcionais no sentido de se prepararem para a guerra<sup>17</sup>.

Javier Bonilla Saus, ao analisar “*Cities And The Rise Of States In Europe, A.d. 1000 To 1800*”, de Charles Tilly, contribui com algumas pistas de porque os Estados nacionais lograram em tomar a dianteira do processo de centralização. Discordando ligeiramente de Tilly, o autor acredita que o arranque para a formação do Estado moderno não está no século X, mas sim no século XIII. Nesse período é que nasceriam as variáveis necessárias para a criação do Estado nacional moderno,

---

<sup>15</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. pág. 262.

<sup>16</sup> FIORI, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

<sup>17</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. pág. 111.

quais sejam: as condições políticas no processo de secularização a partir do século XIII aliadas a séries de acontecimentos no final do século XV, que colocam o ano de 1492 como um ano chave para o entendimento da construção do Estado moderno<sup>18</sup>. Analisando do ponto de vista da condição política, chama a atenção para o enfrentamento do poder político e espiritual que marca o final do século XIII nas disputas entre Filipe IV, o Belo, e o papa Bonifácio VIII. Parece ser aí, para o autor, o arranque para o processo de secularização, quando Filipe IV consegue impor tributos à Santa Sede e negar o poder terrenal do Papa. Seria o chamado “Exílio de Avinhão”<sup>19</sup> quando, depois da morte de Bonifácio VIII e de seu sucessor Bento XI, cujo pontificado foi muito breve, Felipe IV leva o Papa Clemente V para Avinhão tornando o papado submisso ao rei francês durante 70 anos, então fator de grande relevância para o processo de centralização do Estado, segundo Saus<sup>20</sup>.

Saus, portanto, difere de Tilly no que diz respeito ao arranque inicial do processo de formação do Estado Moderno, mas concorda com a centralidade dos eventos no que no final do século XV, sobretudo no ano de 1492, e suas consequências diretas para o processo de centralização. Neste ano, Luís XI da França consegue impor sua autoridade sobre grande parte do que é hoje o território francês, derrotando os senhores de terra e submete a Borgonha aos seus domínios. No entanto, mais importante que o ato centralizador de Luís XI no final do século XV, Tilly considera o processo pelo qual se criou condições de possibilidade para a centralização francesa, a “Guerra dos Cem Anos” (1337 - 1453). Vencendo a guerra, em 1453, a França logrou expulsar a Inglaterra do continente e a avançar no seu processo de centralização e expansão. Em finais do século XV acontece também a

---

<sup>18</sup> SAUS, Javier Bonilla. “Revisitando “Cities and States” de Charles Tilly: sobre as origens do Estado Moderno”. *Seminário de Discussão Teórica*: Universidade ORT Uruguai, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jlioVkvbXv8&spfreload=10>>. Acessado em: 22 de ago. de 2016.

<sup>19</sup> Ver: STREFLING, Sérgio Ricardo. “A disputa entre o papa Bonifácio VIII e o rei Filipe IV no final do século XIII”. *Revista Teocomunicação*: Porto Alegre v. 37 n. 158 p. 525-536 dez. 2007. Disponível em: <[revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/download/2732/2081](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/download/2732/2081)>. Acessado em 22 de jan. de 2016.

<sup>20</sup> A Inglaterra também teria o seu processo de secularização no cisma com a Igreja Católica (1533) e a criação da Igreja Anglicana. Há alguns fatores que podem tentar explicar a ruptura, entre eles pode-se entender o próprio distanciamento do sul da Europa com os anglo-saxões e o conflito de interesses temporais da igreja e os poderes das unidades políticas do sistema. Não se pode deixar de levar em conta, evidentemente, que a ruptura com Roma se deu, sobretudo, por conta do interesse de Henrique VIII em se divorciar de Catarina de Aragão, filha de reis católicos e tia de Carlos V, para casar-se com Ana Bolena. Desse modo, o cisma religioso com a igreja católica não provocou apenas uma ruptura com Roma, mas também uma ruptura diplomática com os Habsburgos, isolando ainda mais a ilha já expulsa do continente. FERNANDES, Daniel Costa. *A política externa da Inglaterra: análise histórica e orientações perenes*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

unificação de duas grandes casas do território espanhol. O casamento entre Isabel de Castela e Fernando II de Aragão (1474), não marcava apenas a derrota militar do último reduto muçulmano em Granada, mas estabelecia, sobretudo, a união de dois poderes feudais que centralizariam o poder da Espanha através da monarquia ao mesmo tempo em que lançava a Espanha na busca pela hegemonia na Europa. O casamento tratava-se, antes de tudo, de uma reação à ameaça francesa. Do mesmo modo, o movimento defensivo espanhol iria se transformar em uma ameaça à própria França e a rivalidade entre os dois poderes centralizados daria a tônica das relações entre os Estados no continente europeu<sup>21</sup>.

Os governantes mais poderosos em alguma região particular estabeleceram os termos da guerra para todos; os governantes menos importantes tiveram de optar entre aceitar as exigências dos vizinhos poderosos ou tentar esforços excepcionais no sentido de se prepararem para a guerra<sup>22</sup>.

A Itália seria a primeira a sofrer o impacto das mudanças nos termos da guerra no momento em que a “estrutura do Estado emergia, sobretudo, sob a forma de produto secundário dos esforços dos governantes para adquirir os meios de guerra”<sup>23</sup>. Com exceção de Veneza e Gênova, que se manteriam como potências marítimas ainda no século XVI, o novo modelo de guerra “de grandes exércitos, artilharia pesada e extensas fortificações levaria todas as cidades italianas à extinção, subordinação ou sobrevivência perigosa nos interstícios das grandes potências”<sup>24</sup>. Ficava claro que micro-Estados estavam em desvantagem em relação aos grandes Estados como França e Espanha, cujo poder de arregimentação passou do efetivo de 40.000 soldados em 1470 para 50.000 em 1550, no caso francês, e de 20.000 para 150.000, no caso espanhol<sup>25</sup>.

A fase de “*corretagem*” tratava-se de um período em que as guerras moldavam-se a partir do interesse dinástico e a vantagem que possuíam sobre os

---

<sup>21</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. pág. 134.

<sup>22</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. pág. 62.

<sup>23</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. , pág. 61.

<sup>24</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>25</sup> KENNEDY, Paul . *The Rise and Fall of Great Power*. London:Fontana, 1989.

pequenos Estados adjacentes que se encontravam fragilizados pelas suas constituições fragmentadas. Porém, na medida em que a expansão dos Estados centralizados tornava essencial a anexação territorial que, por sua vez, gerariam maior capacidade de coerção e tributação, o próprio aumento do esforço de guerra fez com que os interesses dos capitalistas que financiavam o Estado limitassem, em última análise, as possibilidades da guerra. Dependia dos financiamentos dos capitalistas a obtenção dos meios para a luta. Esta fase seria superada pela “*nacionalização*”, entre 1700 e 1850<sup>26</sup>.

O “interesse nacional” fundiria os negócios dos capitalistas com o próprio Estado. Paul Kennedy<sup>27</sup> argumenta que essa foi a grande transformação na Inglaterra após a “Revolução Financeira Inglesa”, quando Guilherme de Orange levou para a ilha inglesa o princípio que era do “interesse do público” estar endividado. Ainda segundo Kennedy, o principal impulso à revolução financeira na Inglaterra seria a série de guerras em que o país estaria envolvido com a França a partir do final do século XVII. O autor afirma que os custos da guerra podiam ser denominados em milhões de libras no século XVI, dezenas de milhões no século XVII e centenas de milhões de libras ao final das guerras napoleônicas, o que evidenciava o grande aumento nos custos nos conflitos militares. A “Revolução Financeira” inglesa deu capacidade governo inglês de se endividar tomando empréstimos em troca de títulos negociáveis à longo prazo e que renderiam juros àqueles que emprestavam dinheiro ao Estado. Dessa maneira, no contexto do século XVIII, quando algo próximo de três quartos dos recursos para as guerras vieram de empréstimos, a capacidade da Inglaterra em se endividar a juros baixos e a títulos negociáveis à longo prazo, tornou-se uma vantagem econômica que fundiu-se com a vantagem geográfica para o domínio de posições estratégicas e de rotas comerciais no globo, principalmente depois da “Segunda Guerra dos Cem Anos” contra a França<sup>28</sup>. Ora, se por um lado a guerra gerava alto grau de endividamento do Estado por meio da dívida pública, os espólios de guerra e o monopólio comercial garantiam à capacidade de manutenção de créditos do governo e a manutenção de

---

<sup>26</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>27</sup> KENNEDY, Paul . *The Rise and Fall of Great Power*. London:Fontana, 1989.

<sup>28</sup> KENNEDY, Paul . *The Rise and Fall of Great Power*. London:Fontana, 1989.

baixas taxas de juros<sup>29</sup>. A regularização da dívida nacional inglesa, a partir da emissão de títulos negociáveis em bolsa, viabilizou o aparecimento da bolsa de títulos e aumento do número de bancos internos que, por sua vez, estimularam a oferta de dinheiro. O Tratado de Paris que pôs fim a Guerra dos Sete Anos (1756-63), marcada por uma aliança de Inglaterra e Prússia contra a França, e os conflitos decisivos entre franceses e ingleses no Canadá, Caribe e no Pacífico, serviu de estratégia para a retirada da influência francesa na Índia e no Canadá, estabelecendo o monopólio comercial na região, aumentando o lucro dos capitalistas britânicos ao mesmo tempo em que geravam capacidade ao pagamento da dívida pública<sup>30</sup>. Kennedy vê aí a grande vantagem da Inglaterra sobre a França, que na derrota em 1763 acumulava uma dívida gigantesca e sem recursos para o seu pagamento. A consequência disso para a França seria a reorganização do Estado que levaria à Revolução de 1789.

O endividamento do Estado Francês, sobretudo após a Guerra de Independência Americana, aumentaria a necessidade de obtenção de recursos para pagamento da dívida de guerra. A “pressão para dentro” potencializou a oposição ao regime que se iniciaria no parlamento e na medida em que se agrava, fragmentava o Estado embarcando maior número de reivindicações. Isto permitiu uma participação popular cada vez maior que, entrelaçada com membros da burguesia, buscava o controle, por parte do Estado, em locais onde se mantinha o controle indireto por meio de intermediação da nobreza e do clero. As necessidades da guerra acelerariam a transição um modelo de controle indireto para o direto. Isso se daria a partir extinção de poderes locais e sob a liderança da burguesia revolucionária que passaria a contar com a ajuda popular dos que se rebelavam ante a coerção dos senhores de terra e da igreja<sup>31</sup>.

Nesse sentido, a expansão francesa levaria o modelo de hierarquização administrativa direta para todos os territórios conquistados pelos revolucionários, instalando o governo direto sobre grande parte da Europa e mudaria o modo de repressão de “reativa” para “proativa”. O governo direto procurava, através de fiscalização por meio de delegações locais, antecipar movimentos que pudessem

---

<sup>29</sup> KENNEDY, Paul . *The Rise and Fall of Great Power*. London:Fontana, 1989.; FIORI, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

<sup>30</sup> KENNEDY, Paul . *The Rise and Fall of Great Power*. London:Fontana, 1989..

<sup>31</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.



ameaçar o poder central. A antecipação de ameaças passava por conceder benefícios que suplantassem as agitações, ampliando a esfera de ação do Estado no monitoramento conflitos nas relações de trabalho, atuando na instauração de sistemas educativos, serviços de assistência social e também instituindo barreiras alfandegárias para a proteção da indústria nacional<sup>32</sup>.

A Revolução Francesa iria repudiar a política da monarquia de aquisição de territórios a partir de “sucessão” e herança derivados de “laços dinásticos”. Iniciaria, após 1789, uma política nacional em detrimento da política dinástica, tendo como princípios a “soberania do povo” e a “doutrina” das “fronteiras naturais”. O Império Francês de Napoleão seria apenas o centro do “Grande Império” que mantinha ao seu redor a gravitação de “Estados vassalos”, uns governados por parentes do imperador, outros vezes governados por príncipes estrangeiros<sup>33</sup>. Exemplos desses Estados, dentre outros, são: o reino da Itália, o reino da Holanda, o reino de Nápoles, o grão-ducado de Berg e o reino da Westfália (formado por Hannover, Brunswick algumas outras regiões da Alemanha). O grande império francês se assemelhava à uma federação e se mostrava como armadura de um sistema maior, o sistema continental” que teria como principal interesse estratégico o bloqueio continental à Inglaterra<sup>34</sup>.

A maioria dos Estados na Europa, quando não reformados pelas conquistas revolucionárias de 1789, dentre elas a abolição do regime feudal, à igualdade civil e a liberdade de consciência, tiveram como consequência a “acentuação das semelhanças políticas, administrativas e sociais entre os diferentes países da Europa”<sup>35</sup>. A própria mobilização para as guerras da Revolução Francesa e para as guerras napoleônicas levou a expansão e centralização dos Estados, o que fez com que os gastos se mantivessem elevados mesmo no período de contração militar ao final das guerras. Por um lado a concentração do capital e trabalho em regiões

---

<sup>32</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>33</sup> GODECHOT, Jacques. *Europa e América no tempo de Napoleão*. São Paulo: Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Págs. 217-218.

<sup>34</sup> A Rússia estabeleceria acordos com a França em 1807 a fim de fechar os portos aos ingleses embora, como lembra Godechot, raramente tivesse levado realmente a efeito. A Dinamarca iria se aliar à França em também em 1807 e iniciaria a aplicação do bloqueio e a Finlândia iria aderir ao bloqueio em 1810. Em 1810, Napoleão garantiria a aliança com a antiga dinastia do Habsburgos, através do seu casamento com Maria Luísa, e enquadraria a Áustria. GODECHOT, Jacques. *Europa e América no tempo de Napoleão*. São Paulo: Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Pág. 220.

<sup>35</sup> GODECHOT, Jacques. *Europa e América no tempo de Napoleão*. São Paulo: Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Pág. 235.

urbanas criaria a ameaça da “ação coletiva” dos trabalhadores e por outro dava aos governantes a capacidade “extração e controle”. Ampliava-se o campo de atuação do Estado em toda a Europa a partir de investimento em infra-estrutura, educação, policiamento e regulamentação nas relações entre capital e trabalho etc., em troca de impostos e serviço militar<sup>36</sup>.

Nesse sentido, com o objetivo de manter-se dominação e a ordem interna frente às revoltas populares, a dominação francesa levou a reboque à reorganização administrativa de controle direto, mas também a experiência do estabelecimento de mecanismos de negociação que levariam a redução da coerção interna e o aparecimento da política nacional de massas. O Estado passava a investir tanto na guerra quanto nos serviços públicos e na infraestrutura, que por sua vez criavam condições de possibilidade para a homogeneização interna e constituição da identidade nacional, deixando para trás a fase da “nacionalização” em favor da “especialização”.

A nacionalização das forças militares no século anterior já havia impelido a maior parte dos estados europeus a negociar com as suas populações o fornecimento de conscritos, de meios de guerra e de impostos; os imensos exércitos de cidadãos, como os das Guerras Napoleônicas, suscitaram uma invasão sem precedentes das relações sociais diárias por parte do estado predatório<sup>37</sup>.

Dessa forma, a organização militar seguiu seu processo de subordinação e profissionalização em detrimento de sua posição de certa autonomia dentro da estrutura do Estado, tornando-se mais uma das instituições sob administração direta e comandada por um governo civil, embora ainda se mantivesse como a maior das instituições do aparelho estatal e o grau de subordinação variasse em tempos de guerra e paz<sup>38</sup>.

Em resumo, até aqui buscamos compreender as várias mudanças na relação entre coerção e capital que terminou por criar o Estado em sua forma moderna, a fim de analisar, sobretudo, no campo da Economia Política Internacional (EPI), não só o aparecimento do Estado, mas também a sua evolução. Pudemos perceber que a

---

<sup>36</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Pág. 118.

<sup>37</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Pág. 180.

<sup>38</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Pág. 180.

guerra e a preparação para a guerra é colocada como variável determinante na evolução do Estado desde sua origem até a sua forma contemporânea.

O Estado nacional seria então, resultante dos processos de negociação para a guerra, ou preparação para a guerra, que reorganizaram as relações entre poder e capital. Na evolução desses processos, o surgimento do nacionalismo e cidadania estaria relacionado com a segurança e defesa, que levariam a mudança do Estado puramente coercitivo para o Estado weberiano de “dominação legítima” a partir de ideologias liberais.

A partir da análise de Charles Tilly sobre a formação dos Estados nacionais, podemos observar o *continuum* da retórica da guerra como determinante no processo de transformação da relação capital-coerção na evolução e na expansão dos Estados europeus, sobretudo na criação de exércitos permanentes como um dos pilares do Estado moderno. Realizada essa “revolução estrutural”, garantiu cada vez mais capacidade para Estados centralizados imporem essa lógica à poderes locais e fragmentados, seja por incorporação ao Estado maior, seja pela necessidade de equiparação de forças. Essa seria a lógica a ser seguida para além das fronteiras europeias.

A América Latina se inseriria no sistema de Estados nacionais, no início do século XIX, seja pela monarquia instaurada no Brasil ou nas Repúblicas dos seus países vizinhos. Porém nos países latino-americanos, as atividades econômicas e das classes dominantes já subordinados ao sistema europeu, tiveram influência direta na estrutura de Estado implementado na região. O modelo agrário-exportador seria uma forma de arrecadação por meio de tributação sobre a exportação sem que isso se transformasse em monitoramento econômico da atividade doméstica.

Sobretudo, Tilly salienta que na América Latina no século XIX não houve guerras de grande proporção (com exceção da Guerra do Paraguai) e no geral as guerras apresentavam-se em pequena escala comparadas com os conflitos europeus ou da Guerra Civil Americana, assim como maior participação estadunidense em conflitos internacionais, o que diferencia os EUA em sua formação. Sendo assim, as negociações internas para obtenção de recursos para a guerra foram mais presentes nos EUA do que na América Latina. As ausências de grandes conflitos nos países latino-americanos fizeram que estes não pudessem contar com uma das forças importantes na Europa e nos EUA e que levaram a expansão dos direitos sociais das massas junto ao Estado, a guerra. Ao mesmo

tempo, o autor deixa claro que não é porque a guerra produziu esse resultado na Europa que seria esse fato que reproduziria na América Latina. A própria construção dos Estados no “terceiro mundo”, sendo resultado da expansão europeia, desencadearia outras formas de negociação interna no processo de acumulação de poder e riqueza que, em última análise, moldaria um processo diferente na formação dos Estados latino-americanos;

Seria esse o movimento inverso no processo de formação dos Estados na periferia do qual fala Tilly<sup>39</sup>. Segundo o autor, na América Latina a evolução do Estado não trouxe a diminuição da coerção interna nem a subordinação das forças militares aos governos civis, como aconteceu nos países europeus. Pelo contrário, mostrava-se aqui, sobretudo no século XX, um tipo de Estado em que o controle militar e coerção interna andavam juntos com o desenvolvimento do Estado nacional.

Parece-nos relevante, portanto, voltar ao século XIX e compreender de que modo a construção do Estado nacional brasileiro, dentro do contexto latino-americano, se insere no quadro do próprio expansionismo europeu, demarcando os limites e possibilidades no processo de construção nacional na periferia e seu movimento inverso em relação à evolução do Estado na Europa e nos EUA. Sendo assim, é importante lembrar que a inserção do Estado nacional brasileiro no sistema interestatal é fruto da expansão francesa. A ligação subordinada entre Portugal e Inglaterra, tendo em vista os acordos do século XVII e XVIII, ditou o caminho a ser seguido pelos portugueses diante do exército de Napoleão. Dessa forma, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil se estabeleceu diante dos interesses ingleses e a independência brasileira seguiria o mesmo passo. Portugal passaria o “bastão” para o Brasil no que tange a dinâmica nas relações político-econômicas subordinadas à Inglaterra, porém agora com o desafio de construção de um Estado nacional.

A Corte portuguesa ao escapar das transformações administrativas implementadas na Europa pelo expansionismo francês, trouxe para o outro lado do atlântico a estrutura de Estado “reativo” retardando a incorporação da massa no

---

<sup>39</sup> TTILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

cálculo político do Estado. O “parto sem dor”<sup>40</sup>, com a ausência de guerra, não criou condições de possibilidade para o surgimento da variável geopolítica de pertencimento nacional tendo em vista um inimigo em comum, ao mesmo tempo que a união nacional que surge, deriva de um “cartel” de senhores de terra para a manutenção de uma estrutura escravagista com base numa economia de monocultura para exportação. Sobre este ponto debruçaremos em nossa próxima seção.

### 1.2 O Estado sem nação: a inserção do Brasil ao Sistema de Estados

A fuga da Corte Portuguesa para o Brasil marca, sobretudo, a “singularidade do processo de independência política da América Portuguesa”<sup>41</sup>. Enquanto na América espanhola a deposição do rei levou a fragmentação política nas colônias e as lutas por independência, no Brasil a vinda da Corte levou a um processo de reforço de controle territorial. Nesse sentido, a chegada da família real ao Brasil não pode ser compreendida sem levar em conta o contexto europeu. Oliveira Lima em seu livro “*D. João VI no Brasil*” assim descreve o contexto internacional no qual se inseria Portugal um ano antes da vinda da família real para o Brasil:

[...] se lançarmos os olhos para a Europa de 1807, veremos um extraordinário espetáculo: o rei da Espanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada pelos soldados franceses; o Stathouder, quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado da sua linda Nápoles; as dinastias Toscanas e Parma, errantes; o rei de Piemonte reduzido à mesquinha corte de Cagliari; [...] o Doge os X enxotados do tablado político; o czar celebrando entrevistas e jurando amizade para se segurar em Petersburgo; e a Escandinávia prestes a implorar um herdeiro dentre os marechais de Bonaparte; o imperador do Sacro Império e o próprio Pontífice Romano obrigados de quando em vez a desamparar seus tronos que diziam eternos e intangíveis<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> LESSA, Carlos. “Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira”. *ESTUDOS AVANÇADOS* 22, número 62, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10331/12005>>. Acessado em : 18 de agosto de 2016.

<sup>41</sup> BOTELHO, Tarcísio R; PAIVA, Clotilde Andrade; CASTRO, José Flávio Morais. “Políticas de população no Período Joanino”. In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann (orgs.). *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2008.

<sup>42</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Pág. 49.

Como vimos no capítulo anterior, Napoleão seria o líder de uma França que havia se reorganizado após um tumultuado período de autofagia e radicalismo jacobino resultado, em grande parte, das pressões internas causadas pelas dívidas de guerra a partir de 1763. A França napoleônica levaria a Revolução Francesa para além de suas fronteiras enfrentando a união de potências absolutistas que buscariam freá-la. A expansão dos domínios franceses mostrava-se uma ameaça direta também à Inglaterra. Mesmo que não representasse uma ameaça direta à ilha, ameaçava a capacidade em arbitrar o equilíbrio europeu<sup>43</sup>. Os ingleses então incentivariam as alianças contra a França no continente enquanto mantinha a segurança da ilha com o poder de sua marinha.

Luiz Roberto Lopez<sup>44</sup> diferencia as duas táticas usadas por Napoleão contra seus inimigos na Europa. A primeira era a força militar, usado contra os países absolutistas do continente, a segunda era o bloqueio econômico contra a Inglaterra devido, sobretudo, à incapacidade de invasão territorial. A estratégia contra a Inglaterra teria de ser por meio de um veto ao comércio dos países na Europa, através do bloqueio continental<sup>45</sup>. Sendo assim, ao que nos interessa nesta seção, cabe-nos compreender o processo de expansão do poder francês e suas relações com a construção do Estado nacional brasileiro.

Carlos Lessa<sup>46</sup> entende que o fato de o Brasil surgir sem ruptura com o seu passado colonial, deve-se a “transposição oceânica” da coroa portuguesa em fuga das Guerras Napoleônicas. Ora, com o bloqueio comercial imposto à Inglaterra, Portugal ficou em uma frágil e incômoda posição no tabuleiro europeu. Por um lado a sua vizinhança com o território francês seria fator de insegurança ao território português e, nesse caso, pouco poderia a Inglaterra fazer. Por outro lado, os laços econômicos entre ingleses e portugueses continuavam fortes desde o Tratado de Methuen (1703) e esses laços de dependência não poderiam ser alterados de uma hora para a outra. A posição de Portugal como “trampolim britânico” no continente,

---

<sup>43</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

<sup>44</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

<sup>45</sup> Segundo Jacques Godechot, havia na França o entendimento que era frágil o poder econômico da Inglaterra, pois este estava fundado em sua organização econômica. O sistema de crédito e a capacidade industrial estavam para os franceses atrelados à exportação para a Europa. Desse modo, com o bloqueio continental deveria ser fácil a derrubada das estruturas de sustentação do poder inglês e da própria Grã-Bretanha. GODECHOT, Jacques. *Europa e América no tempo de Napoleão*. São Paulo: Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Pág. 179.

<sup>46</sup> LESSA, Carlos. “Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira”. *ESTUDOS AVANÇADOS* 22, número 62, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10331/12005>>. Acessado em : 18 de agosto de 2016.

se mostrava como fator definitivo para as pressões de Napoleão para a adesão de Portugal ao bloqueio e o confisco de bens de súditos ingleses no país<sup>47</sup>.

A solução encontrada pelos portugueses foi um acordo secreto com a Inglaterra a fim de garantir a transferência da corte para o Brasil. Simultaneamente França e Espanha assinaram o Tratado de Fontainebleau, que estabelecia os termos da ocupação e divisão do território português. Quando, depois dos acordos entre França e Espanha, as tropas de Junot invadiram Portugal, a coroa já estava preparada para a transposição oceânica da corte. Portugal, que era um satélite da hegemonia inglesa, constituiria o Rio de Janeiro como capital do Império<sup>48</sup>. Aos ingleses interessavam a garantia do mercado brasileiro como uma alternativa à perda do mercado europeu pelas guerras napoleônicas<sup>49</sup>.

Rui Facó em seu livro *Brasil: Século XX*<sup>50</sup>, de 1960, ressaltaria alguns aspectos sobre a formação histórica do Brasil:

Para aqui foram transplantadas as relações feudais de produção que, embora modificadas, dominaram por um longo período e, parcialmente, ainda subsistem até hoje, entravando o nosso pleno desenvolvimento. Aqui foi instituída a escravidão dos negros africanos, a cujo cargo ficaram os trabalhos pesados, desde a lavra da terra, a extração de madeiras, os transportes, até a mineração. Como na América de origem hispânica, perdurou no Brasil, através destes quatro séculos e meio, o monopólio da terra. Inicialmente nas mãos dos representantes diretos do Rei, os donatários das capitanias em que foi subdividida a colônia, a terra tornou-se um símbolo de fidalguia, fator de prestígio e respeito, distinção máxima dos agentes do domínio estrangeiro e dos futuros senhores das classes dominantes do país tornado independente<sup>51</sup>.

Segundo Facó, no entanto, algumas peculiaridades fizeram com que o Brasil tivesse características próprias em sua formação. Enquanto na América espanhola houve intensa luta armada pela independência política, no Brasil a luta pela independência verificou-se como modo de “conciliar os anseios com a libertação do povo e a conservação dos privilégios portugueses no Brasil”<sup>52</sup>, privilégios estes pautados no monopólio da terra. Sendo assim, apesar de derivar das expansões das

<sup>47</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. Pág. 17.

<sup>48</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

<sup>49</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

<sup>50</sup> FACÓ, Rui. *Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1960.

<sup>51</sup> FACÓ, Rui. *Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1960. Pág. 31.

<sup>52</sup> FACÓ, Rui. *Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1960. Pág. 32.

revoluções europeias, o nascente Estado nacional brasileiro “não incorpora o conteúdo, quer da industrialização, quer da modelização institucional, daquelas duas revoluções”<sup>53</sup>, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial inglesa.

Nesse sentido, o Brasil que nasce a partir da dependência inglesa buscaria alternativa à guerra com Portugal para resolver dois problemas sociais internos que lhes perturbavam: a busca por independência e a nacionalização comercial que não alterasse a ordem social escravagista<sup>54</sup>. A manutenção desse modelo perpassaria pela contenção de duas principais ameaças internas: o “perigo negro” potencializado pela Revolução Haitiana e os movimentos republicanos desencadeados a partir de 1789.

Vale lembrar que a Revolução Haitiana, vencida pelos negros, instaurou o primeiro Estado da América que havia abolido a escravidão. Dessa maneira, havia o entendimento das elites brasileiras que a guerra aberta contra Portugal facilitaria a fuga e “*aquilombamentos*”, como já passado na época das invasões holandesas. Sobretudo, havia o entendimento geral que tanto a guerra de independência quanto a fragmentação interna entre as elites locais, colocaria em risco a economia escravagista<sup>55</sup>. A divisão interna enfraqueceria à resistência ao abolicionismo inglês<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> LESSA, Carlos. “Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira”. *ESTUDOS AVANÇADOS* 22, número 62, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10331/12005>>. Acessado em : 18 de agosto de 2016. Pág. 237.

<sup>54</sup> LESSA, Carlos. “Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira”. *ESTUDOS AVANÇADOS* 22, número 62, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10331/12005>>. Acessado em : 18 de agosto de 2016.

<sup>55</sup> Maestri salienta que com a divisão do território brasileiro em várias repúblicas, comprometeria a manutenção da escravidão naquelas que a economia escravagista era produtiva. Havia o risco de Estados que abolissem a escravidão recebessem escravos fugidos, que por sua vez aumentaria o próprio preço do cativo. Ver: MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>56</sup> Robert Walsh delinea a sensação de insegurança que percorria o Brasil devido à influências das revoltas escravas no continente: “O número de negros e mulatos no país é estimado atualmente em 2.500.000, ao passo que os brancos chegam apenas a 850.000; por conseguinte, os primeiros excedem os últimos em 3 para 1. Devido a essa grande superioridade numérica, há muito tempo existem sérias apreensões de que, num momento qualquer, devido à presente difusão de doutrinas revolucionárias no continente, eles acabem por se dar conta da própria força e por afirmar sua própria independência. [...] Isso se aplica particularmente à Bahia e Pernambuco, onde praticamente todos os negros foram trazidos da mesma parte da costa africana, havendo uma união e compreensão geral entre eles, já que falam a mesma língua e tem interesses comuns. Em abril de 1828, ocorreu uma insurreição parcial em alguns engenhos da Bahia e houve receio de que ela se espalhasse até Pernambuco. Mas no Rio a situação é diferente. A população é composta de oito ou nove castas diferentes, que não tem nenhuma linguagem comum nem são ligadas umas às outras por nenhum laço, a tal ponto que frequentemente eles se empenham em lutas e batalhas das quais chegam a participar até 200 indivíduos de uma nação de cada lado. Os brancos incentivam essa animosidade, procurando mantê-la viva, por acharem que ela está intimamente ligada à sua própria segurança. Ver: WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. São Paulo: Edusp-Itatiaia, 1985. v. II. Pág. 154.



A partir do aprofundamento da crise econômica pós-guerra, manutenção do sistema de monopólio vigente entre Portugal, o Brasil após 1815 seria alvo de críticas dos interesses anti-mercantilistas dos latifúndios açucareiros do nordeste do país, que conduziria à conflitos armados como o que levaria à queda do governador de Pernambuco em 1817, durante a Revolução Pernambucana<sup>57</sup>.

O “perigo” do republicanismo, já demarcado pela Inconfidência de 1789 e pela Conjuração de 1798, ganharia mais nitidez em Pernambuco em 1817, que lideraria também a união da província com a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, proclamando a Confederação do Equador (1824), e na Insurreição Praieira (1848-50). Na Bahia os ideais republicanos se faziam presentes na Sabinada. No sul as Farroupilhas, instituindo a República Rio Grandense, e a República Juliana seriam outros exemplos de movimentos que revelavam em comum a perspectiva separatista.

Sendo assim, nos parece que a variável geopolítica para o surgimento da nação, qual seja, a sensação de pertencimento a partir da delimitação de uma ameaça ao território e ao povo, não ocorre no Brasil e aqui a monocultura escravagista seria a variável principal da unidade nacional<sup>58</sup>. Desse modo, o Brasil nasce antes como Estado e não como nação, delimitando a sua coesão a partir da “retórica do medo” das classes dominantes à ameaça interna. A unidade nacional se estabelece primeiramente por medo da emancipação dos escravos, depois por medo dos movimentos republicanos no Brasil império (como os movimentos de 1817 e 1835). Mesmo continuação da geopolítica lusa no “problema platino” derivado da anexação da Província Cisplatina ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821 e que levaria à guerra em 1825 não colocava o povo platino como inimigo do Brasil, mas no “imaginário brasileiro”, a ameaça não seria vindas de surgimento ou expansão de nações vizinhas, mas estariam situadas na figura de “caudilhos e

---

<sup>57</sup> A elite do nordeste via um aumento relativo da produtividade na região, e resistiriam à autoridade “estrangeira” do Rio de Janeiro, proclamando uma República que estabelecia igualdade de direito e tolerância religiosa, mantendo, porém, a escravidão. Ao mesmo tempo a orientação autonomista do norte e do sul parecia levar o país a uma fragmentação com bases em repúblicas organizadas “a partir das principais sub-regiões” locais. Desse modo, A Revolução Pernambucana, também conhecida por “Revolta dos Padres” seria a primeira de muitas revoltas que seguiram ao Brasil independente, daqueles que se revoltaram contra o “poder português”, as quais seriam combatidos pelas forças do império. MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>58</sup> MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo: Contexto, 2001.

ditadores ambiciosos”<sup>59</sup>, assim como aconteceria na guerra do Paraguai quando as propagandas brasileiras desenhavam Solano Lopez como um “tirano” e um “arremedo de Napoleão”. A retórica nacional frente à um inimigo externo, poderia levar a reboque os aguçamentos das contradições e das lutas internas que ameaçassem os poderes e privilégios regionais herdados da colonização portuguesa<sup>60</sup>. A transição para o Estado nacional em 1822 se estabeleceu por um processo sem rupturas estruturais e sem derramamento de sangue que permitiu a permanência de “lusos enriquecidos”, e reforçaria a emigração portuguesa até meados do século XIX<sup>61</sup>. Mantinha-se uma estrutura social patrimonial em prol de uma economia escravagista colonial.

No contexto externo, a “soberania comprada” em 1822, através de empréstimos ingleses<sup>62</sup>, além de atrelar o mercado interno brasileiro aos tratados livre-cambistas enquadraria o novo Estado brasileiro à hegemonia da libra. Mesmo depois de 1828 em que um decreto garantiu que todas as mercadorias estrangeiras pagassem 15% de tarifa, seja qual fosse à nacionalidade, não comprometeu a supremacia inglesa no mercado brasileiro. Os acordos para o livre comércio, que permaneceriam até 1844, impediam qualquer produção de manufaturas que pudesse competir com os produtos ingleses e os déficits na balança de pagamentos eram supridos por empréstimos proporcionados pela Inglaterra.

A posição moderadora da Inglaterra nas disputas expansionistas das Províncias Unidas do Rio da Prata (futuramente Argentina) e do Brasil em relação ao território uruguaio remete aos interesses ingleses na região. O negócio marítimo-comercial inglês, já contando com a força que já tinha na região sul-americana, manteria a preocupação de manutenção de uma base de apoio na Foz do Rio da

---

<sup>59</sup> LESSA, Carlos. “Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira”. *ESTUDOS AVANÇADOS* 22, número 62, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10331/12005>>. Acessado em : 18 de agosto de 2016.

<sup>60</sup> FACÓ, Rui. *Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1960.

<sup>61</sup> FACÓ, Rui. *Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1960.

<sup>62</sup> O aval inglês para a independência brasileira passava pela exigência do Brasil herdar dívidas Portugal com a *City* Inglesa, contraída em 1823. Não contanto o Brasil com recursos para honrar os pagamentos, os próprios banqueiros credores de Portugal fizeram empréstimo em libras esterlinas ao novo Império. Ver: SILVA, José Luiz Werneck da; GONÇALVES, Willians. *Relações exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Prata como meio de penetração nos rios platinos e como uma posição para escala em rota alternativa para a Índia<sup>63</sup>.

A “criação” do Uruguai, após as pressões da Inglaterra para que o Brasil e Argentina aceitassem a independência do novo Estado, se inserem na política de fragmentação exercida pela hegemonia inglesa. Também na Guerra do Paraguai, a política imperial na região mostrava-se predominantemente consonante com as vontades inglesas. Não por acaso, o interesse do escoamento de produtos paraguaios (principalmente o algodão), importantes na produção industrial inglesa, através de rios argentinos e o descontentamento do alto grau de estatização da propriedade no Paraguai explicam a oposição inglesa ao *status quo* paraguaio.

Neste contexto, se a estrutura de poder no Brasil, baseado na mão-de-obra escrava, estava condenada pelas repressões inglesas ao tráfico negreiro em 1850. A Lei de Terras do mesmo ano criaria procedimentos legais que garantiam que a posse da terra continuasse a ser o principal mecanismo de poder. O Artigo 1º da Lei proibia aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse a compra, tornando a terra em renda capitalizada, inviabilizando a aquisição aos trabalhadores e aos negros alforriados<sup>64</sup>. Seria a medida tomada pelos fazendeiros diante da aproximação da abolição dos Escravos para promover os interesses da classe dominante. O Estado Imperial interviria em favor dos latifundiários, institucionalizando a separação entre produtores e meio de produção. A classe dominante lograria em manter o monopólio da terra e da mão-de-obra.

A abolição e República se apresentavam como consequências da corrosão das bases da estrutura imperial e eram marcas do contexto de políticas de efervescência abolicionista, republicana, militar e religiosa<sup>65</sup>. No entanto, assim como na independência prevaleceu o “reformismo” no processo de transição do Império para a República. Quando a estrutura imperial não podia mais sustentar-se, seriam as classes dominantes que fariam a República, mais uma vez em um

---

<sup>63</sup> Nesse mesmo contexto é que ocorre a ocupação das Ilhas Malvinas pelos ingleses. Para mais detalhes, ver: SILVA, José Luiz Werneck da; GONÇALVES, Willians. *Relações exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Pág. 45.

<sup>64</sup> BRASIL, Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Disponível em: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acessado em 12 de outubro de 2016.

<sup>65</sup> SILVA, José Luiz Werneck da; GONÇALVES, Willians. *Relações exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

movimento defensivo em conter revoluções que colocariam em xeque a questão da posse da terra.

Os liberais e os conservadores que se revezavam no poder a partir da República, manteriam como fator de consenso em suas políticas o não enfrentamento ao poder oligárquico. Segundo Rui Facó, “com o advento da República, até o movimento armado de 1930, houve de fato o domínio do partido único: o partido do latifúndio”<sup>66</sup>. Não por acaso, tanto a “dádiva” da abolição quanto “quartelada” que fundam a República, desconsiderariam os movimentos sangrentos antiescravistas e antimonárquicos no processo evolutivo na formação do Estado nacional do Brasil<sup>67</sup>.

Sendo assim, da monarquia à república, do escravismo a abolição, observa-se descontinuidades no que tange ao campo político e institucional, mantendo-se a continuidade estrutural das relações de poder. Seria uma reorganização estrutural apenas nas relações de dominação, como salientou Sidney Chalhoub<sup>68</sup>. Se na Europa, a constituição da classe burguesa direcionou o Estado à um movimento no sentido da consolidação de direitos políticos e civis. No caso brasileiro a burguesia emergente ao buscar a emancipação em relação à Portugal busca apropriar-se do Estado para manter o seu interesse de classe, tomando os recursos públicos do Estado para manutenção de privilégios de grupos<sup>69</sup>. Internamente, os princípios liberais não eram convenientes aos objetivos das classes dominantes, pelo contrário se estabelecia como “ameaça” a estrutura do Estado nacional do século XIX. Esse modelo de Estado estava diretamente ligado ao grau de subordinação à potência hegemônica do século XX, ou seja, a Inglaterra, que em última análise moldaria o modo de produção interna, mantendo relações de acumulação de poder e riqueza pautadas pelo monopólio da terra e limitaria a capacidade de uma burguesia industrial que direcionasse a ação política do Estado. Isto se refletia na incapacidade de um projeto industrializante no século XIX, como veremos na seção seguinte.

---

<sup>66</sup> FACÓ, Rui. *Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1960.

<sup>67</sup> FACÓ, Rui. *Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1960.

<sup>68</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>69</sup> Ver: DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. São Paulo, Saraiva, 2003; WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

### 1.3 A herança da subordinação: a questão da industrialização no Brasil independente

A literatura que trata do tema da industrialização no Brasil costuma afirmar que a revolução de 1930 é o marco inicial do processo industrial brasileiro, que deixaria para trás um modelo agrário-exportador e iniciaria a transição para um país de modelo urbano industrial. No entanto, vale lembrar que mesmo no século XIX havia uma industrialização incipiente no país e os primeiros debates sobre o tema remontam desse período e se tornam a base do que viria transformar-se no chamado nacionalismo econômico<sup>70</sup>.

Em seu livro “*A Luta Pela Industrialização no Brasil*”, de 1961, a professora Nícia Vilela Luz chama a atenção para o fato de que no Alvará de 1º de abril de 1808, Dom João concedia a liberdade econômica às colônias portuguesas e no alvará de 28 de abril de 1809 concedia isenção de direitos aduaneiros sobre matérias-primas necessárias às fábricas nacionais, isenção de impostos de exportação sobre produtos manufaturados e, sobretudo, a utilização de produtos nacionais no fardamento de tropas reais<sup>71</sup>. Salieta, ainda a autora, que as loterias do Estado concederiam subsídio de 60 mil cruzados anuais às indústrias que mais necessitavam de ajuda como as de lã, algodão, seda, ferro e aço<sup>72</sup>.

As tentativas de industrialização nesse período, sob a égide liberal mantinha o pensamento de que não convinha precipitar o desenvolvimento industrial do Brasil e muito menos concorrer com a Europa na produção de artigos de luxo, mas sim conceder auxílios às indústrias mais necessárias ao Brasil, ou seja, principalmente as máquinas relacionadas à agricultura. Silva Lisboa<sup>73</sup> evidenciava que a industrialização deveria ser introduzida no Brasil de acordo com o princípio da “franqueza da indústria” consequente da “franqueza do comércio”<sup>74</sup>. Seriam feitas diligências com técnicos estrangeiros para estudarem os recursos minerais e a

---

<sup>70</sup> BARRETO, Helena Salles Motta. *Crise e Reforma do Estado Brasileiro*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

<sup>71</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>72</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>73</sup> Sobre Silva Lisboa ver: BELCHIOR, Elycio de Oliveira. *Visconde de Cairu; vida e obra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000.

<sup>74</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

implementação da siderurgia no país. Roberto Simonsen<sup>75</sup> chama a atenção para o fato de a história econômica mostrar que, além da siderurgia depender de combustível e matéria-prima, só poderia se desenvolver em paralelo à outras atividades que demandassem maior emprego de ferro. Desta maneira, as grandes distâncias em que se encontravam os minérios em uma época de difícil transporte e a baixo uso de metal na exploração agrícola, não geravam estímulo à criação da siderurgia<sup>76</sup>.

Mesmo o “plano liberal” de incentivo à industrialização seria desmontado dois anos após o alvará que concedia liberdade de indústria. O tratado de 1810, assinado com a Grã-bretanha, que garantia às manufaturas inglesas tarifa preferencial de 15%, sendo menor até a concedida aos produtos portugueses que pagavam 16%, entregava o mercado brasileiro às manufaturas inglesas<sup>77</sup>. Vale ressaltar que o Tratado de 1810, remonta aos três tratados complementares (1642, 1654, 1661) que garantiram à Inglaterra domínio do comércio português.

Já em 1640, quando Lisboa iniciou a revolta para libertar Portugal do controle da Espanha, ao mesmo tempo em que se defendia de ataques dos holandeses, o Duque de Bragança pediu auxílio à Inglaterra. O tratado de 1642, continha vinte e uma cláusulas que basicamente garantiam à Inglaterra tolerância religiosa aos súditos ingleses residentes em Portugal (comerciantes, em grande parte), proteção contra a Inquisição e concedia à Inglaterra o *status* de nação mais favorecida comercialmente. Em contrapartida Portugal teria o reconhecimento de sua independência<sup>78</sup>. Alan Manchester<sup>79</sup> salienta que embora o acordo de 1642 não tenha sido assinado, serviu de base para as exigências de Cromwell nos acordos de 1654 e 1661, esses sim firmados. O primeiro tornava Portugal um verdadeiro vassalo comercial da Inglaterra, garantindo o *status* de nação mais favorecida

---

<sup>75</sup> SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

<sup>76</sup> Simonsen salienta ainda que, mesmo com os primeiros “saldos ponderáveis” na balança do comércio derivado do café, a partir de 1960, não houve estímulo à siderurgia. O café, segundo o autor, por seu caráter perene, que garantia a sua vida produtiva de mais de 40 anos e a seu plantio em regiões de colinas, não facilitava o trabalho mecânico. Mesmo a indústria de máquina criada em São Paulo em razão da produção cafeeira, entrava em sua composição, mais madeira do que ferro.

<sup>77</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>78</sup> MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. Pág. 21.

<sup>79</sup> MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. Pág. 21.

comercialmente, tolerância religiosa, proteção contra a inquisição e foi outorgado o privilégio de abertura do comércio português com a Companhia das Índias Orientais e Ocidentais foi aberto aos ingleses e a Inglaterra garantiu o:

[...] privilégio de manter comerciantes residentes em Goa, Cochim e Diu no oriente; na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro no Brasil; e em todas as Índias Ocidentais portuguesas. Qualquer cidade ou território anteriormente pertencente à Portugal, que a Inglaterra porventura capturasse, devia permanecer em sua posse, com exceção de Mascate, ou parte do Ceilão, que seriam devolvidos à seus proprietários primitivos<sup>80</sup>.

Como moeda de troca no acordo, Inglaterra garantiria não só a amizade com Portugal. Garantiriam tropas e navios e auxílio contra ataques à Lisboa, além da garantia de não fazer nenhum tratado com a Espanha. Dunquerque e Jamaica jamais seriam devolvidas à Espanha e a Inglaterra auxiliaria Portugal mesmo em necessidade de guerra contra Castela<sup>81</sup>. O tratado de Paz e Aliança de 1661 estabeleceu o casamento entre Carlos II da Inglaterra e Catarina de Bragança, e fez parte do acordo a entrega das cidades do Tânger em Marrocos e Bombaim e Colombo na Índia.

Nesse sentido, o Tratado de Methuen, de 1703<sup>82</sup>, visto como principal acordo de aliança entre Inglaterra e Portugal, sendo muitas vezes citado como marco da dominação inglesa e dos ganhos lucrativos desses tratados desiguais, segundo Manchester, teve suas sementes plantadas nos tratados complementares de 1642, 1654 e 1661, que garantiram meio século de ganhos proveitosos da Inglaterra sobre Portugal<sup>83</sup>. Assim, “pelos tratados de 1642, 1654 e 1661, a Inglaterra garantiu a sua

---

<sup>80</sup> MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. Pág. 30.

<sup>81</sup> Segundo Manchester, uma cláusula secreta prometia defender territórios portugueses contra todos inimigos. Ver: MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

<sup>82</sup> O Tratado de Methuen, também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos, estabeleceu relação extremamente desfavorável de Portugal em relação à Inglaterra. No tratado, Portugal deveria receber, para sempre, os tecidos de lã e outras manufaturas de lã dos britânicos, livres de impostos. Em contrapartida, a Inglaterra deveria admitir vinho português, e mesmo em caso de guerra entre Inglaterra e França, não se poderia exigir direitos de alfândega nesses produtos, ou qualquer impostos maiores dos exigidos do vinho francês. O fato é que a balança comercial entre os dois países em relação ao tratado, foi amplamente favorável aos ingleses. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

<sup>83</sup> MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

posição privilegiada no comércio português; pelo Tratado de Methuen, Portugal atrelou-se a Inglaterra”<sup>84</sup>.

Voltemos ao século XIX. Mesmo depois de 1828 em que um decreto garantiu que todas as mercadorias estrangeiras pagassem 15% de tarifa, seja qual fosse a nacionalidade, não comprometeu a supremacia inglesa no mercado brasileiro. Somado a isto, a perda de exclusividade do comércio português depois de 1822, o desenvolvimento de impérios coloniais de países industriais desvalorizou a produção agrícola em grandes regiões do norte do país. A pressão Inglesa para o livre comércio, que permaneceria até 1844, impedia qualquer produção de manufaturas que pudesse competir com os produtos ingleses e os déficits na balança de pagamentos eram supridos por empréstimos proporcionados pela Inglaterra.

Nícia Vilela Luz lembra que o fim de diversos tratados comerciais, a partir da década de 40, estabeleceu uma nova oportunidade para o Brasil buscar algumas alternativas protecionistas que protegesse a industrialização brasileira. A tarifa Alves Branco, de 1844, ensaiava um nacionalismo econômico pois, nas palavras do então Ministro da fazenda, a tarifa serviria para "não só preencher o déficit do Estado, como também proteger os capitais nacionais já empregados dentro do país em alguma indústria fabril e animar outros a procurarem igual destino"<sup>85</sup>. Apesar de o próprio Ministro reconhecer que a alíquota de 30%, a grande maioria dos produtos, não gerava efeitos protecionistas, permeava na tarifa inclinações nacionalistas.

Pedro Cezar Dutra Fonseca<sup>86</sup> chama a atenção para o fato de que, independentes do efeito das tarifas, a posição de Alves Branco permite destacá-lo como “representante de certo nacionalismo não radical, mas já associado à defesa da indústria”, associada às atividades primárias<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. Pág. 37.

<sup>85</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. Pág. 24.

<sup>86</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “La formación histórica del desarrollismo en Brasil”. Versão modificada de artigo apresentado no IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico, realizado em Lisboa, Portugal, em 09/02/2005. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/707Dutra.pdf>>. Acessado em 13 de agosto de 2016. Pág. 04.

<sup>87</sup> Fonseca chama a atenção para o fato de que “Surpreende nesta declaração de Alves Branco o fato de antecipar em quase um século uma das marcas do desenvolvimentismo brasileiro do século XX: o entendimento de que não há oposição frontal entre os interesses “nacionais” e da indústria, de um lado, e do capital estrangeiro, de outro. O centro da economia deve repousar no mercado interno, o “principal”, mas sem rompimento com outros países, considerados mercados “auxiliares” tanto para a indústria como para a agricultura nacional. Ficava estabelecido, também, que embora nem todo nacionalismo fosse industrializante, a defesa da indústria tinha no nacionalismo um de seus melhores



A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura; a lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria. Os mercados estrangeiros só devem ser considerados auxiliares para uma e outra, e jamais, como principais<sup>88</sup>.

Se a incapacidade do pensamento nacionalista em encontrarem ressonância no cenário brasileiro era marcada, até meados do século XIX, pelos obstáculos da Inglaterra à políticas alfandegário-protecionistas, ao final do último quarto desse mesmo século, os interesses liberais da monocultura do café se apresentavam como barreira aos entusiastas da industrialização. Mesmo que as necessidades de receita impusessem algum tipo de protecionismo moderado, a doutrina liberal aparecia como mais conveniente à monocultura e as políticas do Império, sustentado pela vida rural e pela mão-de-obra escrava<sup>89</sup>. Mesmo que a exportação do café tenha aumentado a partir de 1850 e promovido o aumento de capital e, conseqüentemente, a expansão do mercado interno, responsável pelas estradas de ferro e portos marítimos, pouco evoluiu a indústria no Brasil. Segundo Simonsen<sup>90</sup> havia em meados da década pouco mais de cinquenta estabelecimentos industriais, contando com cinco de pequena metalurgia. Em 1854, foi construída a primeira estrada de ferro nacional pelo Visconde de Mauá<sup>91</sup>. A ferrovia unia o fundo da Baía de Guanabara à raiz da serra de Petrópolis. Porém, a iniciativa com maior importância econômica seria a constituição da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II que construiria uma estrada de ferro “que demandasse a Província de São

---

argumentos, com apelo emocional e ideológico inquestionável”. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “La formación histórica del desarrollismo en Brasil”. Versão modificada de artigo apresentado no IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico, realizado em Lisboa, Portugal, em 09/02/2005. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/707Dutra.pdf>>. Acessado em 13 de agosto de 2016. Pág. 05.

<sup>88</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. Pág. 50.

<sup>89</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “La formación histórica del desarrollismo en Brasil”. Versão modificada de artigo apresentado no IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico, realizado em Lisboa, Portugal, em 09/02/2005. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/707Dutra.pdf>>. Acessado em 13 de agosto de 2016.

<sup>90</sup> SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

<sup>91</sup> A rede ferroviária brasileira contava, em 1885, com 7.062 km, sendo que apenas 732 km seriam construídos até 1870. PICANÇO, Francisco. *Estradas de Ferro. Vários Estudos*. Rio de Janeiro, 1887. Pág. 276.

Paulo (prioritariamente o Vale do Paraíba) e a Província de Minas Gerais. Em 1866 se apresenta uma evolução da indústria têxtil, com 09 fábricas que contavam com 385 teares mecânicos e com 768 operários que produziam 125 mil quilos de fio e 235 mil metros de pano com valor estimado de 1 milhão de dólares. Em comparação, nos Estados Unidos haviam mais de mil estabelecimentos nesse período, com produção que ultrapassavam os 115 milhões de dólares<sup>92</sup>. É a partir do “surto” cafeeiro da segunda metade do século, devido ao seu caráter nacional, que o Brasil tem maior capacidade de reter a renda dele gerada e iniciar um processo de acumulação e estímulo à indústria, apesar de toda a estrutura econômica antiga ainda resistir, sobretudo a escravidão como base da economia cafeeira<sup>93</sup>.

A preocupação protecionista em favor da indústria torna-se mais forte em meados da década de 1870. O movimento iniciado pela indústria de chapéus em busca de proteção à concorrência que sofriam da Alemanha, que produzia chapéus sintéticos muito similares aos feitos com pele de lebre fabricados no Brasil e, obviamente, à um preço mais baixo, fizeram que os produtores de chapéus apelassem à Associação Comercial e à Sociedade Auxiliadora da Indústria para que houvesse proteção alfandegária. Se as discussões nessas organizações não levaram a uma taxa próxima de 100%, como queriam os defensores da indústria fabril, tiveram, no entanto influência sobre um pequeno aumento da Tarifa em 1879, que se mostrou ineficaz como medida de proteção à indústria, embora tenha acalmado os industriais<sup>94</sup>.

Nos primeiros anos da república brasileira, as campanhas em favor da industrialização teriam impulso com o fim da escravidão, assim como o rompimento das amarras do espírito conservador do império. Por outro lado, o fim da escravidão gerava milhares de trabalhadores e as necessidades de amparar, por meio de crédito, os ex-proprietários de escravos, cuja consequência seria a fase da especulação desenfreada conhecida como *encilhamento*<sup>95</sup>.

---

<sup>92</sup> SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

<sup>93</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

<sup>94</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>95</sup> Embora se costume associar essa bolha econômica de crédito às políticas do Ministro da Fazenda Rui Barbosa em relação às políticas de créditos livres, Heitor Ferreira Lima, chama a atenção para o fato de que, no entanto, fenômeno semelhante se observara na Argentina. LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

O Ministro da fazenda Rui Barbosa entre 1889 a 1891<sup>96</sup> incentivou o chamado “primeiro surto industrial” brasileiro não apenas ao que se referia às políticas de crédito, mas, sobretudo às tarifas aduaneiras apresentadas por ele como alternativa aos transtornos do próprio desenvolvimento da indústria e das relações comerciais dos países estrangeiros, a fim de que com uma proteção “módica e lenta”, se pudesse preparar a indústria para em “época, mais ou menos próxima, confiar exclusivamente em si mesma”, ao passo em que se criavam mecanismos de rendas internas que necessitasse cada vez menos do Tesouro e das próprias tarifas na aquisição de suprimentos<sup>97</sup>. A vitória das relações livre-cambistas no Brasil seria então projetada para o futuro<sup>98</sup>.

Basicamente, a política econômico-financeira de Rui Barbosa, deu entrada livre de suprimentos agrícolas; como adubos e animais de raça para as fazendas; baixou taxas referentes à produção de lã, açúcar e álcool; isentou de direitos de importação ou reajustou taxas para instrumentos de trabalho (máquinas, ferramentas, etc); reduziu os direitos para chumbo, estanho, zinco bruto, cobre fundido, ferro em barra; e baixou taxas para fósforo e enxofre. Ao mesmo tempo, com o objetivo de facilitar a entrada de matérias-primas e estimular a produção industrial do setor de alimento e vestuário, aumentou as taxas sobre grande número de produtos manufaturados que considerava haver produção nacional suficiente (tecidos, doces, velas chocolates etc.)<sup>99</sup>.

Ao analisar as políticas as políticas econômicas e alfandegárias do governo provisório, Nícia Vilela Luz<sup>100</sup>, assinala que tanto a política alfandegária quanto a política financeira de Rui Barbosa respondiam à um contingente específico, qual

---

<sup>96</sup> Autores como o já citado Heitor Ferreira Lima vêem Rui Barbosa como “declaradamente industrialista”, ao passo que Nícia Vilela Luz (1961) o considera o pensamento do Ministro da Fazenda como fundamentalmente liberal, por sua declaração ao parlamento imperial contrária a qualquer proteção a indústria. Nesse sentido a sua mudança de posição em relação à indústria como necessidade política de consolidação do novo regime. LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

<sup>97</sup> BARBOSA, Ruy. “Relatório do Ministro da Fazenda”. In *Obras completas*, volume XVIII, tomo III, 1891: 129. Disponível em : <<http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>>. Acessado em 28 de set de 2015.

<sup>98</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>99</sup> BASTOS, Humberto. *Rui, Ministro da Independência Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949. Págs. 141-147.

<sup>100</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

seja, a retração da “moeda metálica” em função de um novo regime que se tornara inconveniente em um ambiente de crescimento econômico.

Pleiteada tanto pelos industrialistas quanto pelos comerciantes, a quota-ouro estabelecida em 1890, teria como objetivo de fazer frente a queda e oscilações do câmbio<sup>101</sup>. No entanto, responderia principalmente às necessidades do Tesouro em honrar compromissos externos do país<sup>102</sup> e se mostrava como medida que conciliava os interesses industriais com as necessidades fiscais. Sobretudo, a política de crédito do governo provisório veio fortalecer, através da expansão dos negócios incentivada pelas emissões, grupos industriais que juntamente com o comércio seriam as bases para a consolidação da república frente ao receio da contra-revolução monárquica que poderia ser realizada pelos “senhores da terra”<sup>103</sup>. O fato é que até meados da década de 1882, o *encilhamento* as somas ultrapassaram os três milhões de contos de réis, considerada uma quantia muito volumosa para o período. O que se seguiu foi um aumento das atividades fabris<sup>104</sup> e conseqüentemente o aumento das importações em conjunto com a desvalorização da moeda brasileira frente à libra esterlina<sup>105</sup>.

As políticas do governo Floriano Peixoto, a partir de 1882, a fim de combater a desvalorização cambial e reduzir as emissões monetárias, elevou para 50% os adicionais sobre direito de importação (exceto para gêneros alimentícios), ao mesmo

<sup>101</sup> De início estabeleceu-se apenas uma porcentagem que variava conforme as taxas cambiais, o que se revelou insuficiente e substituída pelos pela cobrança integral dos direitos alfandegários em ouro. LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. Pág. 171.

<sup>102</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>103</sup> “E releva dizê-lo: o desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo uma questão política. No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação, com toda a sua atividade social, pertenciam a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia laboriosa e robusta, que pudesse inquietar a bem-aventurança dos posseiros do poder, verdadeira exploração a benefício de privilegiados. Não se pode ser assim sob o sistema republicano. A República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente”. Ver: BARBOSA, Ruy. “Relatório do Ministro da Fazenda”. In *Obras completas*, volume XVIII, tomo III, 1891: 129. Disponível em : <<http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>>. Acessado em 28 de set de 2015.

<sup>104</sup> Entre 1890 e 1891 seriam criados 89 bancos e 549 companhias somando um capital de 2.720.500 contos de réis, quantia consideravelmente alta para época, mesmo levando em consideração a desvalorização monetária decorrente aumento dos índices inflacionários. LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

<sup>105</sup> Os montantes gastos com as importações passam de 217.880 ,em 1889, para 527.104 contos de réis em 1892. Enquanto a cotação de libra-réis, passa de \$9.075 para \$20.040 no mesmo período. LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

tempo em que demonstrava política de amparo aos interesses industriais que se constituíram durante a república, transformando em lei um auxílio em dinheiro<sup>106</sup> às indústrias em dificuldade, que seria garantido pelo Banco da República do Brasil<sup>107</sup>.

O fim do “*florianismo*”, com a chegada de Prudente de Moraes a presidência da República, marcava o início de políticas deflacionistas como o resgate de papel moeda e orientação para os problemas da lavoura que, segundo o Ministro da Fazenda Rodrigues Alves, estaria sendo prejudicada pelo desenvolvimento industrial do país ao retirar a mão-de-obra e os capitais necessários à agricultura. Ao mesmo tempo, o Ministro atribuía à política protecionista aos desfalques no Tesouro<sup>108</sup>. As baixas dos preços do café<sup>109</sup>, a partir de 1896, acentuariam a desvalorização do câmbio e, por conseguinte, dificultava as importações. A solução encontrada pelo governo seria o acordo de “*Funding-Loan*”<sup>110</sup>, através de credores internacionais, que seria executado pelo governo seguinte. No que diz respeito às políticas do governo Campos Sales, seguiu-se a política de “saneamento” financeiro a fim de cumprir com as cláusulas do acordo. Continuavam-se as políticas deflacionistas do governo anterior com o resgate e incineração de papel moeda e elevando as tarifas alfandegárias<sup>111</sup>. A consequência seria a queda da importação elevando os saldos do comércio que seriam canalizados para o pagamento das dívidas externas, muito

---

<sup>106</sup> “Além desse auxílio pecuniário, receberam as indústrias outros favores como isenções de direitos sobre maquinaria e matéria-prima e outras regalias, enquanto as leis orçamentárias iam agravando as taxas de importação sobre alguns produtos já fabricados no Brasil, culminando essa política com o decreto de abril de 1896(48)” LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. Pág. 179.

<sup>107</sup> O decreto de 17 de dezembro de 1882 fundia os Bancos do Brasil e da República. LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>108</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976; LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>109</sup> Os preços do café por saca, passaria de \$2,59 Libras-ouro em 1896, para \$ 1,74 em 1897 e \$1,49 em 1898. LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Pág. 171.

<sup>110</sup> O acordo de “*Funding-Loan*” previa, entre outras coisas, “a concessão de um empréstimo no valor de 10 milhões de libras esterlinas, a ser utilizado para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira nos três anos seguintes; a concessão de um prazo de 10 anos, além dos 3 iniciais, para o início do pagamento; A penhora, a título de garantia para com os bancos credores, de toda a receita da alfândega do Rio de Janeiro, além de, em caso de necessidade, outras alfândegas; A obrigação assumida perante os bancos de sanear a moeda brasileira, isto é, fortalecê-la pelo combate à inflação, com o objetivo de estabilizar a economia do país. Na prática, o *funding loan* era um esquema para dar folga e garantir, através de um novo empréstimo, o pagamento dos juros e do montante de empréstimos anteriores”. BORIS FAUSTO. *História Concisa do Brasil*. 2ª edição. Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 166.

<sup>111</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

em função do acordo de “*Funding Loan*”. Heitor Ferreira Lima<sup>112</sup> destaca que, no entanto, a queda das importações teria um efeito benéfico ao estímulo às indústrias do país. As necessidades do Tesouro frente à alta no câmbio levaram a um reforço das tarifas alfandegárias e do aumento das quotas de ouro sobre os direitos de importação estimulando a criação de empresas nacionais. Neste ponto, ao passo que foram criadas 472 novas empresas entre 1895 a 1899, entre 1900 e 1904 seriam criadas 1080 empresas responsáveis pela criação de 1.552 novos estabelecimentos industriais<sup>113</sup>.

Hermes da Fonseca, ao assumir o governo em 1910, compromete-se a conceder relativa proteção à indústria, porém a proteção à “indústria natural”, ou seja, a indústria que aproveitasse as matérias-primas brasileiras<sup>114</sup>. A crise a partir de 1913 viria confirmar a incapacidade do governo brasileiro encontrava em criar uma política que unisse indústria e agricultura. Com a Primeira Guerra, a moratória ligada ao *Funding-Loan* havia terminado e a tentativa de estabilização cambial através da caixa de conversão<sup>115</sup> havia fracassado. Buscar encontrar novos empréstimos para solucionar déficits estava mais difícil pelo contexto externo e somado a isto a crise de 1913 baixava ainda, mais tanto a cotação do café quanto a da borracha<sup>116</sup>. Nesse sentido, a guerra teria seu primeiro impacto nas exportações reduzindo o valor médio das vendas para o exterior de \$ 57,4 em para \$29, 8 mil libras-ouro em 1915. O segundo impacto, referente à importação, se mostraria benéfico à indústria. A

<sup>112</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

<sup>113</sup> Nesse montante, correspondia a indústria de alimentos a maior parte dos estabelecimentos industriais no Brasil, com 26, 7% . O restante se dividia em indústria têxtil, 20,6 %; vestuário acessórios 15,9 %, produtos químicos e semelhantes 9,4% ; e produtos diversos 27, 4%. LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Pág. 26.

<sup>114</sup> Tratava-se de uma um conceito antigo dos primeiros anos da República em que se fazia em relação ao fundamento de indústria natural *versus* indústria artificial. (LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

; LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.).

<sup>115</sup> O objetivo da Caixa de Conversão era o auxílio ao mercado do café brasileiro e manter equilibrado o câmbio brasileiro em relação ao comércio internacional. A política baseava-se na emissão de bilhetes conversíveis em moedas de ouro, sendo lastreada por moedas de ouro nacionais e estrangeiras como a libra, o dólar, o franco e o marco. DECRETO Nº 1.575, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1906. Disponível em : <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1575-6-dezembro-1906-583090-publicacaooriginal-105913-pl.html>>. Acessado em: 15 de jul de 2016.

<sup>116</sup> A cotação do café caiu de \$57.811 em 1912 para \$46.103 em 1913 enquanto a da borracha caiu de \$5.282 para \$4.282 nos mesmos anos. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

guerra assegurou o mercado nacional que, devido às dificuldades de importação, por conta da Primeira Guerra, a constituição de São Paulo e Rio de Janeiro como centros de produção industrial de artigos de primeira necessidade. O fato é que até 1917 a produção industrial alcançou um valor nominal de 2.424.193 contos de réis em comparação aos 956.557 contos de réis de 1914 um aumento de 153%. Contando com um valor nominal de 2.989.176 contos de réis em 1919, indicava um valor 212% maior que em 1914<sup>117</sup>.

Segundo autores como Heitor Ferreira Lima e Roberto Simonsen<sup>118</sup>, devia-se ao crescimento industrial, tanto as dificuldades do mercado europeu em suprir as demandas de produtos manufaturados no Brasil, quanto pela constante transferência de rendas de capitais oriundos do dos setores de café e borracha que se encontrava em crise. Porém, se por um lado a guerra foi um impulso às indústrias, por outro as dificuldades de importação de combustível e outros produtos essenciais mostrava a necessidade de uma indústria de base<sup>119</sup>. Warren Dean, Villela e Susigan<sup>120</sup>, contrapõem a ideia de surto industrial derivado às demandas do mercado interno. Segundo os autores, não fica claro a existência de um surto industrial no período, uma vez que eram as importações a única fonte de aquisição de bens de capital. A drástica queda nas importações limitaria, em última análise, também a capacidade de aquisição de cimento, aço (importados) e combustíveis, já que a produção nacional de carvão era mínima<sup>121</sup>. Mesmo que tenha aumentado a produção no período, como parecem concordar os autores, esta não estaria atrelada ao mercado interno, pelo contrário, o aumento na capacidade de produção seguiria o caminho para setores que visavam a exportação, como o açúcar, tecidos de algodão, carne e banha<sup>122</sup>, a partir de um melhor aproveitamento do maquinário já existente. O fator de concordância de todos os autores, seria o fato de

---

<sup>117</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

<sup>118</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976; SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

<sup>119</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976; LUZ, Nícia Villela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>120</sup> ver: DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: FIESP, 1939.; VILLELA, A.; SUSIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

<sup>121</sup> VILLELA, A.; SUSIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

<sup>122</sup> DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: FIESP, 1939.

reconhecerem que, seja por um motivo ou por outro, houve no período aumento na produção industrial.

Iniciava-se, a partir de 1917, uma política de fomentação de exploração de carvão e de pedra, assim como o aproveitamento de ferro. As políticas de empréstimos e isenção de impostos às indústrias carboníferas e de siderurgia continuariam mesmo com o fim da guerra, porém, a política alfandegária, esta sim sofreria reformas, e apesar das disposições favoráveis à indústria na década de 1920, não se estabeleceram como um plano de proteção à indústria nacional. Manteve-se uma política parcial e aleatória no que se refere à proteção industrial. Segundo Heitor Ferreira Lima, um reflexo do próprio do caráter oportunista do protecionismo brasileiro, que não mostrava um sistema ou um projeto, ao contrário era feito de acordo com as circunstâncias.

Desse modo podemos resumir que mesmo que os acordos desiguais de comércio na primeira metade do século XIX entre Brasil e Inglaterra, tenham caducado, a relação entre os dois países já tinham bases fortes quando surgiu alguma capacidade industrial no Brasil derivada do “surto do café”. A economia da brasileira já enquadrada na hegemonia da libra esterlina é outra vez atrelada à Inglaterra pelos empréstimos realizados para financiamento da Guerra do Paraguai, e aos acordos de “*Funding-loan*”. Sobretudo, as tentativas de industrialização aparecem como modo de conciliar anseios de certos setores, mas passou longe de ser um projeto de Estado. Se por um lado a incapacidade de uma nascente burguesia industrial tomar a dianteira do processo de ação política do Estado estava limitada pelo atrelamento secular com o comércio Inglês, por outro se mostrava como meio de as oligarquias exportadoras garantirem o núcleo do poder decisório do Estado brasileiro.

O “Estado oligárquico” ao controlarem o núcleo decisório do Estado impõe para dentro a sensação de “ameaça”, como já vimos anteriormente. Isto se refletiu não apenas nas questões econômicas, mas também nas questões concernente ao papel do Exército na política do Estado, ficando a instituição em segundo plano no projeto de Estado nacional, como vemos a seguir.



#### 1.4 O exército no Brasil imperial: a subordinação aos poderes locais

No que concerne à questão do exército, a Guerra do Paraguai levou ao exército brasileiro a certo nível de coesão e laços internos responsáveis pela “consciência de classe militar” a partir da marginalização que sofriam, sobretudo, no pós-guerra. Luiz Roberto Lopez<sup>123</sup> salienta que a ascensão do estamento militar na burocracia do Estado brasileiro a partir dos anos de 1870, seria um dos fenômenos mais importantes a se estudar nos final do II império. É sobre esse assunto que debruçaremos nesta seção.

Podemos dizer que a Guerra do Paraguai seria a responsável por romper com o padrão aristocrático, reflexo das heranças europeu na hierarquia militar brasileira, ainda ligada à posse da terra. Leirner<sup>124</sup> assinala que essa é uma característica de origem medieval na organização do exército até os anos finais do Império. Segundo Nobert Elias<sup>125</sup>, no período medieval, ao qual corresponde, para nós, ao período de “patrimonialismo” de Tilly<sup>126</sup>, a maioria dos “oficiais” seriam agricultores que desempenhavam deveres militares, contra ameaças externas, nas áreas que os reis lhes dera<sup>127</sup>. Na medida em que a estrutura feudal inicia a substituição do dinheiro pela terra no processo de acumulação de poder<sup>128</sup>, a nobreza seria então afetada.

A medida que cresciam as oportunidades financeiras abertas à função central, o mesmo acontecia com o seu potencial militar. O homem que tinha a sua disposição os impostos de todo um país estava em situação de contratar mais guerreiros do que qualquer outro; pela mesma razão, tornava-se menos dependente dos serviços de guerra que o vassalo feudal era obrigado a prestar-lhe em troca da terra com a qual fora agraciado<sup>129</sup>.

<sup>123</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

<sup>124</sup> LEIRNER, P.C. *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.

<sup>125</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II

<sup>126</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>127</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

<sup>128</sup> Processo que Charles Tilly intitula de “nacionalização”.

<sup>129</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II. Pág. 20.

Desse modo, inicia-se um processo em que não há mais a ligação direta em nobreza e guerreiros. Nem todo guerreiro seria nobre, nem todo nobre seria guerreiro, “o nobre era na melhor das hipóteses um oficial de tropas plebéias que tinham que ser remuneradas”<sup>130</sup>. Nesse processo de centralização, muitos membros da nobreza que não conseguem arcar com os impostos sobre suas terras “passam por séculos usando máscaras sociais mais díspares - como cruzados, chefes de bandos de assaltantes, mercenários a serviço dos grandes senhores -, até que finalmente, formam a base dos primeiros exércitos permanentes”<sup>131</sup>. Assim, sendo parte da nobreza responsável pela formação de exércitos, há a incorporação de valores e regras da sociedade da qual se originam. Sobretudo, a hierarquia, que seria o pilar estrutural do sistema feudal, passa a ser a base de novas organizações, dentre elas, os exércitos permanentes. Entre os exércitos formados na América do Sul, o brasileiro seria o que mais herdaria essa tradição europeia. Isto se deve, segundo Carvalho<sup>132</sup>, ao fato de não ter havido aqui guerra e sem grande mobilização militar na população, permitindo a preservação da estrutura portuguesa<sup>133</sup>.

A partir do século XV, o Estado português se aproveita da diminuição da renda da nobreza, provinda da terra, e do aumento do poder absoluto do rei para a construção do exército profissional. Porém, com a expansão marítima, a coroa portuguesa reduz sua capacidade terrestre em prol de armadas navais, mantendo alguns pequenos exércitos terrestres em posições consideradas estratégicas como em castelos em posição de fronteira e a arregimentação passava-se a ser de maneira voluntária ou forçada, dependendo a necessidade da coroa. O fato é que a capacidade militar terrestre de Portugal mostrava-se insuficiente para a proteção das colônias e no Brasil foi necessário utilizar um sistema diferente do que se usava no continente europeu<sup>134</sup>. Aqui se optou por um sistema de descentralização militar em detrimento da centralização vista na Europa. Isto seria feito a partir de delegação de poder político e administrativos aos senhores de terras que passariam ser

---

<sup>130</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Pág.21.

<sup>131</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Pág. 45.

<sup>132</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>133</sup> Ponto também salientado por Charles Tilly como vimos anteriormente, *op.cit.*, 1996.

<sup>134</sup> LEIRNER, P.C. *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp. 1997.

autoridade pública e investida de poder militar, salvo no mar onde não teriam capacidade de intervenção e proteção<sup>135</sup>. Haveria, nesse sentido, dois modelos de organização militar portuguesa: na metrópole ocorria a centralização e um exército profissional composto em grande parte pela nobreza “destituída”; e no Brasil descentralização em prol de poder político e militar atribuídos aos colonos donos de terra<sup>136</sup>. A consequência seria uma força militar que por um lado necessitava da arregimentação de “nativos”, dada à insuficiência do efetivo português em cobrir todo o território brasileiro, e por outro lado seria comandada por nobres portugueses. Este distanciamento estrutural na organização militar colocava o exército mais como um “elemento disciplinador” do que uma “obrigação social”, fazendo com que a lealdade estivesse cada vez composta de uma característica endógena, de lealdade do soldado com a tropa e não do súdito com o rei<sup>137</sup>.

Com a chegada da Corte, em 1808, o governo português procuraria desvincular o *status quo* aristocrático às funções bélicas do Estado, relaxaria os critérios de nobreza. Se por um lado abriam-se novos critérios para o engajamento militar, este ainda mantinha o caráter nobre no alistamento de cadetes, cada vez mais endógeno à instituição. A lei de 1850 iniciaria o processo de fim na institucionalização desse sistema quando regulamentou que estrutura hierárquica militar, “será gradual e sucessivo, desde alferes ou segundo tenente até marechal-de-exército”<sup>138</sup>.

A Guerra do Paraguai sedimentaria o processo da mudança da organização militar da “aristocrática” para a “nacional”, por meio de duas vertentes. A primeira tratava-se da ascensão hierárquica por mérito de combate rompendo, embora não totalmente, com a hierarquia a partir do critério de nobreza institucionalizado nas escolas militares. A segunda trata-se do processo de constituição do Exército como “instituição nacional”, a partir da arregimentação de pessoas de várias províncias da

---

<sup>135</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964. Pág. 18.

<sup>136</sup> LEIRNER, P.C. *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp. 1997; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

<sup>137</sup> Desse modo, Leirner assinala que a organização militar no Brasil ao longo do século XVIII e XIX, mostra tropas disciplinarmente eficazes na questão bélica, mas sem pacto de lealdade quanto ao rei. A Guerra dos Mascates, a Guerra das Emboabas, e a Inconfidência Mineira, são exemplos de conflitos internos que tiveram participação de setores militares que romperam lealdade com o rei. LEIRNER, P.C. *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp. 1997.

<sup>138</sup> COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

nação contra a experiência de um “inimigo comum”<sup>139</sup>. A partir da mobilização de homens de “todas as província e, em particular, daquelas onde a massa escrava era mais numerosa e de todas as origens, particularmente as camadas inferiores”<sup>140</sup> reforçaria a identidade da organização militar em relação à sua unidade corporativa sua posição de única instituição da defesa nacional<sup>141</sup>.

A Guerra do Paraguai seria a responsável pela formação do Exército brasileiro e a sua “consciência de classe militar”. Os soldados brasileiros voltariam da guerra “impressionados” com a importância que os militares tinham naquelas regiões, em contraste com o Brasil, onde o Exército, mesmo após a guerra, tratava-se de uma instituição marginalizada que não tinha origem na classe dominante e que não contava com capacidade de projeção social dentro da estrutura do Império<sup>142</sup>. A carreira militar atraía ou jovens de família militar, ou aqueles que pela falta de emprego encontravam nas fileiras militares as fontes de subsistência. Dos jovens de origem militar, poucos permaneciam na instituição após terem algum grau de formação que lhes proporcionariam algum benefício na sociedade civil<sup>143</sup>.

O fato é que, mesmo havendo a modificação na forma de composição social da organização militar na segunda metade do século XIX, o Exército sofreria no período do Brasil Imperial seguidas reduções em seu efetivo, com exceção em 1865, quando a Guerra do Paraguai demandou mais soldados<sup>144</sup>, como podemos observar no quadro abaixo:

---

<sup>139</sup> LEIRNER, P.C. *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.

<sup>140</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964. Pág. 141.

<sup>141</sup> SCHULZ, J. “O Exército e o Império”. In: Hollanda, S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel, 1971. Pág. 52.

<sup>142</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982

<sup>143</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade; o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

<sup>144</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade; o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976..

Quadro: Evolução dos Efetivos do Exército (1830-1920)

Ano	Efetivos	Índice de crescimento (1830=100)
1830	30.000	100
1831	14.342	47,8
1841	20.925	69,7
1848	16.000	53,3
1855	20.000	66,6
1863	16.000	53,3
1865	35.689	118,9
1871	19.000	63,3
1880	15.000	50
1889	13.000	43,3
1892	27.013	90
<b>1907</b>	<b>30.066</b>	<b>100,2</b>
<b>1920</b>	<b>45.405</b>	<b>151,3</b>

Fonte: Relatórios do Ministério da Guerra, Mapas da Força do Exército *apud* Coelho, 2000.

Voltando da guerra o Exército encontraria os mesmos problemas que sofreram nos anos 1850: “salários baixos, promoções demoradas e injustas, condições de vida miseráveis e falta de pensões para as viúvas, aleijados e órfãos”<sup>145</sup>. Além disso, o contexto econômico interno era outro. Passado o “surto do café”, os preços dos grãos despencaram entre 1875 a 1885 e o Brasil encontrava-se com uma grande dívida derivada da guerra e o poder legislativo cortariam despesas em setores como o Ministério da Guerra<sup>146</sup>. Como salienta Schulz<sup>147</sup>, enquanto o orçamento global passou de 83 mil para 141 mil contos de réis no período entre 1871 e 1888, o orçamento do Ministério da Guerra manteve-se quase inalterado passando de 13.500 para 14600 contos de réis no mesmo período.

Schulz chama a atenção para o fato de que no contexto mundial, 1870 marca a vitória Prussiana sobre Napoleão III, estabelecendo a Terceira República Francesa. A consequência no cenário europeu seria o reinteresse por ideias republicanas, enquanto no Brasil, embora tenha causado pequeno efeito imediato sobre o Exército, serviu de incentivo à ideias republicanas e positivistas. A

<sup>145</sup> SCHULZ, J. “O Exército e o Império”. In: Holanda, S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel, 1971.

<sup>146</sup> SCHULZ, J. “O Exército e o Império”. In: Holanda, S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel, 1971.

<sup>147</sup> SCHULZ, J. “O Exército e o Império”. In: Holanda, S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel, 1971

ideologia positivista seria bem aceita no meio militar nas décadas que antecederam a República. Benjamin Constant seria um dos responsáveis pela penetração do positivismo no Exército, a qual defendia a República pelo fato de não haver a “irracionalidade” da hereditariedade do poder, ao mesmo tempo em que se aceitava o autoritarismo<sup>148</sup>.

Darc Costa<sup>149</sup>, no entanto, ressalta que com exceção de um pequeno grupo de oficiais e alunos pertencentes à Escola Militar e, portanto, mais próximo de Benjamin Constant não se pode dizer que os militares eram republicanos e ou possuíam um projeto republicano específico<sup>150</sup>.

Edmundo Campos Coelho<sup>151</sup> chama a atenção para o fato de que a “unidade do movimento militar que proclamou a República é mais aparente do que real”. O grupo dos oficiais “sem curso” tinha como objetivo garantir a honra da instituição marginalizada na monarquia, enquanto os oficiais “científicos” buscavam a derrubada do regime monárquico através do subterfúgio das questões militares. O antagonismo daqueles que viam na queda da monarquia os meios para “vingar os brios” da corporação e daqueles com ideais republicanos e positivistas no período da Questão Militar<sup>152</sup> fora superado, pelo menos até a queda da monarquia, através do entendimento comum de que o Império era uma ameaça à própria instituição militar. Isto porque, apesar do projeto centralizador monárquico,

[...] o Estado imperial não investiu na construção do que seria seu principal instrumento para enfrentar a o particularismo oligárquico: o exército profissional. Ao contrário, por conta de sua própria fragilidade política, a monarquia teve que permitir que as funções militares continuassem em grande parte sob controle direto da oligarquia, através da Guarda Nacional, a quem estavam reservadas as tarefas de manutenção da ordem interna e boa parcela da defesa externa<sup>153</sup>.

<sup>148</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

<sup>149</sup> COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

<sup>150</sup> Vale lembrar que Deodoro da Fonseca, hesitou até o último momento para a derrubada do regime. COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

<sup>151</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade; o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976. Pág. 70.

<sup>152</sup> Para saber mais ver: SCHULZ, J. “O Exército e o Império”. In: Hollanda, S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel, 1971.

<sup>153</sup> COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

Ao final da Guerra do Paraguai, como já vimos nesta seção, o Estado imperial reduziu os efetivos do Exército. O império, além de questões fiscais, tinha o objetivo de reduzir a influência militar na sociedade brasileira. O contragolpe militar seria o positivismo disseminado na Escola Militar como alternativa às políticas anti-militaristas imperiais, propondo que “na ausência de uma identidade profissional, uma identidade política: a doutrina do soldado-cidadão”<sup>154</sup>.

Se por um lado o governo republicano instaurado em 1889 marca, segundo Quartim de Moraes, o início da crescente participação do Exército no governo a partir da ideia das Forças Armadas como “nacionais” e “efetivas”, elaborado por Rui Barbosa na constituição de 1891<sup>155</sup>, essa mesma Constituição seria a ferramenta que as oligarquias hegemônicas de São Paulo e Minas Gerais encontrariam para neutralizar a intervenção política das Forças Armadas na República Velha. Se a Constituição que dava direito a voto aos alunos das escolas militares, refletindo o papel político buscado pelo “soldado-cidadão” em relação às discussões sobre as atribuições da União na arregimentação das forças militares nacionais (milícias e Guarda Nacional), o texto definitivo dava ao governo central a competência de mobilizar a Guarda Nacional, mas não tocava na organização e comando. Nesse sentido, Darc Costa, afirma que a guarda nacional continuou sendo instrumento das oligarquias.

O fato é que o Exército que proclama e consolida a República, na qual passa a ter papel de certo destaque, não logrou na República Velha a tornar-se uma instituição coesa e organizada. Justamente por isso ao invés de possuir certa autonomia na estrutura do Estado, tornou-se instrumento nas mãos dos oligarcas.

O oligarquismo, assim liberto de obstáculos, voltava as costas ao Exército e dedicava todas as suas atenções à formação de polícias que representavam verdadeiras forças militares. No estado em que a lavoura de café atingira o seu mais alto nível, e que era aquele, naturalmente, em que o desenvolvimento da pequena burguesia e do proletariado era mais forte, chegava-se ao curioso limite – aliás característico – de possuir a Polícia Militar uma missão francesa de instrução, entrando logo mais em suas cogitações e merecendo as primeiras providências concretas, a organização de uma força aérea

---

<sup>154</sup> COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

<sup>155</sup> MORAES, João Quartim. *A Esquerda Militar no Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo: Siciliano, 1991.

. Os latifundiários criavam, desse modo, a sua própria força militar dentro de técnicas e processos os mais modernos<sup>156</sup>.

Seriam ainda, setores dissidentes da oligarquia que se encontravam fora do poder decisório da política do “café com leite”, que procurariam os “tenentes revolucionários” da década de 20 para fazer frente à política oligárquica hegemônica<sup>157</sup>. Seria a extinção dessas das “forças públicas estaduais” a partir de 1930 a prova de sua ligação com o “equilíbrio instável da estrutura política da Primeira República”<sup>158</sup>. No entanto, mesmo a instituição militar estando submetida aos interesses hegemônicos da oligarquia exportadora, não havia uma fusão entre o Exército e oligarca devido a composição social do Exército e sua posição específica no aparelho estatal<sup>159</sup>. Desse modo, ao passo que os oligarcas justificavam sua posição central no Estado através de princípios liberais, havia progressivamente a exigência de vários setores das Forças Armadas para que esses princípios tivessem coerência com a prática política<sup>160</sup>. Sobretudo, deve-se às séries de rebeliões que iriam abalar o poder político a partir de 1922, dois fatores. O primeiro é a desconfiança de oficiais e tenentes sobre a administração civil do Estado, que consideravam desastrosas. O segundo é que a alta oficialidade queixava-se da falta de centralização administrativa, na qual poderiam desempenhar um papel de maior importância<sup>161</sup>. Ambos os fatores teriam influência para a crise do sistema oligárquico liberal que desembocaria na revolução de 1930.

Em resumo, neste capítulo pudemos perceber que a inserção do Estado nacional brasileiro sistema internacional tendo teria sido fruto da expansão francesa. A ligação subordinada entre Portugal e Inglaterra, tendo em vista os acordos do século XVII e XVIII, ditou o caminho a ser seguido pelos portugueses diante do exército de Napoleão. Dessa forma, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil se estabeleceu diante dos interesses ingleses e a independência brasileira seguiria o mesmo passo. Portugal passaria o para o Brasil a dinâmica das relações político-econômicas subordinadas à Inglaterra. Do mesmo modo, a Corte portuguesa

---

<sup>156</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964. Págs. 192-193.

<sup>157</sup> COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. Pág. 52.

<sup>158</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. São paulo: Editora Paz e Terra, 1975.

<sup>159</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. São paulo: Editora Paz e Terra, 1975.

<sup>160</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. São paulo: Editora Paz e Terra, 1975.

<sup>161</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. São paulo: Editora Paz e Terra, 1975.



ao escapar das transformações administrativas implementadas na Europa pelo expansionismo francês, trouxe para o outro lado do atlântico a estrutura de Estado do “reativo” retardando a incorporação da massa no cálculo político do Estado. O “parto sem dor”, com a ausência de guerra, não criou condições de possibilidade para o surgimento da variável geopolítica de pertencimento nacional tendo em vista um inimigo em comum e a união nacional que surge deriva de um “cartel” de senhores de terra para a manutenção de uma estrutura escravagista com base numa economia de monocultura para exportação a qual subordinava as Forças Armadas aos poderes locais. O desenvolvimento industrial incipiente mostrava-se antes uma consequência do transbordamento do excedente de capital derivado da produção agrícola voltada para a exportação, do que um projeto de Estado. Não por acaso, se tornava evidente a dificuldade de surgimento de uma burguesia industrial com papel de destaque no aparelho estatal, capaz de levar adiante um projeto de industrialização. Esse panorama seria transformado com as mudanças político-sociais iniciadas a partir da Revolução de 1930. Sobre esta questão, debruçaremos no nosso capítulo seguinte.

## **Capítulo 2. A crise do liberalismo mundial e a possibilidade de centralização do Estado no Brasil: a inserção das massas no cálculo político**

Neste capítulo, teremos como objetivo analisar o quadro internacional derivado da Primeira Guerra e as suas influências para o reordenamento político interno rumo à centralização do Estado. Para tanto dividiremos o capítulo em quatro partes. Na primeira faremos uma breve análise do contexto internacional e suas consequências para a pressão para dentro do Estado brasileiro e o “salto para frente” com o processo de centralização.

Na segunda, buscaremos as origens dos Estudos sobre o tema do populismo, analisando as obras dos autores Gino Germani e Torcuato di Tella, que tomam a política populista como “desvio” no movimento evolutivo dos Estados latino-americanos em relação às democracias participativas que se desenvolveram nos EUA e na Europa. Em seguida, analisaremos a visão de alguns autores da “teoria da dependência” tendo como foco analisar de que forma essa visão dialoga com a questão da inserção das massas aos interesses das classes. Por fim, nossa quarta parte é analisar as teses que chamaremos de “compromissistas”. As quais refutam as inserções das massas como interesse da classe dominante e colocam as Forças Armadas como força preeminente do “Estado de compromisso” pós-1930. Como já pensado em nossa introdução, nosso objetivo é analisar as teses que entendemos serem, se não suficientes, ao menos representativas no que concerne a relação do “Estado desenvolvimentista” e a inserção das massas no cálculo político do Estado procurando ao final evidenciar, ocasionais omissões sobre o tema.

### *2.1 O reordenamento internacional no início do século XX: as condições de possibilidade para a centralização do Estado Brasileiro*

Podemos dizer que durante o século XIX, a Inglaterra havia firmado a sua hegemonia mundial com base no “equilíbrio de poder” no tabuleiro europeu e no “imperialismo de livre comércio” no cenário internacional. A estratégia inglesa se estabelecia de maneira a evitar o surgimento de uma única potência hegemônica na Europa, mantendo equilibrada a balança de poder no continente, de modo que as potências europeias consumissem a suas energias entre si em disputas territoriais e

dinásticas<sup>162</sup>. Paralelo a isto, os ingleses garantiam a supremacia para o além-mar e firmavam o livre comércio como princípio soberano do sistema internacional. A supremacia da marinha inglesa e a posição de “oficina do mundo” garantiam a Grã-Bretanha à hegemonia sobre o império, fosse ele o formal ou o informal. Não por acaso a Grã-Bretanha impôs a ideologia do livre comércio, como uma das bases do liberalismo. Os britânicos eram os que tinham maior capacidade de “internalizar os benefícios e externalizar os custos de um mercado livre mundial”. A paz, por sua vez, estava ancorada em mecanismos políticos na primeira metade do século XIX e institucional na segunda. Tratam-se da Santa Aliança e o Concerto Europeu no primeiro caso e na *haute finance*, no segundo<sup>163</sup>.

A *haute finance*, para Polanyi era o principal elo entre política e economia no período da segunda metade do século XIX à Primeira Guerra Mundial, muito embora, segundo o autor, seus principais membros:

[...] não eram realmente pacifistas; haviam feito sua fortuna financiando guerras; eram impermeáveis a qualquer consideração moral; não faziam objeção a qualquer número de guerras, pequenas, breves ou localizadas. Entretanto, seu negócio seria prejudicado se uma guerra generalizada entre as Grandes Potências interferisse com as fundações monetárias do sistema. Pela lógica dos fatos, coube a eles manter os requisitos da paz geral em meio à transformação revolucionária a que foram submetidos os povos do planeta<sup>164</sup>

Além de a *haute finance* ser um mecanismo de sustentação da paz entre as grandes potências, funcionava também como enquadramento de Estados soberanos mais fracos, que dependiam de empréstimos dos países centrais. O crédito, por sua vez, dependia de certas regras de comportamento no sistema, determinado pela potência credora a ser seguido pelos mais fracos.

Contudo, a década de 1870 gerou acontecimentos que levaram ao início da perda do controle inglês sobre a balança de poder no continente. Entre os principais

<sup>162</sup> VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz. *História mundial contemporânea (1776-1991) Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética*. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2012.

<sup>163</sup> SILVER, B. J. e ARRIGHI, G. (2014). “O duplo movimento” de Polanyi: comparação da hegemonia da belle époque britânica e estadunidense. *Emetropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 16. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=841:revista-e-metropolis-%7C-o-duplo-movimento-de-polanyi&Itemid=181&lang=pt](http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=841:revista-e-metropolis-%7C-o-duplo-movimento-de-polanyi&Itemid=181&lang=pt)> . Acessado em: 18 de outubro de 2015.

<sup>164</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Ria de Janeiro: Compus, 2000. Pág. 25.

acontecimentos desta década podemos citar a unificação alemã e a nova revolução industrial pautada na siderurgia, na química, na energia elétrica, nos motores à combustão e no uso do petróleo como combustível. A relação entre os Estados nacionais, estabelecida em 1815 com o “concerto europeu”, teria fim com a Primeira Guerra mundial (1914-1919), quando o ordenamento do sistema, fundamentado e organizado pela ideia de “equilíbrio de poder”, foi destruído pela guerra.

O padrão libra-ouro, principal pilar da hegemonia britânica no século XIX, correspondente à fase do capitalismo liberal, mostrava, mesmo antes da Primeira Guerra, o seu esgotamento com a industrialização e aceleração do desenvolvimento capitalista na Alemanha e nos Estados Unidos. A Inglaterra vinha perdendo sua posição de “fábrica do mundo”, apesar de manter até a sua preponderância no mercado mundial através do controle financeiro e comercial. A Guerra, além de mudar exportação de capitais, bastião da liderança internacional inglesa até 1914, principalmente na América do Norte e América Latina, e claro, nas regiões controladas pelo Império, mudara também a hierarquia dos países credores. Nos anos entre 1914 e 1918, os Estados Unidos passariam da posição de devedor para credor, tornando-se o centro financeiro do mundo, deslocando a hegemonia econômica mundial da Europa para a América.

Antes da Primeira Guerra, poucas “grandes potências localizadas” organizavam a interação entre Estados baseados em um entendimento comum do que era ou não aceitável aos seus interesses<sup>165</sup>. A Guerra, portando destruiu essa concepção, além de inviabilizar a criação de uma nova ordem fundada na cooperação internacional, qual seja, a Liga das Nações. Carr<sup>166</sup>, no entanto, chama a atenção para o fato de que a ordem estabelecida no século XIX teria fim apenas após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo a Primeira Guerra o marco dos “vinte anos de crise” do século XIX. Polanyi<sup>167</sup> vai ao encontro da afirmação de Carr, considerando que tanto a Primeira Guerra, quanto as revoluções da década de 1930, faziam ainda parte de um contexto do século XIX.

Polanyi descreve que haveria a percepção, no pós-Guerra, de que era a hora

---

<sup>165</sup> MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>166</sup> CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

<sup>167</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

de voltar à “vida normal” sob as instituições da ordem liberal do século XIX, quais sejam: o sistema de equilíbrio de poder; o padrão-ouro; o mercado auto-regulável; e o próprio Estado liberal. Estas instituições foram abaladas por modificações importantes no sistema, que tornariam a antiga ordem inadequada ou inviabilizada. A principal mudança que inviabilizava retomada da antiga ordem é o fato de que a Primeira Guerra acentuou o declínio da Grã-Bretanha e aumentado o poder dos Estados Unidos<sup>168</sup>. A liderança anglo-saxônica estava no início do século XX passando do domínio inglês para o americano, algo parecido como os romanos herdaram a supremacia grega na antiguidade ocidental. Do mesmo modo a Alemanha recém-unificada, buscava ocupar um lugar de protagonista dentro da ordem vigente.

A década de 1920 sofria de uma contradição estabelecida pelos acordos de paz como Versalhes. A tentativa de restauração do concerto Europeu, sobre bases mais sólidas e de forma mais aperfeiçoada como a Liga das Nações, batia de frente com os acordos de paz que desarmavam unilateralmente os países derrotados, tornando precário o equilíbrio de poder no tabuleiro europeu<sup>169</sup>. O pós-Primeira Guerra Mundial teve um contexto de divergências nas negociações de paz entre as principais potências vitoriosas: França, Inglaterra, e claro, Estados Unidos. O acordo de Versalhes assinado em 1919, apesar de contar com mais de vinte e sete Estados se desenrolou, na prática, sob os interesses das principais potências<sup>170</sup>.

A estratégia estadunidense se pautou em reestabelecer o equilíbrio de poder no tabuleiro europeu, por fim dos impérios coloniais, intensificação da economia mundial e o estabelecimento da Liga das Nações<sup>171</sup>. Já para a França havia o medo da reconstrução alemã, assim como a sua re-militarização. A estratégia francesa era manter a Alemanha enfraquecida. Já para a Inglaterra, não interessava uma

---

<sup>168</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

<sup>169</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

<sup>170</sup> METRI, Maurício. *O Processo Histórico De Internacionalização Da Libra Esterlina*. Disponível em: <<http://www.poderglobal.net/o-processo-de-internacionalizacao-da-libra-esterlina/>>. Acessado em: 27 de setembro de 2015.

<sup>171</sup> METRI, Maurício. *O Processo Histórico De Internacionalização Da Libra Esterlina*. Disponível em: <<http://www.poderglobal.net/o-processo-de-internacionalizacao-da-libra-esterlina/>>. Acessado em: 27 de setembro de 2015.

Alemanha fraca, seja por um receio sobre a expansão da França ou um mesmo da Rússia<sup>172</sup>.

A Inglaterra saiu economicamente enfraquecida ao final da Primeira Guerra. O pilar da economia britânica, o comércio exterior, encontrava-se destruído e a ilha possuía grande dívida com os EUA, grande beneficiado com a Grande Guerra. Neutros até 1917, os EUA seriam os principais fornecedores dos Aliados, ao mesmo tempo em que substituíam gradativamente os países europeus nos mercados da América Latina e Ásia<sup>173</sup>.

A despeito da liderança na produção industrial estadunidense, ainda não se podia falar em hegemonia mundial dos americanos, haja vista o poderio militar que mantinha o império britânico e sua tentativa, embora fracassada, de retomada hegemônica por meio do retorno ao padrão monetário libra-ouro em meados dos anos 1920. A incapacidade britânica e a nova realidade mundial impediram que houvesse o resgate dos ditames do pré-guerra. O contexto internacional tornava-se cada vez mais complexo, sobretudo após o surgimento da União Soviética. A falta de coordenação econômica acirrava as tensões geopolíticas, o que revelava a instabilidade da balança de poder europeia e a ausência de um poder hegemônico que a moldasse.

O liberalismo já condenado pela Primeira Guerra abriu espaço para três concepções de na liderança da hegemonia intelectual no mundo:

o comunismo marxista; o capitalismo privado em associação à moderada socialdemocracia de movimentos trabalhistas não comunistas e o fascismo, que a Depressão transformou num movimento mundial, e, mais objetivamente, num perigo mundial<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> FIORI, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

<sup>173</sup> SILVA, Luiz Carlos Tomaz. *A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em : <[http://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao\\_cientifica/dissertacoes/mo-maj-luiz-carlos-tomaz-silva-2012.pdf](http://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao_cientifica/dissertacoes/mo-maj-luiz-carlos-tomaz-silva-2012.pdf)>. Acessado em: 23 de outubro de 2016.

<sup>174</sup> SILVA, Luiz Carlos Tomaz. *A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao\\_cientifica/dissertacoes/mo-maj-luiz-carlos-tomaz-silva-2012.pdf](http://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao_cientifica/dissertacoes/mo-maj-luiz-carlos-tomaz-silva-2012.pdf)>. Acessado em: 23 de outubro de 2016.

Para Eric Hobsbawn<sup>175</sup>, a Grande Depressão dos anos 1920 levava a reboque o aumento das políticas fascistas na Europa, mostrava um quadro em que cada vez mais a paz e a estabilidade do sistema em moles liberais entravam em colapso. Crescia na Europa um tipo de direita que produzia o que se pode chamar de “estatismo orgânico”, oposto ao individualismo liberal, ao mesmo tempo em que se opunha aos movimentos trabalhistas e socialistas. O principal objetivo desse modelo de Estado era o impedimento da luta de classes, a partir de uma imposição de uma hierarquia social, onde cada setor da sociedade deveria desempenhar um papel específico em uma sociedade orgânica<sup>176</sup>.

Nesse embalo, ocorreria seria o surgimento dos modelos fascistas de Estado na Europa. A grande diferença do modelo fascista e dos não-fascistas, acima citados, é que o surgimento do fascismo se daria mobilizando as massas de baixo para cima num movimento de caráter popular. O fato é que como afirma Hobsbawn na medida em que a depressão reduzia o movimento revolucionário fora da União Soviética, reforçava os movimentos de direita anti-liberais no cenário europeu, que se desenhava como resposta ao perigo da revolução social e do poder operário, que viesse a se inspirar na Revolução Russa em 1917. Podemos dizer que isso deveu a dois fatores correlacionados: o fato de a Comintern subestimar o poder do nacional-socialismo na Alemanha, como também ao seu próprio isolacionismo, intensificando suas forças para o cenário interno.

A esse respeito, é interessante recorrer à análise de Polanyi, que demonstra como, apesar dessa crise ter se expressado com alguma nitidez já nos anos vinte, foi apenas a partir da conjuntura de 1933-34, com as experiências simultâneas do New Deal, do nazismo, assim como da ruptura definitiva da Inglaterra com o padrão-ouro que ficou claro que o mundo do século XIX, definitivamente, jamais voltaria a ser restaurado<sup>177</sup>.

Este cenário traria consequências para o Brasil nos anos que seguiram a Primeira Guerra Mundial, as quais iremos dividir em duas frentes: a econômica e a

---

<sup>175</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>176</sup> LINZ *apud* HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>177</sup> FORTES, Alexandre. *O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano*. O presente artigo foi elaborado com base no projeto: “Reverendo a relação entre movimento operário e Estado na América Latina: O Sindicalismo Classista no México, Argentina e Brasil”, que conta com financiamento da Faperj (Programa Primeiros Projetos) e do CNPq (Edital de Ciências Humanas – 2006). O projeto vincula-se ao grupo de pesquisa “Relações de Poder, Trabalho e Movimentos Sociais”. <Disponível em : <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/45.pdf>>. Acessado em 14 de agosto de 2016.

política<sup>178</sup>. No que concerne a questão econômica, como já evidenciamos no capítulo anterior, a década de 20 conheceu altos e baixos derivados do conflito europeu, sobretudo a baixa no preço do principal produto de exportação, o café. Isto geraria efeitos sobre a alta da inflação e crise fiscal. Passada o período de recessão dos preços internacionais do café, o país conheceria período de expansão cafeeira e aos setores industriais a ela vinculadas, que levaram a reboque a ampliação das camadas urbanas e o que viria a ser o movimento operário: “a massa, ainda pouco consciente, começava a agitar-se e a participar, lenta, confusa, mas progressivamente na vida política”<sup>179</sup>.

No plano político, o Partido Comunista seria criado em 1922, oriundo do Movimento Anarquista e subordinado a estratégia de da III Internacional, tendo como foco a revolução burguesa, como etapa primeira, para a revolução socialista em países semicoloniais, o que era o caso do Brasil. Este conjunto de coisas daria um passo largo para o estímulo das transformações político-sociais que se desenvolveriam no decorrer da década. Sobretudo, a conhecida Reação Republicana<sup>180</sup> dava indícios que o modelo oligárquico liberal entrava em crise. No entanto, a cooptação dos dissidentes da política dos governadores se mostraria frágil, pelo fato de que políticas vigentes na Primeira República estavam baseadas no cartel coronelista de caráter pragmático e recíproco do que cada um poderia oferecer dentro do núcleo de poder decisório. A reação Republicana pouco tinha a oferecer na barganha do jogo político dos governadores, buscaram então um novo parceiro político que pudesse aglutinar foças. Seria o “movimento tenentista”.

---

<sup>178</sup> Existe também a questão cultural relacionada a semana de arte moderna de 1922, mas aqui daremos destaque as questões supracitadas.

<sup>179</sup> Costa *apud* SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pág. 253.

<sup>180</sup> No início da década de 1920 o controle das dissidências da República dos Governadores mostrava-se seu esgotamento. Um exemplo disso foi as correntes contrárias que se manifestaram em São Paulo e no Rio Grande do Sul. No caso rio-grandense, após uma guerra civil o Partido Republicano Rio-Grandense e seus opositores federalistas e positivistas entraram em acordo com a eleição de Getúlio Vargas como presidente do Estado. No caso paulista a dissidência levou a formação do Partido Democrata, opositor ao Partido Republicano Paulista. No ano de 1922, as negociações para a candidatura de sucessão de Epitácio Pessoa, se estabeleceu num acordo entre grupos dominantes de São Paulo e Minas Gerais em torno dos nomes de Arthur Bernardes e Urbano Santos. Essas negociações no entanto encontraram vozes dissidentes que contestaram a candidatura oficial. As oligarquias consideradas de segunda grandeza, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul inconformados com a posição situacionistas nas eleições, articularam o movimento conhecido como reação republicana, colocando o nome de Nilo Peçanha e J.J Seabra. O movimento ficou conhecido por assumir um apelo popular no discurso de retirar a República da mão de poucos para dá-la à todos. FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.



Os processos políticos estavam condenados pela opinião nacional, e as escolhas de candidatos eram um resumo desses processos políticos, que retiravam aos cidadãos o direito de intervir, limitando-os a forças já rotinadas no seu uso. A longa vigência desse sistema viciado, apesar das crescentes lutas que acarretava, definiria a situação: era impossível liquidá-lo dentro das normas legais. Essa convicção alastrou-se no país, ligada às condições posteriores à Primeira Guerra Mundial, de tal forma que o desfecho armado passa a constituir preocupação continuada. Ora, esse caminho, o da solução pelas armas, seria impossível sem a participação dos militares. Daí o esforço cada vez maior para envolvê-los nos acontecimentos políticos e, por esse meio, chegar à derrocada do sistema<sup>181</sup>.

No entanto, o movimento não teve apoio massivo dos militares, ao passo que também as oligarquias dissidentes não se engajaram de forma mais incisiva. A isto Franco atribui que:

Aliás, deve-se reconhecer que tinham razão os políticos, no seu retraimento. De fato, os militares deflagraram a revolta sem qualquer aviso prévio aos correligionários civis, e até mesmo escondendo deles os seus propósitos de ir à ação direta. Otávio Rocha, que era militar, foi tratado com reserva e desconfiança, por ser deputado. A impressão era de que os políticos de farda queriam reservar somente para as classes armadas o uso do poder, caso fossem vitoriosos. Desejavam uma ditadura militar pura, como não houvera nos governos de Deodoro, Floriano e Hermes. Isso foi uma das causas do seu isolamento e do seu fracasso<sup>182</sup>.

Segundo Boris Fausto<sup>183</sup>, havia na visão dos tenentes a ideia de que o país, através do controle oligárquico, havia se transformado em “vinte feudos” nos quais os senhores eram escolhidos pela classe dominante. Apesar de não terem uma visão clara sobre a reformulação política, mantinham o discurso de centralização do Estado e educação do povo numa política de certo caráter nacionalista. O liberalismo “autêntico” não poderia ser o caminho para a reconstrução do Estado. Sendo assim, teriam de reconstruir o Estado para reconstruir a nação<sup>184</sup>. O anti-oligarquismo era o que unia as diferentes vertentes dentro do “movimento tenentista”, que abarcava tanto tenentes influenciados pelo fascismo quanto pelo

<sup>181</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Pág. 256.

<sup>182</sup> FRANCO *apud* SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Pág. 269.

<sup>183</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

<sup>184</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994. Págs. 314-315.

comunismo<sup>185</sup>, em sintonia com o ideário totalitário que formava o mundo no entre-guerras.

O primeiro movimento dos tenentes se daria em 1922, quando Arthur Bernardes declarou “Estado de sítio”. Nesse momento a Reação republicana já estava dissolvida e as oligarquias dissidentes procuravam se inserirem na política dominante, temendo intervenções federais. Dois anos depois o movimento de 1924 tinha o objetivo de derrubar Arthur Bernardes e contava com uma capacidade militar mais bem preparada se desenvolveria através da conhecida Coluna Prestes<sup>186</sup>.

Segundo Nelson Verneck Sodré<sup>187</sup>, o Tenentismo passou por três etapas bem definidas. Na primeira, os seus elementos operavam, isoladamente; os seus pronunciamentos eram exclusivamente militares; abrangiam pessoal militar apenas; reduziam-se aos quartéis e revestiam-se do aspecto de luta armada tão somente. Na segunda, os seus elementos ligavam-se a oposições políticas locais ou regionais, em particular no Rio Grande do Sul, alcançando, assim, amplitude maior, revestindo-se de aspecto diferente, vinculando-se a forças diversas das militares e de natureza partidária quase sempre. Na terceira, finalmente, o vínculo era com a oposição federal, na Sucessão de Washington Luís realizada por Júlio Prestes. A indicação do paulista romperia o acordo tácito com Minas Gerais, que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas, formando conjuntamente com Rio Grande do Sul e Paraíba, assim como facções civis e militares, a Aliança Liberal que desembocaria na Revolução de 1930. O principal aspecto da vida política no pós Revolução seria o

---

<sup>185</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A gênese regional da revolução de 30*. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/REVOL\\_30-REE.pdf](http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/REVOL_30-REE.pdf)>. Acessado o em 23 janeiro de 2017. Pág. p. 5.

<sup>186</sup> A ação do grupo foi iniciada com a tomada de alguns quartéis. Apesar dos tenentes conseguirem se instalar na capital paulista, com a ação repressiva do Governo, resolveram abandoná-la, deslocando-se para o interior de São Paulo. Fixando-se em seguida no oeste do Paraná, as tropas vindas de São Paulo enfrentaram os legalistas provenientes do Rio Grande do Sul, onde as revoltas tiveram à frente figuras como João Alberto e Luís Carlos Prestes. Em abril de 1925 as duas forças se juntaram, dando origem à Coluna Miguel Costa - Luís Carlos Prestes. A Coluna, organizada sem que um plano tivesse sido previamente traçado, com seus 1500 homens, percorreu cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução e o levante da população contra as oligarquias, até que seus remanescentes dirigiram-se para a Bolívia e para o Paraguai. Com o fim da Coluna Miguel Costa - Luís Carlos Prestes, estava eliminado o último foco de contestação ao regime. A eleição em março de 1926 de Washington Luís, governador de São Paulo, apresentado como candidato único, ocorreu sem maiores problemas, indicando que o pacto entre as oligarquias estava temporariamente recomposto. Ver: SILVA, Luiz Carlos Tomaz. *A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao\\_cientifica/dissertacoes/mo-maj-luiz-carlos-tomaz-silva-2012.pdf](http://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao_cientifica/dissertacoes/mo-maj-luiz-carlos-tomaz-silva-2012.pdf)>. Acessado em: 23 de outubro de 2016

<sup>187</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Págs.269-270.

alijamento da oligarquia do núcleo do poder decisório do Estado, rumo a um estado centralizador e industrializante.

José Luís Fiori<sup>188</sup> indica que o Estado pós-1930 contava com três fatores que beneficiaram a capacidade de centralização do Estado Brasileiro. Primeiro seria a quebra do padrão ouro, dando capacidade do Estado em arbitrar o valor da moeda assim como a redistribuição dos lucros. Segundo seriam as modificações iniciadas com a revolução dos 1930 com e o aumento da população urbana. A terceira seria a dissidência oligárquica e o papel dos tenentes nesse processo. Junção desses três fatores criou a “pressão para dentro” na qual o Estado foi impelido ao esforço de aceleração do desenvolvimento aumentando o ritmo do processo industrial. Ao passo que o Estado passa a ter papel crucial no desenvolvimento, tem que lidar com os diferentes interesses de classes no seu interior, que em última análise impulsionou o desenvolvimento como maneira de assegurar sua própria sobrevivência<sup>189</sup>. Esse movimento, para alguns autores, como veremos na seção seguinte, coincide com o surgimento da política de massas que passa a ser novidade no Brasil pós-1930, conhecida como o início da política populista de Vargas.

### 2.1.1 Reflexões sobre o conceito de populismo

O fenômeno do populismo, apesar de muito estudado após os anos 1950, ainda é um conceito controverso e complexo, e tem recebido interpretações diversas. O conceito tem sido interpretado de três formas diferentes: a) como um fenômeno social; b) como uma forma de governo; c) ou como uma ideologia específica<sup>190</sup>. Porém, nas ciências sociais, nunca houve uma definição clara e objetiva do conceito e os grandes estudiosos aceitam a dificuldade em defini-lo. Arditi<sup>191</sup> refere-se ao conceito como inexato por essência, enquanto Canovan<sup>192</sup> entende que o conceito é um dos menos precisos do vocabulário das ciências

<sup>188</sup> FIORI, José Luís. *O Voo da Coruja: Uma leitura não liberal do Estado desenvolvimentista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro, 1996.

<sup>189</sup> FIORI, José Luís. *O Voo da Coruja: Uma leitura não liberal do Estado desenvolvimentista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro, 1996.

<sup>190</sup> WORSLEY, Peter. “O conceito de populismo”. In: TABAK, Fanny. (org.). *Ideologias – populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

<sup>191</sup> ARDITI, B. “Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics”. In: PANIZZA, F. (Ed.). *Populism and the mirror of democracy*. London: Verso, 2005.

<sup>192</sup> CANOVAN, Margaret. 1999. “Trust the people! Populism and the two faces of democracy”. *Political Studies* XLVII: 2-16.

políticas. Laclau<sup>193</sup> diz que não há clareza analítica neste campo de estudo. Por fim, Vilas entende que o populismo perdeu seu valor conceitual e se reduziu a um simples adjetivo.

O fato é que o populismo é um conceito que ao longo da história foi recebendo uma carga pejorativa, ligando o líder populista ao demagogo e enganador do povo e, ao mesmo tempo, aquele que elogia o populista como alguém que não sabe votar ou agir politicamente de forma independente<sup>194</sup>. Jorge Ferreira<sup>195</sup> lembra que nem sempre foi assim. Ser populista no Brasil já foi considerado um elogio, como aquele que está perto do povo e entende suas preocupações e aflições. Maria Helena Capelato<sup>196</sup> considera que o populismo como governo foi, no início do século XX, a promessa de Estado Forte que por meio de uma legislação social e uma liderança carismática, combateria o perigo do comunismo no continente<sup>197</sup>. Quando os populistas começaram a vencer eleições contra os liberais e ocupar espaços na política, o conceito passou a receber carga pejorativa.

O professor Álvaro José Moisés em seu texto intitulado “*Reflexões Sobre os Estudos do Populismo na América Latina*” de 1970<sup>198</sup>, realizou as interpretações sobre o populismo latino-americano. Segundo o autor:

Não faltou entre os estudiosos – mesmo entre os de admirável excelência em seus trabalhos acadêmicos, - quem ressaltasse, pura e simplesmente, a

<sup>193</sup> LACLAU, Ernest. *La razón populista*. 1ª ed. 6ª reimpr. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

<sup>194</sup> GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>195</sup> FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>196</sup> CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs). *O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

<sup>197</sup> Após a Revolução Russa (1917) na Europa a direita contra-revolucionária, que passa a usar o arsenal ideológico do movimento revolucionário, com a mobilização das massas. O nazi-fascismo é o exemplo, de ideologias anti-liberais e anti-democracias na Europa. O Estado Novo (1937-1945), teria influência dos regimes autoritários europeus autoritários e anti-comunistas. FAUSTO, Boris. “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

<sup>198</sup> MOISÉS, Álvaro José. “Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina, 1774”. Esse texto é uma versão ligeiramente modificada da que foi preparada em 1973, a pedido do Instituto Fettrinelli, de Milão. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/CMa/textual/reflexoes-sobre-o-estudo-do-populismo-na-america-latina-s->>. Acessado em 22 de jan de 2016.

relação líder-massa nas praças públicas como um elemento significativo, senão essencial, para a explicação do fenômeno<sup>199</sup>.

As contribuições das análises “simplistas” sobre o fenômeno populista serviram, de qualquer maneira, para evidenciar as mudanças econômico-social, ocorridas na América Latina a partir da Primeira Guerra Mundial, “mais particularmente após o peculiar processo de urbanização e industrialização que seguiram à crise internacional de 1929”<sup>200</sup>. Sobretudo serviram para evidenciar o papel fundamental que os novos atores (as classes populares) teriam na “pressão à estrutura do poder político”<sup>201</sup>. Segundo o autor, nos casos de populismo na América Latina em países como Argentina, México e Brasil, a crise internacional da década de 1930 potencializaria a crise interna já existente, derivadas da incipiente industrialização de tipo substitutiva, assim como o processo de urbanização e a incorporação de outros setores sociais até então marginalizados, a burocracia civil e militar, a burguesia industrial e comercial, proletariado urbano e as “massas marginais”, que não poderiam mais ser ignorados por aqueles que buscavam a hegemonia dentro da estrutura do Estado.

A grande depressão dos anos 30, no contexto internacional, teria minado as bases da “velha sociedade latino-americana” e aberto um período no qual “pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional”<sup>202</sup>.

Nesse contexto, líderes como Lázaro Cárdenas no México, (1934-1940), Getúlio Vargas no Brasil (1930-45/ 1951-1954) e Juan Perón na Argentina (1946 - 1955/ 1973-1974) foram líderes de um “pacto social” ou “Estado de compromisso” no qual as Forças Armadas, a nascente burguesia industrial e a classe trabalhadora

---

<sup>199</sup> MOISÉS, Álvaro José. “Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina, 1774”. Esse texto é uma versão ligeiramente modificada da que foi preparada em 1973, a pedidos do Instituto Fettrinelli, de Milão. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/CMa/textual/reflexoes-sobre-o-estudo-do-populismo-na-america-latina-s->>. Acessado em 22 de jan de 2016.

<sup>200</sup> MOISÉS, Álvaro José. “Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina, 1774”. Esse texto é uma versão ligeiramente modificada da que foi preparada em 1973, a pedidos do Instituto Fettrinelli, de Milão. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/CMa/textual/reflexoes-sobre-o-estudo-do-populismo-na-america-latina-s->>. Acessado em 22 de jan de 2016. Pág. 2.

<sup>201</sup> MOISÉS, Álvaro José. “Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina, 1774”. Esse texto é uma versão ligeiramente modificada da que foi preparada em 1973, a pedidos do Instituto Fettrinelli, de Milão. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/CMa/textual/reflexoes-sobre-o-estudo-do-populismo-na-america-latina-s->>. Acessado em 22 de jan de 2016. Pág. 2.

<sup>202</sup> IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Pág. 79.

(urbana ou camponesa), propiciaram o surgimento de uma organização política, o populismo. Essa demonstrava um projeto político do Estado que havia conseguido garantir autonomia em relação às elites dominantes e implantar medidas nacionalistas que buscaram desenvolver as economias nacionais frente ao “imperialismo” estadunidense e europeu<sup>203</sup>.

No que diz respeito à Argentina, segundo Perissinotto<sup>204</sup>, parece haver um consenso na literatura que foi durante o Peronismo que o Estado Argentino mais se expandiu e mesmo que Perón não tivesse sido de fato um defensor da industrialização pesada, as agências econômicas do Estado estavam sob influência direta do presidente do país e os seus membros eram indicados por razões políticas. No caso mexicano, após uma política de distribuição de terras realizada por Cárdenas nos seus primeiros anos de governo, o desenvolvimento industrial tornou-se o “eixo central” da política econômica do país e o processo de industrialização do Estado Mexicano passaria a não somente a fazer parte de um projeto nacional, mas a se estabelecer como uma meta nacional<sup>205</sup>.

Fica mais evidente nos casos Brasileiro e Mexicano, segundo Bielschowsky<sup>206</sup>, que os presidentes desenvolvimentistas não viam o mercado com modo eficiente para a alocação de recursos econômicos e defendiam a industrialização, o protecionismo, o planejamento e a intervenção do Estado como maneiras de promover a industrialização pesada em busca da autonomia nacional.

## 2.2 Modernização do Estado e inserção das massas: a visão “modernizante”

Um dos primeiros autores a realizar uma análise do fenômeno populista, como variável política central no processo de modernização dos Estados latino-

---

<sup>203</sup> PERISSINOTTO et al. “Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970)”. *Rev. Econ. Polit.* vol.34, no.3 São Paulo jul./set. 2014.

<sup>204</sup> PERISSINOTTO et al. “Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970)”. *Rev. Econ. Polit.* vol.34, no.3 São Paulo jul./set. 2014.

<sup>205</sup> SANTÍN, O. *The Political Economy of México's Financial Reform*. Ashgate, 2001; ORTEGA, M. A. H. (2012). “Breve historia de la banca de desarrollo mexicana”. *Análisis Económico*, n. 65, v. xxVII, p. 171-206. Azcapotzalco, Ciudad de México, Distrito Federal. 2012.; ORTIZ MENA, A. *El desarrollo estabilizador: reflexiones sobre una época*. México: fce, 2000.

<sup>206</sup> BIELSCHOWSKY, R. *O pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

americanos, seria Gino Germani em sua obra “*Sociologia da Modernização*”<sup>207</sup>. O autor construiria um modelo teórico evolutivo para explicar o fenômeno populista a partir de um padrão de desenvolvimento europeu e norte-americano, caracterizando os níveis crescentes de participação política como própria da evolução dos Estados nacionais rumo a democracias participativas<sup>208</sup>.

Para Germani, o populismo, no caso latino-americano, se insere no processo de “passagem” da sociedade tradicional (agrária, pré-capitalista), para a sociedade moderna. Etapa já vivida pelos países desenvolvidos<sup>209</sup>. Na América Latina pós-30, a migração para o meio urbano-industrial criaria, prematuramente, a “mobilização” das massas populares. O resultado seria a pressão sobre o aparelho político do Estado<sup>210</sup>. As massas formadas por setores populares encontrariam limitação em suas aspirações de participação no Estado e veriam em movimentos “nacionais populares” o meio de garantir algum tipo de inserção no sistema. Isto teria acontecido porque a “mobilização” prematura apareceria como um “desvio” no *continuum* da linha evolutiva entre sociedade “tradicional” para sociedade “moderna”.

A antecipação da variável das massas no cálculo político do Estado faria com que não se encontrassem amadurecidos os canais de participação política<sup>211</sup>, abrindo espaço para os fenômenos populistas. Seriam esses “desvios” na América latina na passagem de uma sociedade patriarcal-rural para uma sociedade moderna urbano-industrial que explicaria o aparecimento de governos de caráter autoritário em detrimento de governos marcados por democracias liberais, como na Europa e Estados Unidos. Ao contrário desses últimos, nos casos brasileiro e argentino, a urbanização teria precedido a industrialização com alto índice de migração campo-cidade.

---

<sup>207</sup> GERMANI, Gino. *Sociologia da Modernização*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974. (A Primeira publicação em castelhano data de 1969).

<sup>208</sup> MOISÉS, 1974.

<sup>209</sup> PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981; FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>210</sup> O conceito de “mobilização”, para Germani, tratava-se da transição de uma sociedade com formas de ação “tradicional” patriarcal, de modelo agrário pré-capitalista, para uma sociedade “moderna” com bases democráticas.

<sup>211</sup> Ao contrário da América Latina, na Europa a passagem da democracia limitada para a democracia ampliada se deu por meio de canais políticos legalizados pelo sistema vigente, canais esses inexistentes nos Estados subdesenvolvidos da América Latina. GERMANI, Gino. *Sociologia da Modernização*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974. (A Primeira publicação em castelhano data de 1969).

No ambiente urbano, as massas teriam pressionado as oligarquias liberais por uma maior participação política. Tendo a participação negada pelas elites oligárquicas, encontrariam em Vargas e Perón a capacidade de mobilização a partir dos seus anseios. Dessa forma, as orientações fascistas da Alemanha e Itália, que teriam base na “Ordem, Disciplina e Hierarquia”, seriam substituídas na América Latina por “Justiça Social” e “Direito Social dos Trabalhadores”, assumindo o populismo latino-americano um apelo anti-oligárquico que, em algum grau, potencializava as tensões de classe<sup>212</sup>. Torna-se relevante, no entendimento de Germani sobre o populismo, que não se trataria de pura demagogia baseada em promessas de ganhos materiais às massas, mas, sobretudo, da sensação (fictícia ou real) de inserção de suas demandas na ação política do Estado<sup>213</sup>.

Torcuato di Tella em seu texto “*Populism and Reform in Latin America*”<sup>214</sup> partiria dos mesmos pressupostos de Germani e entenderia que o populismo latino-americano se apoiara na insatisfação das massas e outros grupos sociais anti-*status quo*, ou seja, seria baseado na insatisfação com a reversão das expectativas com relação ao papel que esses grupos deveriam desempenhar na sociedade. Di Tella denomina esse fenômeno como “incongruência de *status*”<sup>215</sup>. O autor se baseia no esquema estrutural-funcionalista de Germani ao identificar que a “modernização” na América Latina, dado o seu caráter periférico, teria na rápida urbanização e industrialização a variável determinante de aspirações e expectativas que tomariam a forma de pressão política do aparelho estatal. Dessa forma, quando os meios de comunicação de massas transmitiam os valores e comportamentos presentes em países desenvolvidos, criam também um “desvio” na evolução do sistema político na América Latina. Criam o “problema” das expectativas e aspirações das classes urbanas no que diz respeito às suas posições no cálculo político do Estado. Quando essas expectativas se revelam disfuncionais à própria posição periférica latino-americana, tornam-se pressões políticas ao aparelho estatal. Dessa maneira, os setores “incongruentes” do Estado (classe média e burguesia) iriam se associar à

---

<sup>212</sup> MOISÉS, 1974.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> DI TELLA, T. “Populism and Reform in Latin America”. In: VELIZ, C. *Obstacles to change in Latin America*. London: Oxford Press University, 1965.

<sup>215</sup> DI TELLA, T. “Populism and Reform in Latin America”. In: VELIZ, C. *Obstacles to change in Latin America*. London: Oxford Press University, 1965.



mobilização das “massas disponíveis” em uma coligação de caráter populista<sup>216</sup>. Essa seria a variável que tiraria os Estados latino-americanos da linha cronológica de modernização dos Estados.

A partir da década de 1960 torna-se evidente a insuficiência das explicações da “Teoria da Modernização”. As etapas das quais falam Germani e Di Tella não se cumpriram. No Brasil, mas também na América Latina em geral, o desenvolvimento econômico não levou a reboque a expansão democrática. Isto ficaria evidente nos golpes militares que sucederam os anos 60. Podemos dizer que ao procurarem modelos gerais para a explicação do fenômeno do populismo latino-americano, os teóricos da modernização não levaram em conta as peculiaridades latino-americanas e as complexidades do desenvolvimento de cada país. Seriam os estudos a partir da década de 1970, como veremos a seguir, que buscariam compreender o fenômeno populista diante dos processos de desenvolvimento latino-americano a começar de uma análise histórico-social, entrelaçando o jogo político interno à própria expansão do sistema capitalista.

### 2.3 A questão do “interesse de classe”

Ao analisarem o subdesenvolvimento latino-americano a partir da “Teoria da Dependência”, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no livro intitulado “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”, refutariam a “teoria da modernização”. Para os autores não se poderia supor que nas “periferias” surgiria automaticamente as democracias liberais no lugar de “sociedades tradicionais”, uma vez que a relação entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos seria intrínseca ao próprio sistema capitalista. Desta forma, o desenvolvimento periférico se expressaria de forma que, mesmo que a sociedade se modernizasse “em suas pautas de consumo, educação etc.”<sup>217</sup>, se manteria a relação de dependência da periferia em relação ao centro. A rejeição dos pressupostos da “teoria da modernização”, que entendia o subdesenvolvimento como falta de desenvolvimento e na suposição de que em países em desenvolvimento se esteja repetindo a história dos países desenvolvidos, se estabelece então como ponto de partida da “teoria da

---

<sup>216</sup> MOISÉS, op. cit., 1974.

<sup>217</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

dependência”. O desenvolvimento visto como um caminho retilíneo dentro de uma linha cronológica comparativa, que ligaria o atrasado ao moderno, negaria as limitações impostas pela história do sistema, no qual países centrais desempenham grande poder em limitar a capacidade política e econômica dos países periféricos.

É possível criticar este esquema com certo fundamento segundo dois pontos de vista. De um lado, os conceitos “tradicional” e “moderno” não são bastante amplos para abranger de forma precisa todas as situações sociais existentes, nem permitem distinguir entre elas os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas e mostram as condições de seu funcionamento e permanência. Tampouco se estabelecem, por outro lado, nexos inteligíveis entre as etapas econômicas – por exemplo, subdesenvolvimento, desenvolvimento através de exportações ou de substituição de importações etc.- e os diferentes tipos de estrutura social que pressupõem as sociedades “tradicionais” e as “modernas”<sup>218</sup>.

Do mesmo modo, Cardoso e Faletto, ao tecerem críticas ao “estruturalismo cepalino”<sup>219</sup>, avançam na compreensão do entendimento da ação política do Estado, ao inserirem a variável do interesse de classe. Ao considerarem a capacidade de desenvolvimento relacionado à luta de classes que compõem o Estado, analisam como a luta de grupos e classes sociais em relação à interesses materiais distintos se insere na dominação política entre “centro” e “periferia”<sup>220</sup>.

As concepções demasiadamente econômicas do “estruturalismo” brasileiro, segundo os autores, deixariam de levar em conta as condições históricas e sociais que, em última análise, constituem, reforçam e modificam a própria estrutura do Estado. Segundo Cardoso e Faletto, o equívoco do “estruturalismo cepalino”, foi não compreender que o desenvolvimento nacional autônomo a partir da concretização de um mercado interno, que criasse demanda aos produtos industrializados, estaria limitado pelo grau de diferenciação em que as “economias periféricas”, ocupariam na estrutura global. Nesse sentido, o “subdesenvolvimento”, não poderia ser compreendido apenas como um tipo de estrutura de um sistema econômico no qual

<sup>218</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981. Pág. 17.

<sup>219</sup> Grosso modo, o “estruturalismo cepalino” se concentra em um esquema analítico sobre o desenvolvimento a partir de formulados puramente econômicos. A industrialização seria a variável central para a superação do subdesenvolvimento latino-americano, uma vez que o processo de industrialização aumentaria a produtividade e os salários. A consequência seria o crescimento do mercado interno, o que por sua vez diminuiria a vulnerabilidade aos choques externos (MANTEGA, 1984).

<sup>220</sup> Aqui percebemos que Cardoso e Faletto, invertem o entendimento sobre a questão de classes.

predomina o “setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno”<sup>221</sup> . A análise feita somente apenas a partir de um sistema econômico seria insuficiente.

Segundo Cardoso e Faletto, o sistema econômico deveria ser englobado a partir da análise histórica e o modo de inserção das economias periféricas ao mercado internacional. Desse modo, dentro de um diagnóstico mais amplo, há para os autores o entendimento de que a relação de “subdesenvolvimento” teria tido início a partir das expansões das economias capitalistas originárias e nesse sentido, a maneira como se estabeleceu a incorporação da “periferia” no mercado mundial seguiria a dinâmica da produção e consumo a partir de interesses das economias de centro. Da mesma forma, a “situação de dependência” (no caso dos países sul-americanos), tanto dependeria do modo de integração das economias periféricas ao sistema internacional, quanto das relações de domínio interno, entre as classes sociais do Estado nacional, que mantém a vinculação econômica com o exterior.

São justamente os fatores político-sociais internos- vinculados , como é natural, à dinâmica dos centros hegemônicos- que podem produzir políticas que se aproveitem das “novas condições”, ou das novas oportunidades de crescimento econômico. De igual modo, as forças internas são as que redefinem sentido e o alcance político-social da diferenciação “espontânea” do sistema econômico. É possível, por exemplo, que os grupos tradicionais de dominação oponham-se em princípio a entregar seu poder de controle aos novos grupos sociais que surgem com o processo de industrialização, mas também podem pactuar com estes, alterando assim as consequências renovadoras do desenvolvimento no plano social e político<sup>222</sup> .

Neste quadro teórico que os autores colocariam o fenômeno do populismo. Seria a fase do populismo no Brasil o “período de transição” em que o modelo de industrialização do tipo substantivo, englobando tanto poderes oligárquicos (não exportadores), as camadas médias urbanas quanto à burguesia industrial. Nessa “transição”, o Estado apareceria não só como regulador do processo de industrialização, mas seria, antes de tudo, o seu próprio criador. Isto ficaria evidente na criação de empresas públicas (também as autárquicas e paraestatais) que viabilizassem o processo industrial. Neste contexto, a incorporação das massas,

<sup>221</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

<sup>222</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

mobilizadas pela industrialização, ao novo sistema de poder instaurado com Revolução de 1930, seria realizada através do controle e subordinação desses grupos à nova dinâmica de poder.

O processo industrial aconteceria no Brasil quando o setor agrário-exportador, ao ser alijado da ação política do Estado e os grupos que ascendem ao poder não veriam no desenvolvimento de tipo liberal a maneira de suprir as suas demandas. Isto não significaria excluir o setor agrário como um todo, mas sim aqueles que antes da Revolução eram hegemônicos, a oligarquia cafeeira. O arranque no processo de industrialização aconteceria quando a reorganização interna, sobretudo a partir de 1930, muda o tipo de vinculação das novas “classes dominantes” ao comércio internacional. Neste processo surgiria o “problema” das massas urbanas.

Segundo Cardoso e Faletto, o aparecimento do fenômeno do populismo nasce da necessidade do “elo” entre as massas urbanas à nova dinâmica de poder. Dito de outro modo, a ação industrializante do Estado, dada a nova reorganização interna, mobilizava as massas para o setor urbano. Não haveria em contrapartida, um sistema de empregos que incorporasse de forma eficiente essas massas, o que criava uma situação “perigosa” aos setores politicamente organizados. Seria o populismo a dimensão política do processo de desenvolvimento ao reivindicar o desenvolvimento ao interesse da nação e aos interesses do povo, indicando um caminho de prosperidade. Não por acaso a viabilidade da política de alianças da nova organização do poder pós-1930<sup>223</sup>, estaria ligada à retórica da dinâmica nacional do desenvolvimento.

A liderança populista pode ser também uma liderança empresarial e, em consequência o Estado aparece não só como patrão, mas visto, das perspectivas das massas, até como bom patrão; as reivindicações populares são relativamente débeis ao nível econômico e, portanto, podem ser atendidas, e ao nível político- na medida em que pressionam pelo fortalecimento do Estado – coincidem com os interesses dos grupos que chegaram ao poder sem uma sólida base econômica própria, fator que também os faz favorecer um desenvolvimento de cunho estatal<sup>224</sup>.

---

<sup>223</sup> Cardoso e Faletto lembram que os grupos que chegam ao poder em 1930, para levar a frente a dimensão nacional do desenvolvimento se basearia em um sistema de alianças entre grupos latifundiários “atrasados”, agricultores que produziam para o mercado interno, a classe média urbana e os setores industriais já existentes, excluindo o setor agroexportador, ou seja, o grupo antes hegemônico dentro do aparelho do Estado. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

<sup>224</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981. Pág. 106-107.

Em outro texto, escrito exclusivamente por Fernando Henrique Cardoso, intitulado “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*” o autor delinea as intenções do Estado ao se adiantar às demandas sociais das massas no cálculo político do Estado.

Na nova ordem, o Estado, que nunca foi, obviamente, o ponto de encontro neutro de interesses de todos, fortaleceu-se graças ao maior número de cidadãos engajados como “massa de manobra” dos interesses políticos, mas continuou a ser controlado nas suas decisões fundamentais pela aliança entre burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, que, por sua vez exprimem a dominação imperialista e o subdesenvolvimento<sup>225</sup>.

A inserção das massas na dinâmica de controle do Estado nas relações de produção seria um modo para que estas fossem colocadas numa posição subordinada às estratégias políticas das classes dominantes. Podemos dizer, então, que nas argumentações dos autores, o fenômeno populista aconteceu quando a as massas tiveram de ser absorvidas, mas antes de tudo controladas, a partir retórica do Estado industrializante como interesse do povo. Assim o líder das massas se confundiria com o próprio Estado e seu impulso industrializante. As condições de possibilidade para a existência do arranque industrial e, por conseguinte, o impulso à urbanização proletária, seriam as duas grandes guerras e a crise de 1929 que permitiram, por sua vez, a investida modernizante do parque industrial a partir da política de substituições das importações.

Para Luiz Verneck Vianna, em seu livro “*Liberalismo e sindicato no Brasil*”, a incapacidade do rompimento com os setores oligárquicos, indicava o caráter da Revolução “pelo alto” em 1930, conduzida pela oligarquia agrária não- exportadora e setores médios emergentes, o que delineava o limite da revolução. A nova elite política, ao redefinir o papel do Estado afasta-se do liberalismo, e a “coligação aliancista cria as bases para promover “de cima” o conjunto das classes dominantes, em moldes especificamente burgueses<sup>226</sup>. Essa nova organização econômica, ao mesmo tempo em que controlava o capital dissimulava o seu caráter excludente pela

---

<sup>225</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico*, 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. Pág. 76.

<sup>226</sup> VIANNA, Weneck Luiz. *Liberalismo e Sinidicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Pág. 171.

fórmula corporativa, na qual se abrem canais de participação “controlados e manipulados pelo Estado”, sem tocar na questão da distribuição de terras.

Como veremos na seção seguinte, as definições sobre o ímpeto centralizador do Estado, a partir dos interesses das classes dominantes, são confrontadas pelas teses que privilegiariam a variável das massas e das Forças Armadas no foco de análise da centralização do Estado nacional brasileiro pós-1930.

#### 2.4 O “Estado de compromisso” e Exército: o braço forte da aliança

Francisco Weffort em seu livro “*O populismo na política brasileira*”, estabelece uma análise em que a crítica dos dependentistas à “teoria da modernização” e sua transposição “mecânica de modelos europeus (ou americanos)”, se torna insuficiente por dois motivos: “primeiro, aceitou, embora de forma mais ou menos vaga, a ideia de ‘modelo clássico europeu’ do desenvolvimento capitalista; segundo, aceito que estes ‘modelos’ estariam circunscritos ao âmbito da nação”<sup>227</sup>. Para o autor, a autonomia e soberania, inerente ao Estado-nação não seriam determinantes na contradição nação-mercado. Segundo Weffort, a dependência externa antes de se mostrar na relação de Estados nacionais estaria assentada na própria relação de classes. Não por acaso, “condições sociais e políticas internas, que só podem ser resolvidas por uma análise de classe, os grupos que detêm a hegemonia, ou seja, que dão conteúdo à ideia de nação, podem usar a autonomia política para a integração econômica internacional”<sup>228</sup>.

Nesse sentido, a crise no Brasil na década de 1920, antes de ser uma crise econômica, se trataria de uma crise do Estado. Isto se elucidaria nos movimentos da “classe média”, presentes em 1922, 1924 e 1926, que apesar de ser instaurarem a crise política ao reivindicarem a modernização das estruturas políticas, não seriam capazes de ir para além. A própria formação da “classe média” excluiria, em última análise, a reivindicação da transformação da estrutura produtiva, uma vez que delas eram dependentes<sup>229</sup>.

---

<sup>227</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978. Pág. 174.

<sup>228</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978. Pág. 173.

<sup>229</sup> Weffort chama a atenção para o fato de que a composição e formação da “classe média” teriam ligação com a República Velha. O “*florianismo*”, por exemplo, marcaria alguma influência nos

Na visão de Weffort, antes de uma análise a partir do “desenvolvimento nacional” embasada em questões gerais, há a necessidade de uma visão histórica para a explicação do fenômeno populista no Brasil. Ao se distanciar das ideias de que o aparecimento das massas como “mal inevitável” do processo de desenvolvimento, se distancia também da ideia do “oportunismo carismático” na orientação dessas massas, presentes nas formulações de Cardoso e Faletto.

Para Weffort o populismo se apresenta como a emergência das classes populares no cenário político derivado da crise no sistema oligárquico-liberal que explode, sobretudo após 1929, e propicia a ruptura com a hegemonia das classes dirigentes do Estado (até aqui consonante com as formulações de Cardoso e Faletto). No caso latino-americano, quando há a crise de hegemonia e não há nenhuma fração de classe com força suficiente para tomar o poder, abre-se espaço para os governos populistas. Weffort afirma ainda que se fosse necessário designar de alguma forma esta estrutura política, se poderia dizer que “se trata de um ‘Estado de compromisso’ que é ao mesmo tempo um “Estado das Massas”, expressão da prolongada crise agrária, dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular”<sup>230</sup>. O populismo estaria embasado na ambiguidade do controle das massas pelo Estado e no atendimento de suas demandas.

Cabe-nos lembrar das realizações de Vargas em “favor do povo”. Com o decreto nº 19.433 de 26 de novembro de 1930, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o que seria posteriormente dividido em Ministério do Trabalho e Ministério da Indústria. Mais precisamente, a questão trabalhista deixaria de ser uma questão de polícia, como tratado nos governos anteriores, para que dessem lugar às demandas de benefícios conhecidos como as leis trabalhistas. Pelo decreto nº 22.035, de 29 de outubro de 1932 seria instituída à carteira de trabalho, e em 1934 torna a carteira de trabalho como obrigatória para a consolidação das leis trabalhistas, realizadas em 1943.

A nova Constituição de 1934 trazia em seu texto incorporação da legislação trabalhista, como jornada de trabalho de oito horas, férias, descanso semanal remunerado, etc. A política de Vargas foi ao sentido de atender as demandas já

---

movimentos militares “tenentistas” e “civilista” da década a partir da década de 1920. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

<sup>230</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978. Pág. 102.

existentes dando-lhes o direcionamento político do “interesse” do Estado, ou melhor, do interesse nacional. A Aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1935 indicava esse caminho. Seria o reflexo das crises que o país ainda vivia após a Grande Depressão, que por sua vez comprimia o salário mínimo aumentando o custo de vida do operariado urbano, assim como o desemprego. LSN, teria portanto, o objetivo de proibir as greves, enquanto a legislação trabalhista funcionava como instrumento de cooptação do trabalhador ao “projeto nacional”. Sendo assim, o decreto lei nº 19.770 subordinava os sindicatos ao Ministério do Trabalho. O “Estado de compromisso” desenhava-se como uma conciliação social, em um tipo de estrutura que subordinava, tanto os interesses da burguesia industrial quanto do operariado ao controle da máquina Estatal.

Desse modo, observa-se o distanciamento teórico entre o “Estado de compromisso” e a “Teoria da dependência”. Os dependentistas analisam o populismo como a maneira que o Estado, em sua nova organização, marcada pela aliança entre burguesia industrial e grupos agrários e financeiros tradicionais, de imporem suas demandas como interesse nacional. A inovação de Weffort é inserir as massas à política de alianças do Estado, tirando as classes populares da situação de inteira passividade na dinâmica Estatal. Nesse sentido as massas não seriam manipuladas de forma unidirecional pela política de alianças do Estado, mas constituiriam a base dessas alianças.

Octávio Ianni em seu livro “*A formação do estado populista na América Latina*”<sup>231</sup> aproxima-se das formulações de Weffort ao analisar que o populismo pode ser considerado como uma forma de relação política entre classes sociais em uma determinada etapa do desenvolvimento capitalista latino-americano. Desse modo atrela a crise política interna à crise vivida pelo capitalismo mundial pós -1929 e, que decretaria a falência do modelo agroexportador. Assim, “o populismo aparece também como um modo de organização política das relações de produção, numa época que se expandem as forças produtivas e o mercado interno”<sup>232</sup>. Sobretudo, Ianni considera que o populismo tem “algum compromisso com a ideia de

---

<sup>231</sup> IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

<sup>232</sup> IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.



capitalismo nacional” uma vez que envolvia “uma reorientação do subsistema econômico nacional e certa ruptura com o imperialismo”<sup>233</sup>.

Podem-se tirar duas conclusões, sobre o processo que se inicia a partir de 1930, que engloba as teorias modernizantes, dependentistas e compromissitas, se assim podemos chamá-las. A primeira é que a falência do modelo agroexportador no Brasil e na América latina haveria possibilitado a diversificação da estrutura produtiva interna. O segundo ponto é que, com o declínio do poder oligárquico, antes hegemônico na ação da política do Estado, abriu-se a possibilidade de participação e representação na esfera Estatal de grupos excluídos, ante a tutela do Estado<sup>234</sup>. Ianni explica bem esse processo:

O Declínio da oligarquia e o surgimento do populismo são fenômenos relacionados à crise de dependência como às transformações sociais, mais ou menos intensas e amplas, havidas no interior de várias sociedades latino-americanas. Ao surgirem as novas forças sociais e políticas geradas com a urbanização, a industrialização e o crescimento do setor terciário, destroem-se algumas das bases mais importantes do poder oligárquico e criam-se as condições para as novas formas de organização de poder. Nesta ocasião, a cidade adquire hegemonia sobre o campo. Isto é, as classes sociais urbanas, descontentes com o monopólio do poder político-econômico pela oligarquia, propõe novas estruturas do poder. A partir da economia e da cultura da cidade, a burguesia industrial, a classe média e o proletariado, além de militares, intelectuais e estudantes universitários, organizam-se contra o poder oligárquico<sup>235</sup>.

Sendo assim, a crise já existente no sistema agroexportador foi acirrada com a crise de 1929 se tornou a variável desestabilizadora da “velha ordem”, gerando tanto aspirações “democráticas” da classe média, quanto maior participação políticas dos setores burgueses ligados à industrialização<sup>236</sup>.

No entanto, para Weffort seria ilusório pensar que os “burgueses industrialistas” tiveram algum papel protagonista nos acontecimentos que levaram à crise da oligarquia. Segundo ele, o movimento que levou a Revolução de 1930, tendo como líderes a Aliança Liberal, era formado, antes de tudo, por alguns grupos

<sup>233</sup> IANNI, Octávio. *El Estado capitalista em la época de Cárdenas*. México: Ediciones Era, 1991.

<sup>234</sup> DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo historiografia e movimento operário*. Tese doutorado. Departamento de história: UFF, 2012

<sup>235</sup> IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Pág. 83.

<sup>236</sup> DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo historiografia e movimento operário*. Tese doutorado. Departamento de história: UFF, 2012

urbanos de classe média e setores oligárquicos dissidentes da “oligarquia hegemônica”. As classes médias não demonstrariam “vocação” para o poder que pudesse dar direcionamento ao movimento de 1930 a partir de um modelo liberal-democrático<sup>237</sup>.

No seu livro “*A revolu o de 1930: história e historiografia*”, Boris Fausto contribui com uma aplica o empírica aos formulados teóricos de Weffort. Ao dar continuidade às concep es que tangem a “crise de hegemonia” no Estado brasileiro p s-1930, o cientista político, insere a variável das demandas militares como central do processo de moderniza o do Estado diante de um “vazio de poder” causado pelo colapso da oligarquia cafeeira.

Boris Fausto percebe que foi necessária a esse modelo de organiza o uma nova forma de Estado, centralizado e intervencionista, como condi o básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando essas fossem submetidas ao capital externo<sup>238</sup>. Para o autor, as Forças Armadas desempenhariam um papel central para a efetiva o da organiza o do “Estado de compromisso”.

A institui o que garante a existência do Estado de compromisso   o Exército. Ele sustenta o regime não no caráter de “estranho protetor das classes m dias”, mas como liame unificador das várias fra es da classe dominante. Aos olhos do general Góes Monteiro, as Forças Armadas aparecem como a concentra o da nacionalidade, diante da incapacidade da opinião pública do país para se organizar em forças nacionais<sup>239</sup>.

A Revolu o de 1930 daria um grande impulso a um processo de “centraliza o” e “intervens o” do Estado com grande influência militar-estratégica. Os militares que haviam derrubado a monarquia em 1889, e convocados para suprimir as revoltas nas primeiras décadas do século XX, tornavam-se mais “politizados” a respeito da participa o política das Forças Armadas no Estado, sobretudo pelos movimentos militares da década de 1920 e a persegui o da coluna Prestes<sup>240</sup>.

---

<sup>237</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

<sup>238</sup> FAUSTO, Boris. “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Funda o Getúlio Vargas, 1999.

<sup>239</sup> FAUSTO, Boris. “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Funda o Getúlio Vargas, 1999.

<sup>240</sup> FAUSTO, Boris. “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Funda o Getúlio Vargas, 1999.

Da mesma forma, Boris Fausto, em formulação consonante com Weffort, entende que a modernização do Estado não se faria perceber nas orientações dos grupos envolvidos com ela. A burguesia industrial incipiente estava atrelada aos setores conservadores ligados ao Partido Republicano paulista e à classe média, por sua ligação com oligarquia, estaria preocupada ao cumprimento de ideais liberais presentes na Constituição de 1891 e não na sua substituição. O movimento tenentista, por sua origem nas classes médias, mostraria mais uma transplantação das reivindicações moralizantes destas às questões internas do Exército. Seria a radicalização da vida política após a guerra civil de 1932, e a exigências militares a respeito da obtenção de recursos nacionais que deixaria claro que, para assegurar-se no poder, líderes civis haveriam que levar em conta as exigências militares. O “Estado de compromisso” teria sua existência garantida pelas Forças Armadas, por conseguinte esta é que garantiria o ideário modernizador do Estado.

Armando Boito Jr., em seu livro “*O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*”<sup>241</sup>, compartilha das formulações de Boris Fausto. Segundo o autor, a partir de 1930, as cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas passam a agir como “força social” que dirigia o processo de industrialização. A burocracia Estatal e as Forças Armadas se converteriam em uma “força social industrialista”<sup>242</sup> com base no apoio que ela organiza junto às classes populares.

É o que Heloisa Fernandes indica como a “vocação militar” de fazer o aparelho de Estado se adiantar às classes dominantes na função de reorganização das condições de acumulação e de dominação<sup>243</sup>. A “vocação militar” perpassa pela ideia de liderança da “ação política” através das Forças Armadas, que estaria ao mesmo tempo vinculada à conjuntura internacional no entre guerras e perda de representatividade da classe dirigente não só no Brasil, mas na América Latina. No mesmo sentido, José Murilo de Carvalho<sup>244</sup> entende que, em 1930, o conflito entre as maiores forças políticas civis e a derrota da mais poderosa força delas (a

---

<sup>241</sup> BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

<sup>242</sup> BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982. Pág. 22.

<sup>243</sup> FERNANDES, Heloisa. “A revolução de 30” In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980, Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1983.

<sup>244</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

oligarquia cafeeira), abriu espaço para que o setor militar da burocracia estatal conquistasse a parcela de poder que não conseguiu na última década do século XIX, através de da consolidação de um grupo militar que foi se solidificando e definindo seu projeto no processo de luta aberta e mascarada com correntes contrárias dentro e fora da instituição militar. Nessas perspectivas a modernização do Estado e a industrialização, posta em prática pela a tecnocracia estatal, responderia a ideologia militar, na qual a industrialização seria a consequência do Estado acima das classes.

Até aqui buscamos expor as evoluções nos estudos sobre o populismo e sua relação com o Estado desenvolvimentista pós-1930. As formulações dos teóricos da modernização, embora limitada pelas formulações genéricas sobre o populismo, avançaram em evidenciar as mudanças políticas, sociais econômicas que marcariam a América Latina após, principalmente, o processo de urbanização e industrialização seguiram à crise de 1929. Os “dependentistas” romperam com o “determinismo histórico” do processo evolutivo de desenvolvimento feito pela análise “modernizante”, ao mesmo tempo em que romperam com o “determinismo econômico” cepalino, ao introduzirem a análise do interesse de classe no núcleo decisório do Estado. Desse modo, atrelam o populismo como variável política do processo de desenvolvimento, no qual se englobaria as massas ao projeto liderado pelo grupo dominante do Estado.

As contribuições dos “compromissistas” seriam demonstrar que o ímpeto centralizador e industrializante, não partiu de interesses da burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, mas sim da incapacidade de qualquer desses grupos em tomar o papel hegemônico no aparelho de Estado. Sendo assim, o impulso industrializante parecia responder às demandas da instituição que sustentava o “Estado de compromisso”, ou seja, as Forças Armadas.

Podemos resumir que todas as teses vistas aqui, guardadas as diferenças entre elas, englobam o processo e inclusão social e político das massas ao projeto desenvolvimentista do Brasil pós-1930, onde são destacados certos fenômenos: a substituição do Estado oligárquico liberal para um Estado centralizado e autoritário e o aparecimento das “massas” no cenário político, seguido do aumento de coerção interna.

A partir disto podemos concluir os seguintes pontos: a) as condições de possibilidade para a ampliação na ação política do Estado brasileiro pós-30 se

insere no contexto de “guerra total” e crise do liberalismo no período entre-guerras em que as amarras político-econômicas entre Brasil e Inglaterra se fragilizam e a pressão para dentro põem em xeque a hegemonia do poder oligárquico; b) a modernização do Estado brasileiro pós-30 se confunde com a modernização das Forças Armadas. Isso se dá porque a ampliação da ação política do Estado ao refutar a República Velha, tende a incorporar as “massas” e reduzir o poder da classe dirigente presente desde o Império, ou seja, a oligarquia exportadora. Com a redução da do poder oligárquico, não há classe dirigente capaz de assumir a ação política do Estado e o Exército tomará a dianteira do processo, tendo em vista a preocupação com a modernização da própria instituição e a reprodução material que garantisse a existência. Para tanto, o processo de industrialização e, por conseguinte, de urbanização, molda as novas possibilidades de negociações internas com as classes ignoradas na República Velha, inserindo a variável das massas no cálculo político do Estado, no que diz às relações trabalhistas, saúde educação assistência social através da Tutela do Estado.

A classe trabalhadora se veria representada pelas ações políticas do “Estado de compromisso”, mesmo de maneira indicativa, e nem sempre real, por um sistema político que romperia com a relação intermediada pelos senhores de terra e partidos políticos para uma relação direta com as “massas”.

O que, para nós, escapa das teses supracitadas é a dimensão geopolítica do processo na reconstrução nacional pós-1930. Dado que a reconstrução nacional com o pacto de Aliança interna visaria não apenas a modernização das Forças Armadas, mas também da sociedade como um todo, parece-nos de suma importância compreender como essa nova base do núcleo de poder decisório compreendiam a questão de “ameaça” e portando também de “defesa” do Estado pós Revolução, sobretudo como isso incidiu sobre a participação das massas nesse processo.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a industrialização incipiente no Brasil Império e no Brasil República, mostrava-se como consequência do rearranjo interno do excedente provindo da produção agrário-exportadora, e por isso a esta vinculada. Os teóricos da “Teoria da dependência” perceberam, todavia, que isto, em última análise impossibilitou o surgimento de uma burguesia industrial como classe dominante. No entanto, evidenciam um núcleo de poder decisório que poria em prática as políticas desenvolvimentistas. Segundo os teóricos que se enquadram

no conceito de “Estado de compromisso” esse núcleo decisório estaria assentado “ação industrializante” da burocracia civil e militar, sustentado pela aliança com grupos antes excluídos da ação política do Estado, quais sejam: as massas urbanas, a oligarquia não-exportadora e a própria Forças Armadas.

No entanto, nos parece que as teses sobre o populismo e desenvolvimento deixam fugir das análises a variável estratégica do fenômeno. Ao passo que o populismo abarca tanto as reivindicações sociais e, ao mesmo tempo, vai implementando um modelo autoritário de Estado dentro de um projeto modernizante, fortalece progressivamente a fusão do interesse de Estado com o projeto de defesa nacional dos militares, ao colocarem as Forças Armadas e as massas como os principais pilares de sustentação do “Estado de compromisso”. Sendo assim, o populismo consegue manter dentro de um mesmo projeto de Estado, tanto os adeptos de uma economia planejada voltada para as demandas sociais, quanto daqueles adeptos dos modelos fascistas europeus. Este conjunto de coisas acaba por liberar as Forças Armadas na ação política do Estado com base nas percepções de “ameaça” ao qual delineavam esse setor. Dessa forma, a política populista nos parece ser a variável política que colocava o desenvolvimento e industrialização como parte indissociável do projeto anti-oligárquico e construção nacional que passaria a ter um viés estratégico pautado no atendimento das demandas sociais que se mostrassem consonante como o interesse de defesa da nação, estabelecida pelos militares. Entendemos, portanto, que essa questão perpassa o próprio movimento de modernização das Forças Armadas e do quadro militar que se torna hegemônico no período pós 1930 e que sustenta a aliança “compromissista” que desemboca no movimento militar de 1937, instaurando o Estado Novo, como veremos no capítulo seguinte.

### **Capítulo 3. O “Estado de compromisso” e as Forças Armadas: a inserção das massas e a redefinição da ameaça.**

Este capítulo é dividido em quatro partes. Na primeira, precisamos focalizar a instituição do Exército para relacioná-la com a questão do “Estado de compromisso” que vimos no capítulo anterior. Para tal analisaremos o processo de construção da hegemonia do Exército e seu papel na “ação política” do Estado brasileiro ao focalizarmos o processo de modernização da instituição como ponto privilegiado de análise. Na segunda parte, complexificaremos a relação entre as Forças Armadas e a sociedade civil no processo de inserção das massas no cálculo político do Estado, utilizando o conceito de “lugar-comum”. Na terceira parte, já tendo compreendido a questão das Forças Armadas, analisaremos o Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN) por duas vias que se relacionam entre si: o que chamaremos de “cerco argentino” e as demandas das Forças Armadas. Na quarta parte, contextualizaremos a situação geopolítica no continente para melhor entender a posição do CSSN.

#### *3.1 A construção da hegemonia no Exército*

A República Velha (1889-1930) tratava-se de um período em que os presidentes eram geralmente indicados por São Paulo e por Minas Gerais, período conhecido como “política café com leite”. No início do século XX, existem dois movimentos que merecem ser analisados. Por um lado, uma sequência de crises internas dentro da própria instituição do Exército e por outro, um processo de modernização da instituição decorrente destas mesmas crises. Neste item iremos abordar estes dois momentos de formas sincrônicas, ou seja, abordando um sem perdermos o foco no outro.

Houve dois distintos projetos ou tentativas de modernização do Exército Brasileiro, ambos relacionados à influência estrangeira. A iniciativa “germanófila”, estabelecida por iniciativa do Marechal Hermes da Fonseca e do Barão do Rio Branco<sup>245</sup>, enviaram oficiais brasileiros para estagiar no exército alemão,

---

<sup>245</sup> A destruição de unidades do Exército brasileiro em 1932, o medo de influência estrangeira na Amazônia e desconfiança em relação a Argentina seriam os motivos das reivindicações de líderes militares, como também de alguns civis, como o Barão de rio Branco da necessidade de

considerado um dos melhores do mundo na época. A respeito do assunto, Carvalho descreve:

A primeira turma, de quatro oficiais apenas, ingressou nos corpos da tropa daquela modelar organização militar em 1º de outubro de 1906; a segunda, dois anos depois; a terceira e última, composta de 22 oficiais, em 1º de outubro de 1910, servindo arregimentados, como se fossem oficiais alemães, durante dois anos<sup>246</sup>

Os “jovens turcos”<sup>247</sup>, como eram conhecidos os jovens militares que estagiaram com o exército alemão, desenvolveram no Brasil na sua volta ao país propaganda e difusão dos ensinamentos aprendidos na Alemanha, sobretudo na necessidade de modernização e profissionalização da instituição militar. Não por acaso, fundaram a revista “Defesa Nacional”, na qual propagaram a ideia da necessidade de um exército profissional. MacCann<sup>248</sup> chama a atenção para o fato que não era privilégio dos militares brasileiros o “fascínio” pela modernização. O autor lembra que Japão, Turquia e Chile<sup>249</sup> também contrataram conselheiros alemães para modernizar os seus exércitos e, depois da Primeira Guerra, Polônia e a então Tchecoslováquia contaram com missões francesas no treinamento dos seus militares. Ainda o autor, lembra que “muitas das questões fundamentais-modernização, segurança, nacionalismo, organização da sociedade, relações entre civis e militares, política externa - envolvidas nos outros casos são igualmente encontradas no brasileiro”<sup>250</sup>. Desse modo, podemos identificar a experiência de modernização do Exército brasileiro a partir de treinamento estrangeiro, não como

---

fortalecimento do Exército brasileiro. Ver MACANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

Pág. 135.

<sup>246</sup>CARVALHO, Estevão Leitão de. Dever militar e política partidária. Companhia Editora Nacional, 1959, p. 34.). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000146&pid=S0034-7590198300020000100004&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000146&pid=S0034-7590198300020000100004&lng=en). Acessado em 13 de ago de 2016.

<sup>247</sup> Eram assim conhecidos por analogia aos jovens militares da Turquia e ação modernizante que esses militares desenvolveram no país. Ver: FORJAZ, Maria Cecília Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983.

<sup>248</sup> MACANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

<sup>249</sup> Segundo MacCann, o Chile chegou a ter um militar alemão como chefe do Estado-Maior. MACANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. Pág. 213.

<sup>250</sup> MACANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. Pág. 213.



um caso particular, mas um fenômeno que corresponde a um contexto histórico correspondente ao início do século XX.

Maria Cecília Spina Forjaz<sup>251</sup> atenta que através da Revista de Defesa Nacional, os “jovens turcos”, além de traduzirem obras alemãs, disseminaram o apoio ao estabelecimento do recrutamento militar obrigatório, além de terem tido grande influência no ensino militar da Escola do Realengo e na Missão Indígena<sup>252</sup>.

Outra iniciativa estrangeira fazia parte do processo de aperfeiçoamento do Exército Brasileiro, a Francesa. A partir de 1920, cerca de 30 oficiais franceses assumiram o controle do treinamento militar em todos os níveis, excetuando o treinamento na Escola Militar, depois de um acordo assinado em 1918, resultante das observações realizadas pelo exército brasileiro na Primeira Guerra<sup>253</sup>. A missão francesa, chefiada pelo general Maurice Gamelin, estava refundando o exército nos moldes militares franceses, para descontentamento daqueles defensores do modelo alemão.

Os “tenentistas”, que desempenharam papel de destaque no movimento político-militar no período de 1920 a 1935, haviam se formado em 1918 e 1919, ou seja, antes da missão francesa e, portanto, “imunes” a influência da missão. Mas não apenas isso. Eram os “tenentistas” opositores ferrenhos ao modelo francês de modernização e a ligação que a obrigatoriedade de aquisição de equipamentos franceses, cláusula que vinha junto com o convênio da missão<sup>254</sup>.

As cisões a respeito sobre as doutrinas militares de influência estrangeira se fizeram presente pelo próprio fato de que o envio dos “Jovens Turcos” à Alemanha, assim como as publicações da Revista Defesa Nacional, haviam sido elaboradas devido à percepção da cúpula civil e militar de que havia a necessidade de recuperar

---

<sup>251</sup> FORJAZ, Maria Cecilia Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983.

<sup>252</sup> A “Missão Indígena” consistiu em um grupo de instrutores do Realengo, selecionados por concurso promovido pelo Estado-Maior do Exército, com a intenção de melhorar o nível e aumentar o caráter prático do treinamento militar: “Pela primeira vez este EME - Estado-Maior do Exército - teve intervenção na escolha dos instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros oficiais, como há muito já deveria ter sido feito. Muitos e distintos oficiais têm passado pela Escola Militar como instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca o corpo de instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional. FORJAZ, Maria Cecilia Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983.

<sup>253</sup> MACANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

<sup>254</sup> FORJAZ, Maria Cecilia Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983.

a capacidade militar, sobretudo a capacidade de combate do Exército. Entendia-se que a capacidade militar havia sido deteriorada pela hegemonia dos “doutores”<sup>255</sup>, como eram conhecidos os velhos oficiais formados na Praia Vermelha. Os “doutores” eram assim chamados por conta do caráter científico e teórico de sua formação e eram conhecidos também por suas ideologias positivistas e, portanto antimilitaristas e na ideia de paz universal<sup>256</sup>. As publicações da Revista Defesa Nacional iriam no sentido de defender que a profissionalização do Exército estava diretamente ligada à necessidade de refutação da visão pacífica que os “doutores” tinham sobre o sistema internacional, combatendo a noção de paz universal e propondo a visão realista, pautadas na relação direta entre liberdade e soberania à capacidade militar. Estabelece-se a disputa idealista e realista sobre a política internacional dentro da instituição militar<sup>257</sup>.

A oposição dos tenentes ao modelo francês estabeleceu também uma clivagem ideológico-político no exército sobre a posição e as relações da instituição e o Sistema Político. José Murilo de Carvalho estabelece três modelos de “intervenção” que faziam parte da clivagem do Exército naquele momento: a “intervenção reformista”; a ideologia do “soldado profissional”; e o “intervencionismo moderador”<sup>258</sup>.

A primeira, como indicado acima, estava assentada no positivismo e tinha o soldado como “cidadão fardado”, sendo inerente a sua participação política. O tenentismo seria o herdeiro desse primeiro modelo de intervenção, com a tendência de tornar o militar o mais “civil” possível, passando, portanto pela ideia de

---

<sup>255</sup> Os “doutores” eram assim chamados por conta do caráter científico e teórico de sua formação e eram conhecidos também por suas ideologias positivistas e, portanto antimilitaristas e na ideia de paz universal. Ver: FORJAZ, Maria Cecilia Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983; VIEIRA, Ricardo Zortéa. *Lembra-vos da guerra. Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964)*. Dissertação de Mestrado. PEPI-IE, UFRJ, 2013.

<sup>256</sup> FORJAZ, Maria Cecilia Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983; VIEIRA, Ricardo Zortéa. *Lembra-vos da guerra. Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964)*. Dissertação de Mestrado. PEPI-IE, UFRJ, 2013.

<sup>257</sup> VIEIRA, Ricardo Zortéa. *Lembra-vos da guerra. Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964)*. Dissertação de Mestrado. PEPI-IE, UFRJ, 2013.

<sup>258</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)”. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

desmilitarização.<sup>259</sup> A segunda, que se opunha ao positivismo dos “doutores” e dos “tenentistas”, eram os seguidores da noção de que o soldado tinha que estar inteiramente dedicado à instituição militar e longe da participação política e a serviço do poder constituído.

Góes Monteiro e Bertholdo Klingler foram os principais formuladores da doutrina de “intervenção moderadora” através da conciliação das duas primeiras supracitadas. Nesse sentido, a terceira via divergia da doutrina de “soldado profissional” na questão da aberta participação dos militares na política, porém concordava no tocante a necessidade de profissionalização e preparação do militar no Exército. Divergia da doutrina de “soldado cidadão” no que diz respeito ao sentido da intervenção, embora concordasse com a legitimidade da intervenção política. Essa não poderia ser feita, independente ou contra a instituição. Não por acaso, Klingler e Góis Monteiro foram os fundadores dessa doutrina. Foram formados pela tradição profissionalizante europeia e ao mesmo tempo contra o neutralismo das Forças Armadas, sendo o primeiro líder dos “jovens turcos” e o segundo aluno da missão francesa<sup>260</sup>.

Rouquié<sup>261</sup> chama a atenção para o fato de que justamente a modernização da instituição ter propiciado a organização política do Exército, ou seja, como queriam os autores da terceira doutrina. A modernização não levou ao esvaziamento político das Forças Armadas, pelo contrário, a impulsionou. Góes Monteiro, via na modernização do Exército relacionada com a própria construção do Estado, em todos os âmbitos da dinâmica da vida nacional.

[...] aliás, sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército, e não a política *no* Exército. ... A política do Exército é a preparação para a guerra e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza - e no

---

<sup>259</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)”. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>260</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)”. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>261</sup> ROUQUIÉ, Alain. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945). Algumas reflexões para um estudo comparativo”. *Seminário sobre a Revolução de 30, organizado pelo CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro, 22 a 25 set. 1980.

campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a todos os interesses da pátria, suprimindo quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo<sup>262</sup>.

Nesse sentido, a disseminação e aceitação da profissionalização militar seguiram sem o pressuposto de que a “mudez” política do Exército era alicerce para a profissionalização da instituição. Não havia exemplos históricos que comprovassem essa tese, pelo contrário os exemplos históricos demonstravam que a ausência de intervenção política vinha acompanhada de submissão à poderes que não correspondiam a necessidade de modernização e profissionalização da instituição militar<sup>263</sup>. A doutrina da “intervenção moderadora” seria a hegemônica na atuação política do Exército durante a década de 1930, representada pela intervenção da instituição de forma mais coesa.

O que interessa aqui, no entanto, é compreender como uma determinada cúpula se torna hegemônica na instituição, sobretudo como esta cúpula irá se relacionar com o Estado e sociedade e, ainda, compreender a visão estratégica dessa cúpula no que diz respeito à inserção do Estado brasileiro no sistema internacional a partir do discurso da guerra.

Desse modo, iria se construindo uma cúpula hegemônica dentro do Exército devido, sobretudo, à capacidade de impermeabilização que a instituição logrou na década de 1930 em razão do modelo de formação dos novos oficiais e a homogeneização da cúpula militar em torno de valores realistas e de influência alemã, sob a liderança de Góes Monteiro<sup>264</sup>. Vale ressaltar que na Revolução de 1930 não foi nem de longe um consenso dentro do Exército Brasileiro. Como salienta Carvalho:

Embora não tenha sido ainda feito um trabalho mais cuidadoso sobre seus aspectos multares, é fora de dúvida que a maior parte do êxito do movimento se deveu à ação dos dois grandes estados envolvidos - com

---

<sup>262</sup> MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Rio de Janeiro: Odersen Editores, 1934. Pág. 163.

<sup>263</sup> CAMPOS, Edmundo. “Debatedor do paper: A política das Forças Armadas”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>264</sup> CAMPOS, Edmundo. “Debatedor do paper: A política das Forças Armadas”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

suas poderosas polícias militares, tão antagonizadas pelas forças federais - e à participação popular, grande no Rio Grande do Sul e em Pernambuco<sup>265</sup>

Ademais, o autor lembra que não só não houve consenso entre os militares sobre a Revolução, mas que houve pequena participação militar, tendo a Marinha, por exemplo, praticamente ignorado o evento, a não ser pela participação de remanescentes da revolta de 1924. A minoria militar que havia participado da elaboração do movimento era composta não por oficiais, mas por subalternos muito deles remanescente do movimento tenentista da década de 1920<sup>266</sup>. A reintegração e rápida promoção de subalternos seria um elemento desestabilizador da hierarquia na instituição.

Nas análises de José Murilo de Carvalho<sup>267</sup> e Maria Cecília Forjaz<sup>268</sup>, a construção de uma hegemonia da cúpula militar, e logo, para o fortalecimento do Exército e sua capacidade de intervenção política de forma coesa, perpassava pela eliminação dos tenentistas como condição fundamental.

A disputa político-ideológica que presentes no Exército depois da Revolução de 1930, na qual a cúpula da instituição se rebelou contra o avanço do poder dos tenentistas. A jovem oficialidade do Exército, através da “União de Classe Militar”, durante os meses de agosto e novembro de 1931, buscava o desengajamento do Exército das questões políticas.

O nosso Juarez entrou com os seus tenentes por amor à classe e, ganha a revolução, abraçou-se à política, esquecendo o Exército. Agora os próprios políticos o abandonaram e ele quer o apoio da classe. (. . .) Situação

<sup>265</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)”. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>266</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)”. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>267</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)”. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>268</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)”. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983; FORJAZ, Maria Cecília Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983.

particular do Exército serve de guarda aos tenentes interventores que estão brincando de administradores e aos políticos que disputam os cargos. A ala dos tenentes está mentindo à sua classe. Foram revolucionários por amor a ela e agora se esquecem disso para depreciá-la e tomá-la desprestigiada no conceito público<sup>269</sup>

Havia a percepção, daqueles que faziam oposição ao poder dos “tenentistas”, como os colaboradores da “Revista de Defesa Nacional”, de que o Exército deveria se pautar no esforço de hierarquização e disciplina na instituição. Os tenentes eram um fator de influência civil na instituição. As alianças políticas que o movimento “tenentista” teve de realizar com as chamadas “oligarquias fracas” eram fator de diluição dos componentes militares da prática política do movimento<sup>270</sup>. Não era a intervenção o problema, mas os métodos e processos que eram criticados.

Após a revolução de 1930, tomou-se um quadro de indisciplina dentro do Exército, com grande número de conspirações, revoltas, levantes, protestos e greves que marcaram e evidenciaram a disputa entre várias correntes que buscavam a hegemonia dentro da organização militar<sup>271</sup>. Entre 1930 e 1934 ocorreram 08 protestos e 10 revoltas, sendo que 04 dos protestos foram realizados por generais. Durante 1934 e 1939, aconteceram 09 protestos e 06 revoltas, tendo os generais participado de 04 protestos e os oficiais e praças realizado o restante de protestos e revoltas. Durante o período entre 1939 e 1945, não aconteceram revoltas e protestos, mas sim inúmeras agitações e conspirações. Foram no total 06 no período de 1939 a 1945 e se contarmos a partir de 1930, foram 61 movimentos de agitação e conspiração dentro do Exército, sendo 09 deles realizados por generais<sup>272</sup>.

---

<sup>269</sup> Arquivo Bertoldo Klinger, CPDOC/FGV: Documentos BK 31.08.29/2 e BK 3.09.02. O manifesto principal do movimento também está no arquivo Bertoldo Klinger, documento BK 31.11.14, e sobre a finalidade da “União” diz o seguinte: “Integrar o Exército na sua verdadeira função, isto é, organizar, coordenar e orientar os esforços individuais, ora dispersos, numa só diretriz, de forma a que o Exército possa estar, pelo grau de cultura profissional e moral de seus quadros, pela sua organização material, pela sua disciplina e trabalho produtivo, em condições de cumprir, em qualquer momento, as missões que lhe são inerentes e peculiares.”

<sup>270</sup> FORJAZ, Maria Cecilia Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983; VIEIRA, Ricardo Zortéa. *Lembraí-vos da guerra. Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964)*. Dissertação de Mestrado. PEPI-IE, UFRJ, 2013.

<sup>271</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)”. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>272</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)”. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e*

Alguns pontos são relevantes para analisar o alto número de movimentos políticos de militares dentro do próprio exército no período destacado. José Murilo de Carvalho atenta para o fato de que entre 1930 a 1934, o número total de movimentos (contando revoltas, agitações, protestos, levantes etc.) é de 50. De 1934 a 1939 é de 38, e entre 1940 a 1945 é de apenas 06. Ou seja, do total de 94 movimentos, 88 aconteceram entre 1930 e 1938. O número de movimentos teve uma queda considerável a partir de 1937 e se desacelerou ainda mais a partir de 1939, indicando uma vitória sobre certo grupo sobre os demais, garantindo a esses o controle da instituição, dando capacidade do exército ser a base do regime que havia sido implantado<sup>273</sup>.

Por trás da retórica da identificação Exército-Estado e da visão de ambos como expressão orgânica da nação, estava a realidade de um projeto que se caracterizava pela nacionalização da política, pelo industrialismo e pela ideologia da nova ordem não liberal mas inequivocamente burguesa (...). O projeto da intervenção controladora dos militares sem dúvida fugia do modelo de Exército burguês clássico. Além disso, nas motivações imediatas de seus promotores, sobressaíam aspectos que eram de natureza especificamente militar, vinculados aos problemas da segurança interna e externa. Mas o conteúdo concreto da intervenção, particularmente em seus aspectos nacionalizantes, industrializantes e de contenção política, revelava-se compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse a antítese do liberalismo político.<sup>274</sup>

Nesse sentido, o aperfeiçoamento profissional e homogeneização do Exército fornecia o aparato político que tornavam a instituição mais coesa e organizada, em torno do respeito à hierarquia e disciplina<sup>275</sup>, que a tornaram menos suscetível aos conflitos da sociedade civil e à ingerência de uma suposta classe dominante. O entendimento de que a abstenção política dos militares, durante a história da instituição, gerava a subordinação militar pelas elites civis, sem qualquer

---

*Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.*

<sup>273</sup> CARVALHO, José Murilo de. "Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)". In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>274</sup> CARVALHO, José Murilo de. "Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)". In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>275</sup> FORJAZ, Maria Cecília Spina. "A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo". *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983.

compensação que criassem níveis mais altos de modernização e aperfeiçoamento, levaram a recusa da condição de neutralidade ou apolitismo militar.

O intervencionismo, por seu lado político, não deixava de garantir maior concentração de poder dentro do Estado e dava capacidade de direção econômica às demandas militares<sup>276</sup>. Para isto, a eliminação do intervencionismo reformista dos tenentes se estabelecia como fator definitivo para a homogeneização da instituição militar, perpassando pela vitória contra o movimento de 1935 e se consolidando com o Estado Novo<sup>277</sup>. A vitória em 1932, tirava do plano político e militar os tenentistas, dando início à um projeto de intervencionismo controlador, cujas principais características era a presença das Forças Armadas, sobretudo do Exército como força motriz do “progresso”, uma vez tendo tomado uma posição hegemônica dentro do Estado. Posição essa que, com o auxílio das circunstâncias internas e externas, garantiu capacidade de implementação da ditadura em 1937<sup>278</sup>.

O projeto intervencionismo controlador se pautaria na eliminação do conflito social e político em torno da ideia nacional, mas, sobretudo, na preocupação com a defesa externa e na segurança interna.

### 3.2 Lugar-comum: aproximação entre sociedade civil e Forças Armadas

Após a Revolução de 1930, o Exército Brasileiro criou a capacidade de “impermeabilização organizacional” através da homogeneização da sua cúpula militar. Podemos dizer que este esforço era uma maneira de garantir à instituição militar a possibilidade de filtrar certas questões “civis” com base nos interesses militares. Como analisamos no item anterior, essa capacidade de intervenção das Forças Armadas nas políticas de Estado, especialmente pós-1930, está relacionada com o processo de modernização da instituição, fruto das crises do início do século XX.

Neste item, iremos refletir sobre um processo simultâneo a essa homogeneização da cúpula militar do Exército Brasileiro, que é a participação das massas na estratégia de organização da própria instituição do Exército. Entretanto,

---

<sup>276</sup>COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade; o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

<sup>277</sup>FORJAZ, Maria Cecilia Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983.

<sup>278</sup>FORJAZ, Maria Cecilia Spina. “A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo”. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983.



vale mencionar que ao falarmos de “participação das massas” não estamos, necessariamente argumentando uma participação direta nas decisões da cúpula militar, e sim que os discursos não-militares encontraram ressonância nos interesses de um dos projetos de organização dentro do Exército. Para dar conta dessa participação, iremos utilizar o conceito de “lugar-comum” de Maria Stella Bresciani: “um fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos”<sup>279</sup>. Obviamente que o conceito da autora extrapola esta pequena definição, mas para nossa reflexão já nos é suficiente.

Para falarmos deste *fundo compartilhado* entre diferentes esferas da sociedade brasileira no início do século XX, precisamos abordar a já mencionada revista *A Defesa Nacional*. Em seu primeiro editorial, encontramos a seguinte declaração:

[...] o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai, às vezes, um pouco além de seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator de transformação política ou de estabilização social.<sup>280</sup>

Como percebemos na seção anterior, é neste embalo que os tenentes de 24 e os revolucionários de 30 se unirão em aliança em sintonia com as reivindicações dos Jovens Turcos.

Vale mencionar que figuras de renome dentro do universo militar participaram ativamente das edições da revista. Militares de influência podem ser citados, tais como Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Tristão de Alencar Araripe, Pantaleão da Silva Pessoa, J. B. Magalhães e Humberto Castello Branco.

Outro fator de suma importância, é que o discurso combativo da revista estava em sintonia com o descontentamento cada vez mais crescente com o sistema de governo democrático-liberal. Atribuído à esse sistema, são inúmeros os efeitos negativos para o exército, dentre eles: a falta de lideranças interessadas no coletivo, a falência do patriotismo e a falta de energia para lutar pelos problemas do país<sup>281</sup>. No mesmo sentido, o discurso militar se torna cada vez mais autoritário e em fevereiro de 1935, o capitão Sérgio Marinho - em sua matéria intitulada “*Forças*

---

<sup>279</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a sedução da objetividade*. UNESP: São Paulo, 2005. Pág. 41.

<sup>280</sup> *A Defesa Nacional*. Ano 1, No 1, Outubro de 1913. Editorial, p. 1.

<sup>281</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. “Autoritarismo e Militares: uma análise da revista *A Defesa Nacional* na década de 1930”. Texto apresentado no XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009.

*Armadas, Partidarismo e Política*” - questiona até mesmo a necessidade de um “conceito novo” de Forças Armadas, já que o papel de guardião das instituições liberais estava esgotado. Em outras palavras, era preciso incorporar as Forças Armadas às novas demandas da nação, ao mesmo tempo em que abria espaço político e criava novas demandas por parte dos militares.

Neste mesmo contexto, é notória a produção intelectual de cunho nacionalista e, em certa medida, também autoritária, tendo em Oliveira Vianna seu maior expoente:

Crítico sagaz do liberalismo em solo brasileiro, Vianna, através do estudo do passado brasileiro, criticava as elites políticas, o regionalismo e as práticas políticas advindas de uma elite branca e clientelista. Suas principais ideias, como a utopia de cartas constitucionais, principalmente a de 1891, foram expressas em obra publicada em 1922 intitulada “O idealismo da Constituição”. Quando se torna um dos ideólogos do regime autoritário imposto pelo golpe do Estado Novo, Oliveira Vianna era um reconhecido intelectual na sociedade brasileira.<sup>282</sup>

Podemos perceber que além dos militares que publicavam na revista *A Defesa Nacional*, membros da sociedade civil também compartilhavam dos mesmos descontentamentos, havia um “lugar-comum” nos discursos de ambos. Nossa análise nos leva a refletir sobre como no decorrer da primeira metade do século XX, esse “lugar-comum” serviu como condição de possibilidade para uma articulação política entre Estado-Exército que culminaria com o golpe do Estado-Novo e se desdobraria na ditadura de Vargas. Em outras palavras, o que a historiografia brasileira chama de populismo varguista é um efeito da articulação de esferas da sociedade civil com membros de uma vertente das Forças Armadas que iria tornar-se hegemônica dentro da instituição e, posteriormente, participar ativamente da elaboração da agenda do Estado-nacional brasileiro.

Ainda sobre esta relação, Nascimento destaca que:

Viana, e outros intelectuais do período, viam como responsáveis pela mudança tanto os intelectuais quanto a elite política que deveria se adequar aos novos tempos. Embora não tenha teorizado sobre o papel dos militares em seus escritos, estes se encarregaram de explicitá-lo. **Os militares não teorizaram sobre os males do Brasil, mas pelos textos publicados em “A Defesa Nacional” compartilhavam das ideias dos intelectuais autoritários, configurando-se o lugar-comum. Góes Monteiro tem muitas afinidades em seu pensamento com Oliveira Viana, mesmo**

---

<sup>282</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. “Autoritarismo e Militares: uma análise da revista *A Defesa Nacional* na década de 1930”. Texto apresentado no XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009.

**discordando em alguns pontos.** Ele insistiu, desde sua ascensão militar ao lado dos revolucionários, na idéia de que o Exército constituía uma elite capaz de, ao lado do Estado, resolver os problemas do país. O pensamento de Góes fica claramente exposto tanto no ensaio encaminhado a Vargas em janeiro de 1934 quanto no relatório do Ministério da Guerra relativo ao ano de 1934. **Apesar de não concordar com alguns pontos do pensamento de Viana – como a questão das raças a qual Góes tece pesadas críticas – aceita a tese de falência do liberalismo e das instituições democráticas bem como a falta de uma elite organizada**<sup>283</sup>.

Podemos perceber que apesar dessa aproximação entre os intelectuais de influência no período e os militares do Exército não ser oficial, também não deixava de ser evidente. Apesar das diferenças, a aproximação ideológica entre Oliveira Vianna e Goés Monteiro - que iremos abordar mais detalhadamente adiante - é de suma importância para refletirmos sobre a questão do lugar-comum e, efetivamente, como isto se traduziu numa organização bastante específica por parte do Estado pós-30, especialmente após o Golpe do Estado novo em 1937. Vale lembrar que em 1937, Oliveira Vianna lança a segunda edição de seu livro *O Idealismo da Constituição*, com adendos elogiosos ao golpe e declarando apoio ao estilo de democracia instituído com o Estado Novo<sup>284</sup>.

Em 1938, em nota oficial, os editores de A Defesa Nacional acreditam que “tudo o que se tentou fazer em nossa terra em benefício da defesa nacional, desfez-se ou desfazia-se ante o acervo enorme de obstáculos opostos por um regime político incapaz do mais elementar gesto de sadio patriotismo”.<sup>9</sup> A frase deixa claro que o regime antes liberal foi incapaz de fomentar o sentimento de amor à pátria bem como de resolver os problemas ligados a defesa nacional. Assim, **as Forças Armadas saúdam o Estado Novo não só como guardião da democracia e da pátria, mas também como regime forte e capaz de organizar as Forças Armadas, arauto do civismo e do patriotismo.**<sup>285</sup>

É fundamental ressaltar o fato de que após 1930, a instituição do Exército está fragilizada pela já mencionada sequência de rebeliões e divergências internas de pelo menos 25 anos. Neste sentido, a instituição está setorizada por diferentes vieses políticos, ausente de uma liderança coesa que torna frágil a hierarquia da

<sup>283</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. “Autoritarismo e Militares: uma análise da revista A Defesa Nacional na década de 1930”. Texto apresentado no XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009. [Grifos nossos].

<sup>284</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. “Autoritarismo e Militares: uma análise da revista A Defesa Nacional na década de 1930”. Texto apresentado no XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009.

<sup>285</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. “Autoritarismo e Militares: uma análise da revista A Defesa Nacional na década de 1930”. Texto apresentado no XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009. Pág. 6. [Grifos nossos].

instituição e eventualmente aponta para uma total desagregação. Dentro deste contexto, muitos políticos viam com maus olhos a instituição do Exército, pois sua instabilidade poderia indicar diversos problemas, seja uma revolta anárquica, seja um golpe militar pouco após a instituição do Estado-Novo. Em outras palavras, era necessário um princípio catalisador para tornar uno o discurso dentro do Exército, dissipando as dúvidas que estavam proliferando na sociedade brasileira. Neste embalo, é compreensível que este discurso autoritário e nacionalista de membros da sociedade civil - como Oliveira Vianna - fossem atrativos para a cúpula do Exército, viabilizando tanto a coesão e organização interna das Forças Armadas, quanto uma aproximação com as “massas” por meio de seus representantes intelectuais. Juntos, o discurso contra o modelo falido do liberalismo como forma de governo e seus desdobramentos sociais. Somado a esse descontentamento, podemos perceber o momento de transição do discurso de ameaça em duas frentes:

O discurso de Viana também indicava que o Brasil deveria se defender das ameaças a que estava submetido. De acordo com Bresciani esta **ameaça poderia ser “interna de desagregação estimulada pelas idéias, doutrinas e instituições importadas, e ameaça externa propiciada pela fragilidade do país frente à força expansionista e integradora das grandes potências”**. De fato, o conturbado momento político da década de 1930 indicava a **necessidade de fortalecimento**: as doutrinas e instituições importadas a que se refere Viana se materializavam, principalmente, no socialismo e no bolchevismo, ameaças comuns também à instituição militar.<sup>286</sup>

Novamente, surge a figura de Góes Monteiro:

Além disso, com o projeto interventor comandado pelos militares vencedores pós-1930, sobretudo **Góes Monteiro, as idéias pregadas pelos pensadores autoritários caíram como uma luva – dadas as questões internas do país bem como o cenário internacional**. Através dos inúmeros artigos publicados na revista A Defesa Nacional fica claro que os militares compartilhavam da ideologia autoritária configurando-se o lugar-comum do pensamento crítico brasileiro.<sup>287</sup>

Goés Monteiro foi o principal defensor de uma ideia de *segurança nacional* pautada pela noção de *integralidade*; exército forte, nação forte. Tal projeto dependia

<sup>286</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. “Autoritarismo e Militares: uma análise da revista A Defesa Nacional na década de 1930”. Texto apresentado no XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009. Pág. 6. [Grifos nossos].

<sup>287</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. “Autoritarismo e Militares: uma análise da revista A Defesa Nacional na década de 1930”. Texto apresentado no XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009. Pág. 7. [Grifos nossos].

basicamente de lidar com dois empecilhos. O primeiro deles, a já mencionada fragmentação dentro da própria instituição do exército - fruto das revoltas internas, que desdobrava-se na falta de um discurso unificado e um projeto coeso dentro das Forças Armadas. O segundo deles, resquício do sistema oligárquico, era a autonomia dos Estados e respectivamente sua capacidade militar por meio de suas polícias estaduais. Neste debate, a discussão sobre a construção do Estado-nação ser mais ou menos autoritário era de suma importância para Góes Monteiro e as Forças Armadas como um todo.

O que, aqui, está posto é questão que permeou grande parte desses debates. De um lado, os que defendiam a conservação e a ampliação da autonomia das forças públicas e, por conseguinte a preservação da autonomia dos Estados; do outro lado os que lutavam pelo cerceamento da liberdade federativa em benefício do fortalecimento do poder central e de sua capacidade em conduzir as transformações na sociedade brasileira dos anos 30. O que também se coloca é a disputa pela ruptura ou continuidade do modelo da Carta de 24 de fevereiro. Em meio a mudanças econômicas e sociais se procedeu ao julgamento do legado da primeira república, se colocou em xeque o liberalismo oligarca. Esses homens se digladiavam em torno da solução do problema de qual formatação teria o Estado brasileiro – mais ou menos autoritário.<sup>288</sup>

Na primeira parte deste item, discutimos a questão da fragmentação do exército e de que forma o surgimento de um *lugar-comum* no plano discursivo de militares e sociedade civil, serviria de condição de possibilidade para um integracionismo posterior do exército e, efetivamente, da nação pós-30. Neste sentido, podemos afirmar que Góes Monteiro desejava diminuir e limitar o poder dos estados frente à União, reforçando a supremacia do exército como instituição única da ordem pública pós-1930. Tal desejo estava alinhado com dois fatores: a reformulação constituinte acerca das polícias estaduais e, respectivamente, com o papel do exército e suas funções no que tange a segurança nacional.

É nesse contexto que a aliança entre Vargas e o setor militar - representado por Góes Monteiro - torna-se mais importante. Por um lado, os militares davam a sustentação que Vargas precisava para seu governo enquanto este garantiria o fortalecimento institucional do Exército.

---

<sup>288</sup> JUNIOR, Dianari Inácio de Moraes. "General Góes Monteiro e a Reordenação da Defesa Nacional". Texto apresentado no V Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em história PUC / UnB / UFG. Goiânia, setembro de 2012. Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Dianari\\_In%C3%A1cio\\_de\\_Morais\\_Junior.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Dianari_In%C3%A1cio_de_Morais_Junior.pdf). Acesso em 29/08/17.

Com uma base de sustentação bastante heterogênea digladiavam próximos a Vargas civis de diferentes matizes, tenentes reformadores e militares centralistas. Porém, sob a liderança de Góes o exército foi se afastando dos ideais tenentistas e cada vez mais reforçava a base do governo.<sup>289</sup>

Com esta aliança, Góes Monteiro conseguiria colocar seus ideais de *segurança nacional* ao mesmo tempo que consolidaria o papel político do exército. Uma das razões que moviam o general era o fato de que por causa do regionalismo político, não havia a formação de partidos federais, o que resultava em uma escassez de instituições efetivamente nacionais. Neste sentido, para que o exército fosse disciplinado, era necessário que a nação também o fosse e tal quadro não existia por responsabilidade das ações oligárquicas que ainda exerciam influência ativa na organização da nação. Segundo ele:

A formação do Brasil, em origem, antepondo-se ao do resto da Sul-América Latina, fez-se com outras características históricas e geográficas e a sua unidade política permaneceu subordinada aos fatores unitivos que não foram destruídos na monarquia, mas que a República tem sistematicamente solapado, com base no regime regional-caudilhesco, disfarçadamente chamado de democrático-liberal<sup>290</sup>

Em outras palavras, o problema estava no federalismo adotado em 1891 que ao conceder demasiada autonomia aos estados, “solapava” fatores unitivos que possibilitariam uma integridade nacional na forma de um exército - e nação - forte. Ou seja, para o general era central a importância de que todas as ações fossem direcionadas para a integridade nacional e para tal, o conceito de *segurança nacional* foi fundamental, pois previa integrar economia, política e efetivamente a sociedade em torno das Forças Armadas. Neste sentido, a ideia do regionalismo era prejudicial à seu projeto pois os interesses de cada Estado impediam um projeto político efetivamente nacional ao mesmo tempo que deixavam o Exército em plano secundário, com menor importância.

É neste âmbito que a questão das polícias estaduais torna-se central na agenda de Góes Monteiro e das Forças Armadas, pois os estadualismos permitiam

<sup>289</sup> JUNIOR, Dianari Inácio de Moraes. “General Góes Monteiro e a Reordenação da Defesa Nacional”. Texto apresentado no V Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em história PUC / UnB / UFG. Goiânia, setembro de 2012. Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Dianari\\_In%C3%A1cio\\_de\\_Morais\\_Junior.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Dianari_In%C3%A1cio_de_Morais_Junior.pdf). Acesso em 29/08/17.

<sup>290</sup> Fundo Góes Monteiro, AN 046-97: 586/587.

as forças policiais militarizadas, o que negava à União - e as Forças Armadas - o monopólio da violência legítima. Além desta negação de monopólio, não podemos deixar de ressaltar que certos Estados, como São Paulo, possuíam exércitos altamente capacitados, o que lhes garantia maior poder de pressão com relação às políticas nacionais. Logo, para dar conta de seu projeto de segurança nacional, Góes Monteiro precisava restabelecer tanto a unidade dentro do exército quanto a integralidade política no cenário nacional, fundando uma nova fase em que o inimigo interno seriam as oligarquias e suas forças públicas.

Dianari Júnior analisa estas ações do comando do exército em busca de reestruturação ao refrear as oligarquias e conclui que:

[...] podemos afirmar que as Força Armadas conquistaram entre 1937 e 1945 papel político fundamental na sustentação do novo Estado nacional brasileiro. O pacto entre Vargas e os militares propiciaram no interior do Exército a hegemonia de uma corrente, denominada por José Murilo, de intervencionistas controladores o que possibilitou, por um lado, o Exército enquanto único fiador da integridade nacional e por outro, a efetivação do Estado varguista que levava a cabo um projeto de modernização autoritária.<sup>291</sup>

Este processo de modernização autoritária era caracterizado pela importância decisiva atribuída ao processo de desenvolvimento da indústria nacional, especialmente na criação das indústrias de base, essenciais para o desenvolvimento das Forças Armadas. Segundo o próprio Góes Monteiro:

A política que não se propuser a despertar e impulsionar as forças vivas da Nação, pela organização do Estado e capaz da maior soma de produtividade delas, importará mais cedo ou mais tarde na tendência para a decomposição nacional.<sup>292</sup>

A ênfase no desenvolvimento da indústria de base é uma das características do que veio a ser conhecido como a “Doutrina Goés Monteiro”, que segundo Prestes:

Doutrina Góes incorporava as ideias provenientes das teorias corporativistas, coincidindo com as concepções adotadas pelos setores

<sup>291</sup> JUNIOR, Dianari Inácio de Moraes. “General Góes Monteiro e a Reordenação da Defesa Nacional”. Texto apresentado no V Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em história PUC / UnB / UFG. Goiânia, setembro de 2012. Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Dianari\\_In%C3%A1cio\\_de\\_Morais\\_Junior.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Dianari_In%C3%A1cio_de_Morais_Junior.pdf). Acesso em 29/08/17. Págs. 10-11.

<sup>292</sup> AN – FGM, SA 688-6, p. 463

ligados à burocracia civil, em particular no que se refere à preocupação com a superação dos conflitos sociais e a consequente promoção da conciliação das classes.<sup>293</sup>

Segundo Trevisan, na visão de Góes Monteiro, tanto a política geral, econômica, industrial, agrícola e internacional, o sistema de comunicações e todas atividades coletivas - inclusive a educação do povo - afetava a política militar do País<sup>294</sup>. Sobre este ponto, duas considerações são importantes: a visão de Góes Monteiro sobre as massas e sua concepção de guerra.

Segundo o próprio Góes Monteiro, a situação das massas no Brasil durante a década de 30 era:

Como se apresenta o Brasil na quadra atual, organicamente? Uma Federação de Estados desiguais, heterogêneos nas suas condições de administração, de riqueza e de latitudes. [...] **A massa da população rural quase uniformemente empobrecida, ignorante e jacente à mercê das mais ignóbeis explorações, deseducada e infeliz. As classes mais cultas, presas a teorias do século passado, demagoga e preme de um espírito jurídico incompatível com o fato brasileiro que só atinge o pobre.**<sup>295</sup>

E ainda:

[...] **A revolução deverá, em princípio: fortalecer ao máximo o espírito da nacionalidade; regular a vida econômica do País, de modo a impedir o colapso na nossa produção e aumentar a nossa riqueza;** reduzir as instituições do Estado Brasileiro e sanear a administração geral, até conseguir aqueles objetivos. Para esse fim, logo que o Governo Revolucionário assumiu o poder, deveria, apoiado na força armada, tratar imediatamente de revolver du fond em comble a organização nacional, para assentá-la em bases mais seguras [...].<sup>296</sup>

Trevisan defende que é com Góes Monteiro que surge o conceito de *segurança nacional* como uma forma de organizar o desenvolvimento nacional e ao

<sup>293</sup> PRESTES, Anita Leocadia. "Anos 1930 no Brasil: a formação de uma burocracia civil e militar em crescente conflito com as oligarquias agrárias." *Rev. Eletr. Hist. Brasil*, Juiz de fora, UFJF, v. 3. N. 1, jan/jul 1999. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/rehb/files/2010/05/v3-n1-1999.pdf>>. Acessado em 18 de outubro de 2016.

<sup>294</sup> TREVISAN, Leonardo. *O Pensamento Militar Brasileiro*. Digitalização: Néelson Jahr Garcia. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores, 2005. Disponível em: <[www.jahr.org](http://www.jahr.org)>. Acessado em 26 e setembro de 2016.

<sup>295</sup> Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme, notação SA 185-12- 1. Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, p. 587. [Grifos nossos].

<sup>296</sup> Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme, notação SA 185-12- 1. Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, p. 589. [Grifos nossos].



mesmo tempo impulsionar o fortalecimento do Exército. Outros autores, como Pinto, também compartilham desta visão e o mesmo associa o conceito de *segurança nacional* e a Doutrina Góes à concepção de “Guerra Total” surgida na Primeira Guerra Mundial<sup>297</sup>. Getúlio Vargas assim declarava o papel do Exército pós-Revolução:

A Revolução é fruto das camadas profundas da sociedade; é um imperativo insofrecível da consciência coletiva; é, em suma, a cristalização lenta, laboriosa, invencível, do pensamento obscuro da nacionalidade. Revolução não é desordem, não é motim de quartel nem demagogia de rua, não é simples instrumento para saciar paixões pessoais. A essa não se incorporará o Exército, que foi, no curso da nossa história, o realizador dos grandes movimentos nacionais. O Exército garantirá a ordem, sustentará a lei, assegurará a tranquilidade, para fortalecer o progresso moral e material do Brasil. O Exército é um dos maiores fatores da unidade nacional. E os destinos da nacionalidade podem cumprir-se, com segurança, debaixo da lei e amparados na disciplina das forças armadas<sup>298</sup>.

Para Góes Monteiro, a guerra era inevitável ao mesmo passo que o imperialismo se mostrava como característica dos Estados Fortes. Sendo assim, as nações fracas, que para ele era sinônimo de nações despreparadas para a guerras se mostrariam condenadas a desaparecer, vítimas do Imperialismo dos Estados Fortes:

O forte civiliza porque ataca para se defender. O sábio é um forte que procura desvendar os enigmas da natureza. O fraco, o débil só pode aspirar à paz tumular, vencido pela sua própria vontade. O forte luta para viver e sobreviver na espécie. O fraco tende a desaparecer pelo imperativo da seleção natural<sup>299</sup>.

Partindo, portanto do entendimento da guerra como inerente ao sistema, a política do Exército se pautaria na preparação para a guerra, e para isto envolver todas as atividades da vida nacional, como na economia pela aquisição de recursos materiais, e na atividade “moral” da atuação pública, atuando ativamente na

<sup>297</sup> PINTO, Sérgio Murilo. “A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo” *In: Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br.>>. Acessado em 28/08/17.

<sup>298</sup> VARGAS, Getúlio. A-NOVA POLÍTICA DO BRASIL III A Realidade Nacional em 1933 Retrospecto das realizações do Governo, em 1934. Biblioteca da Presidência da República: Editora José Olympio. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-iii/view>>. Acessado em 29 de dezembro de 2016.

<sup>299</sup> Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme , notação SA 688-6, p. 461

educação que formasse um povo cuja mentalidade não se sobrepusesse aos interesses da nação. A liberdade deveria estar pautada pelo interesse da *segurança nacional*. Desta forma, nenhum povo poderia vencer as dificuldades internas e se fortalecer senão pelo nacionalismo e para tal, o Estado precisaria ter *poder para regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação*<sup>300</sup>. Tendo como contraponto, Góes admitia que a burguesia brasileira não abriria mão de seus privilégios em benefício da nação e persistiria em seu modelo fracassado de democracia aos moldes liberais. Ou seja, neste momento podemos perceber que ocorre a inserção das massas no cálculo político da aliança Exército-Estado - com Góes Monteiro e Vargas - em busca de extirpar a nação de seu modelo democrático liberal em função de uma forma mais intervencionista e autoritária de governo.

Na próxima seção, analisaremos como as pautas do Conselho Superior de Segurança Nacional permitem delinear os contornos dessa forma de governo.

### 3.3 Conselho Superior de Segurança Nacional: o “cerco argentino” e as demandas das Forças Armadas

O Conselho de Defesa Nacional foi criado em 1927, como órgão responsável de garantir ao governo capacidade de resolver questões relativas à defesa nacional e descrevia como atribuições do conselho as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, que poderiam estar relacionadas a defesa da pátria<sup>301</sup>. A Constituição promulgada pouco depois, em 16 de julho de 1934, veio mencionar um novo órgão, denominado Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN). Seu objetivo seria estudar todas as questões referentes à segurança nacional e regular a concessão de terras ou de vias de comunicação, bem como o estabelecimento de indústrias, dentro de uma faixa de cem quilômetros ao longo das fronteiras.

O CSSN voltaria a ser mencionado na Constituição de 1937 e continha dois artigos relativos à Segurança Nacional. O artigo 162 descrevia que o Conselho de Segurança nacional era responsável de estudar questões relativas à segurança e que seria presidido pelo presidente da república e composto pelos Ministros de Estado, além dos chefes dos Estados-maiores do Estado e da Armada. Já o artigo

<sup>300</sup> PINTO, Sérgio Murilo. “A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo” *In: Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br.>>. Acessado em 28/08/17.

<sup>301</sup> Getúlio Vargas fazia parte do Conselho como Ministro da Fazenda.

165, mencionava assim como na Constituição de 1934 o Conselho como responsável pela concessão de terras e vias de comunicação, agora a 150 km das fronteiras.

Uma das principais questões apresentadas pelo conselho foi a respeito de uma indústria siderúrgica no Brasil. Desde meados da década de 1930, essa questão vinha sendo considerada não como um simples problema econômico, mas como um problema político-econômico de cuja solução dependia o futuro da defesa nacional. Assim, em 1939, através de seu secretário-geral, o general-de-divisão Francisco José Pinto, o conselho aprovou o parecer sobre a questão siderúrgica emitido pelo Conselho Federal de Comércio Exterior por solicitação do presidente Getúlio Vargas. Esse parecer defendia o monopólio do Estado na exportação do minério de ferro e de manganês, bem como a organização da indústria siderúrgica sob regime estatal ou semi-estatal.

Na ata da primeira reunião, em 1934, fica clara a preocupação com o despreparo organizacional e material das Forças Armadas em comparação ao que seria a principal ameaça no momento, a Argentina. As atas das reuniões deixam evidente que as condições internacionais determinavam os seus objetivos e esses por sua vez, determinavam a ação política do Estado, no que se refere à Política Externa e as políticas internas. O entendimento que outra grande guerra estava em gestação, dado o expansionismo da Alemanha, Japão, e Estados Unidos, o alto comando militar do país faziam com que os militares olhassem para a capacidade militar defensiva das Forças Armadas brasileiras. Quanto a isto, a Guerra Civil de 1932 deixou claro à cúpula militar a ineficiência e inadequação das forças militares. Um estudo militar do mesmo ano, estimava que a Argentina poderia mobilizar 300 mil homens em duas semanas e, em um mês, poderia posicionar seus homens na fronteira sul com o Brasil, ao passo que as tropas brasileiras eram extremamente mais lentas na mobilização e transporte de metade desse efetivo<sup>302</sup>. O mesmo autor do estudo evidenciou que o governo deveria investir 3,5 milhões de dólares por um período de quinze anos para que o Brasil conseguisse equiparar a força a qual o Exército Argentino poderia mobilizar naquele momento. Góes Monteiro, passado um mês do início da Guerra Civil de 1932, advertiu Vargas que se preparasse para uma

---

<sup>302</sup> Memorando sem assinatura, com anotação “trabalho feito com ordem do general Álvaro Mariante, SD. Arquivo Aranha. I-42/40.

guerra demorada devido à incapacidade de armas e tropas<sup>303</sup>. Ao mesmo tempo, Góes Monteiro, evidenciou a necessidade de imediata reorganização completa do Exército brasileiro, com aumento do número de tropas, aquisição de aviões, munições, artilharia moderna. Apesar da vitória em 1932, a corporação havia se mostrado ineficiente e despreparada e, por conta disso, houve grande número de baixas. Góes Monteiro resumia a capacidades do Exército brasileiro em 1932 como “algo verdadeiramente ridículo”<sup>304</sup>. Derrotados os rebeldes, se detectava também o perigo de novas conspirações e a renovação das hostilidades de Bolívia e Paraguai no Chaco se tornava o centro das preocupações militares, sobretudo pelo interesse e influência argentina na região. A grande maioria de empresas privadas na região estava sob o controle argentino. Tendo isso em vista, as reuniões do CSSN colocavam a urgência na organização e adequação “moral” e material das Forças Armadas.

A Marinha também contava com navios mais velhos, mais lentos e de armamento mais fraco comparado com Chile e Argentina<sup>305</sup>. Os navios brasileiros eram descritos por oficiais com um “amontoado de navios antiquados”. Não por acaso, Marinha e Exército se opuseram a proposta da Liga das Nações de 1931 para congelar por um ano as aquisições de navios de guerra.

O período pós-Guerra Civil de 1932, demarca a mudança de direção do governo brasileiro junto às questões militares. O crédito anual para a renovação da frota sobe de 2,8 milhões em 1932 para 4,7 milhões em 1934. O orçamento militar em 1933 é 16% maior que o anterior. Outro ponto que marca a mudança de direção de Vargas às questões de Vargas é que a nomeação de Góes Monteiro a Ministro da Guerra, que fica condicionada a créditos e verbas especiais necessário à aparelhamento progressivo das Forças Armadas<sup>306</sup>.

---

<sup>303</sup> HILTON, Stanley. “A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação”. In \_\_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>304</sup> HILTON, Stanley. “A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação”. In \_\_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>305</sup> Memorando (“a situação da defesa naval do Brasil em face da Argentina e do Chile”) pelo almirante C. de Souza e Silva, 07 de janeiro de 1931, Arquivo de Melo Franco, I-36/34; Gen. Tasso Fragoso a ministro da Guerra, 29 de outubro de 1931. Arquivo Nacional.

<sup>306</sup> HILTON, Stanley. “A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação”. In \_\_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Segundo MaCcann<sup>307</sup>, ia se desenhando no Exército, o entendimento de que a preparação para a guerra contra inimigos poderosos era a melhor maneira de barrar tanto as ameaças externas quanto às internas, uma vez que a organização militar do Brasil, livre da dependência dos Estados Unidos, e com alvo na defesa do país contra inimigos poderosos geraria também maior capacidade na manutenção da ordem interna. Este raciocínio fica explícito na primeira reunião do CSSN, quando Vargas estabelece o Conselho como braço do poder civil, de modo a integrar os diferentes ministérios com base na Segurança Nacional<sup>308</sup>. Sobretudo, a primeira reunião do CSSN, Getúlio Vargas, deixou clara a sua preocupação com a ameaça da guerra. Segundo o presidente, apesar do Brasil ter boas relações com todos os países, especialmente os do continente, a “guerra moderna” surgia e se reafirmava com tal violência que:

as nações não poderiam despreocupar-se com a sua possibilidade e deixar de orientar os seus meios e interesses para uma defesa oportuna [...] nada poderia realizar a nação se confiasse nas “improvisações”, porque os modernos movimentos de guerra perturbam fortemente todas as atividades e só poderiam deter-se ante uma organização estudada e coordenada<sup>309</sup>.

Ainda nessa mesma reunião, o Chefe do Estado-maior, Benedito Olympio da Silveira, chamava a atenção para a necessidade de guardar as fronteiras e lembrava as dificuldades de que o país tinha em transporte para o sul, chamando a atenção para as vantagens no investimento na melhoria do tráfego das rodovias São Paulo-Rio Grande do Sul.

O General de Pantaleão Silva Pessoa, estabeleceu como necessidade defensiva a construção de um ramal rodoviário Aquidauana- Bela Vista para Porto Murtinho, tendo em vista o interesse comercial com as nações vizinhas e para uma ocupação militar mais efetiva em trechos de fronteira, requisição esta que fazia parte do orçamento de 1935, segundo o Conselho<sup>310</sup>.

A segunda reunião do Conselho foi realizada no dia 9 de outubro de 1935, convocada pelo Ministro da Guerra, João Gomes Ribeiro Filho, o qual exemplificou a dinâmica da política internacional através da “O lobo e o Cordeiro” de Jean de La

<sup>307</sup> MACANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

<sup>308</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL, 1934.

<sup>309</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL, 1934.

<sup>310</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL, 1934.

Fontaine. Segundo o Ministro, a fábula trás uma verdade que iria se manter pelo caminhar dos séculos: “o direito do mais forte é sempre o melhor”<sup>311</sup>.

Expondo a sua visão “maquiavélica” a respeito da natureza do homem, ao evidenciar que, apesar dos esforços da Liga das Nações, os fatos mostravam que os homens continuavam sendo “os mesmos egoístas impiedosos” que colocam os seus interesses acima de tudo. Assim, para o Ministro era de suma importância alertar para o “total estado de precariedade” do Exército Brasileiro para a Guerra. A seguir o expositor passa a comparar a capacidade militar atual do Exército com a capacidade do Exército argentino. Dizia ele que o desequilíbrio em capacidade bélica em número e qualidade de aviões, canhões e baterias antiaéreas era tão grande que acreditava que o poder público ainda não teria tomado em consideração “tamanho gravidade”. Relevante compreender que o modo como o Ministro realiza sua fala, comparando a capacidade militar da Argentina muito a frente da capacidade brasileira, expõe a Argentina como ameaça.

As indústrias militares, segundo o Ministro, eram incapazes de produzir um décimo das necessidades das Forças Armadas do país “em tempos de paz”, o reiterava. A ameaça de que a expansão Alemã e dos Estados Unidos se aproveitasse do “descaso” referente à defesa e tomassem a Amazônia “despovoada” como indicava alguns meios de comunicação franceses, também fazem parte da fala do Ministro.

Em seguida a palavra é passada ao Chefe do Estado-maior Pantaleão da Silva Pessoa que direcionou a sua fala para o fato da capacidade de mobilização em questão de Defesa Nacional era no Brasil relativo a 1% da população, enquanto o Paraguai contava com a capacidade de 10 % e a Europa contava com o número de 14%. Segundo o Chefe do Estado-maior, era o mínimo necessário um efetivo de 400 mil homens para três funções relativas à defesa. São elas: a) capacidade de fazer frente a uma invasão em três Estados do Sul; b) guarnecer e defender as fronteiras do Mato Grosso; e c) observar as fronteiras na Bacia Amazônica.

[...] pois na América do Sul somos nós e os “outros”. Os outros poderão reduzir-se a Argentina, Paraguai e Uruguai. Neste caso, capazes de mobilizar duzentos e dez mil homens até o quadragésimo dia de guerra e mais oitenta mil até o nonagésimo dia de guerra e mais cento e sessenta mil até o fim do sexto mês. Tanto vale dizer quatrocentos e cinquenta mil homens [...] esses quatrocentos e cinquenta mil homens podem convergir

---

<sup>311</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL, 1935 .

sobre o Brasil, usando condições relativamente favoráveis de transporte. No momento podemos admitir, sem pessimismo, a relação de um terço, isto é, levaremos uma divisão de infantaria, enquanto os outros podem levar três! Do lado naval não me parece mais animadores os números.

Seguindo a sua argumentação, o Chefe do Estado-maior, identifica o auxílio à indústria civil como uma variável indispensável às questões de Segurança Nacional. Para ele as “indústrias do Estado” não eram capazes de produzir “um nono” do necessário às Forças Armadas. O protagonismo estatal no incentivo à indústria civil era visto, antes de tudo, uma questão inerente à Defesa.

A terceira reunião do CSSN aconteceria no dia 31 de agosto de 1937 inicia-se com a exposição de Vargas sobre a necessidade da criação de um “Fundo de Defesa Nacional” para o aparelhamento das forças terrestres, navais e aéreas brasileiras. Em seguida o presidente lembra que a questão de defesa, desde o governo provisório, vinha atendendo os reclames do Exército e da Marinha e que no pouco tempo do havia liberado um crédito para aquisição de material de artilharia para o Exército (considerado o mais necessário no momento), como também para a aquisição de três submarinos armados com contratorpedeiros. Atentava também sobre as negociações para o arrendamento de “*destroyers*”<sup>312</sup> dos Estados Unidos e da aquisição dos mesmos navios na Inglaterra. A preocupação presente na reunião passava pelo fato da necessidade da criação de novos impostos capazes de garantir fundos para a defesa. A Argentina é colocada mais uma vez como ameaça nas palavras de Vargas a respeito da reação do país às negociações para aquisição brasileira dos “*destroyers*”:

a questão dos “*destroyers*”, a que já me referi, tendo levado a Argentina a se manifestar indubitavelmente sobre o assunto, veio, de certo modo, provar que a situação de paz e amizade não é tão segura quanto se podia esperar. [...] o Caso dos “*destroyers*” teve funda repercussão pública, que nos convenceu da necessidade de nos armarmos<sup>313</sup>.

A tônica da reunião perpassava então pela necessidade de aquisição de material militar, sobretudo pela necessidade de fazer frente às capacidades do Exército argentino. O Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, declarava os

<sup>312</sup> Depois de forte exigência por parte da Argentina, o acordo não se concluiria.

<sup>313</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL, 1937.

esforços feitos na aquisição de material para a Marinha, apesar da dificuldade de fundos e a grande dívida de aquisição de divisas para o pagamento na Itália.

O senhor Ministro da Marinha tem acompanhado o interesse da nossa parte em satisfazer as necessidades da Marinha, apesar das dificuldades e, entre estas, a que encontramos para os pagamentos na Itália. Temos de pagar setenta e seis por cento em libras esterlinas. Com a Alemanha a situação é diferente e podemos pagar em “reichmarks” de compensados; com os Estados Unidos os pagamentos são em “dollars” americanos, e adiantadamente. O material que o exército ainda dispõe atualmente foi, em geral, adquirido com o empréstimo de trezentos e sessenta milhões de francos, do qual até agora se pagou só se pagou uma porcentagem insignificante.<sup>314</sup>

O comércio compensado o qual fala o Ministro da fazenda era “um sistema em que importações e exportações eram feitas à base da troca de mercadorias, cujos valores eram contabilizados nas caixas de compensação de cada país.”<sup>315</sup> Já havia sido feito um acordo entre o Banco do Brasil e o banco italiano, no uso das liras de compensação para aquisição de submarinos. O acordo assinado em 1935 garantiu a entrega de três submarinos italianos em 1938<sup>316</sup>. Ainda em 1934, o exército brasileiro realizava acordos com a Alemanha, mais precisamente com a Krupp para a permuta de matérias primas, nesse caso algodão por armas. A Krupp aceitaria 80% do pagamento em marcos de compensação<sup>317</sup>. O interessante aqui é compreender as respostas econômicos-comerciais ao “cerco” argentino. O comércio de matérias primas para Itália e Alemanha no CSSN perpassava, então, pelo viés estratégico, como forma indicada para a obtenção de armamentos. Cabe lembrar que a Alemanha teria suplantado os EUA, entre 1933 a 1938, no que diz respeito às importações realizadas pelo Brasil, como revela a tabela abaixo:

---

<sup>314</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL, 1937.

<sup>315</sup> CERVO Amado Luiz ; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002. Pág. 233.

<sup>316</sup> HILTON, Stanley. “A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação”. In \_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>317</sup> HILTON, Stanley. “A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação”. In \_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.



Tabela : Balança comercial do Brasil de 1933 a 1938:

Importações						
Ano	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Alemanha	11,95	14,02	20,44	23,50	23,88	24,99
EUA	21,18	23,67	23,36	22,12	22,99	24,21
Exportações						
Ano	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Alemanha	8,12	13,13	16,51	13,23	17,05	19,06
EUA	46,71	39,17	39,44	38,85	36,19	34,32

Fonte: *apud* HILTON, 1977, pág 217.

As decisões a respeito de aquisição de matérias militares deveriam ser tomadas de modo secreto de modo a não criar mais alarde na nação que era considerada pelo Chefe do Estado-maior do Exército, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, a mais forte da do continente sul-americano. “Na América do Sul, a nação mais forte é a Argentina. Ela tem interesses que, aparentemente, não excluem a possibilidade de um conflito com o Brasil”<sup>318</sup>. A questão dos “*destroyers*” se mostrava como uma advertência. Se a guerra entre os países acontecesse “no estado em que nos encontramos, o Estado do rio Grande do Sul ficará totalmente isolado do resto do país”<sup>319</sup>. O prognóstico de tal situação aparecia como a necessidade de incentivo à construção de fábricas capazes de sanar as demandas militares brasileiras ao mesmo tempo em que se estabelecesse uma concessão internacional aérea ligando Estados Unidos, Assunção e Buenos Aires, passando por Foz do Iguaçu, Curitiba São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, para Góes Monteiro poderia assim abrir uma nova vulnerabilidade em relação à Argentina, sobretudo pela pequena densidade populacional brasileira na região sul da concessão. Ficou decidido que haveria a concessão desde que fossem utilizados

<sup>318</sup>HILTON, Stanley. “A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação”. In \_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>319</sup>HILTON, Stanley. “A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação”. In \_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

pilotos brasileiros. Esta foi a posição do Ministro da Justiça e do Chefe do Estado-maior do Exército. As possíveis vulnerabilidades eram detectadas, dado a posição de inferioridade aos seus rivais estratégicos, como evidencia o trecho a seguir:

Tais riscos e perigos poderiam não ter a gravidade que se lhes aponta e serem recíprocos para os países interessados nessa rota internacional, se o potencial de paz e de guerra do Brasil não tivesse caído do fastígio de primeira potência sul-americana à triste e subalterna condição que tanto nos amargura na hora presente<sup>320</sup>

A ata da reunião do CSSN, ocorrida em 4 de julho 1939, Getúlio Vargas declarou que o conselho “devia examinar a atitude a ser assumida pelo Brasil em face de uma guerra europeia, cujas possibilidades aumentam de dia para dia”<sup>321</sup>. Osvaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, delineava a situação política na Europa.

No caso de uma guerra de pequena duração, a vitória, em terra, poderá pender para os Estados Totalitários, ou para as democracias. No caso, porém, de hostilidades prolongadas como aconteceu na Grande Guerra, a vitória estará com quem possuir domínio dos mares. As democracias, do que parece, lograrão a supremacia naval definitiva. Diante da conflagração, que se desenha, o Brasil deve manter estrita neutralidade. Com esse objetivo, já foram preparados as respectivas regras. Não é fácil, entretanto, permanecer neutro em presença de um conflagração, que tenderá a generalizar-se. Nessas condições, na previsão do que está por suceder, devemos ter em mente a atitude do Brasil no dia em que, pelas circunstâncias, for forçado a abandonar a neutralidade. Preparar o Brasil para tal eventualidade é o dever precípua do Governo, que deve fazer os trabalhos preparatórios<sup>322</sup>

A tônica da reunião perpassa pela preocupação com as encomendas comerciais feitas aos países europeus e se deveriam continuar a fazê-las, ou comprar de um único país, no caso os Estados Unidos. A proposta do Ministro da Viação em comercializar unicamente com os EUA seria vencida pela maioria. No total, sete votos a quatro.

---

<sup>320</sup> HILTON, Stanley. “A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação”. In \_\_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>321</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL, 1939.

<sup>322</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL, 1939.

No entanto, iniciada a guerra, a “equidistância pragmática”<sup>323</sup> tão importante para a criação da grande siderurgia no Brasil, quando para o financiamento do Eximbank utilizou-se da ameaça de mudança de posição política rumo à Alemanha, iria dando lugar a um processo de alinhamento com os EUA<sup>324</sup>, o que viabilizou a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941. O recuo Alemão na América Latina, provocado, sobretudo pelo bloqueio Inglês, isolava os EUA como país de maior influência na América latina, no mesmo passo em que resolvia os problemas dos americanos no enfrentamento do comércio compensado realizado pela Alemanha.

Antes mesmo do início da guerra, havia o entendimento por parte dos Estados Unidos de que seria um conflito de escala global, levando o governo Roosevelt, a ampliar o círculo de segurança do país, englobando agora o nordeste do Estado Brasileiro<sup>325</sup>.

A ofensiva político-ideológica do Governo Roosevelt, em torno do pan-americanismo de liberalismo democrático, que fazia contraposição ao modelo nacional-socialista se transformaria no estandarte dos planos hemisféricos dos Estados Unidos. O respeito à soberania nacional, também representado pela ideologia, fazia com que não dependesse da aceitação dos princípios democráticos por parte dos Estados, bastava que esses estivessem sob o guarda-chuvas e seguisse fiel ao centro hegemônico<sup>326</sup>. Do mesmo modo, no plano econômico iam no

---

<sup>323</sup> Conceito utilizado por: MOURA, Gerson. “A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>324</sup> MOURA, Gerson. “A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>325</sup> MOURA, Gerson. “A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>326</sup> “O valor estratégico da aliança que os Estados Unidos procuravam então estabelecer com seus vizinhos latino-americanos não residia, portanto, em sua contribuição ao conflito que o novo sistema de poder iria enfrentar. A aliança no caso tinha a ver com a própria constituição do sistema de poder; em outras A Revolução de 30 587 palavras, o sistema necessitava estabelecer mecanismos de controle do seu conjunto e de cada uma de suas unidades. Por isso, o papel específica atribuído às forças armadas latino-americanas seria o de manter a ordem interna em seus próprios países. Nesse sentido, o estabelecimento de alianças era crucial para o sistema de poder”. MOURA, Gerson. “A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. Págs. 586-587.

sentido da integração das economias latino-americanas aos esforços de guerra americano, e o monopólio no comércio de bens estratégicos no continente americano, como o minério de ferro e a borracha<sup>327</sup>. A solução brasileira foi realizar a aliança mediante a um processo de negociações no qual o Estado brasileiro procurou maximizar os ganhos políticos e econômicos que a aliança pudesse oferecer.

Na ata da quinta reunião do CSSN, datada de 10 de janeiro de 1942, Getúlio Vargas inicia falando do benefício da aliança com os EUA, defendendo que “lá adquirimos grande parte da matéria prima indispensável a nossa indústria”<sup>328</sup>. Apesar disto, percebe-se o incômodo pela demora no recebimento de material equipamento militar. O general Dutra assim expôs na reunião: “o nosso material é incontestável que deixa muito a desejar, impõe-se que seja melhorado a todo. Da Alemanha não mais é possível receber coisa alguma, dos estados unidos nada de útil temos recebido”<sup>329</sup>. Vargas, mais a frente demonstraria a confiança no recebimento das demandas militares.

O Brasil sempre foi fiel a política de colaboração americana, já desde antes das atuais contingências vem dispensando varias facilidades ao governo estadunidense. Os estados Unidos possuem assim a maior prova de nossa boa vontade. Prometeram satisfazer as necessidades de nossas Forças Armadas, mas não cumpriram ainda a promessa falará claro aos técnicos americanos das nossas necessidades, eles nos deverão atender. Através das informações do General Amaro Bittencourt e do Coronel Macedo Soares esta convencido que os americanos poderão satisfazer nossas necessidades. Sua capacidade industrial é tamanha que nossos pedidos desaparecem diante das cifras de sua produção. Se nesta conferencia não se chegar a resultados concretos, o Senhor Ministro da fazenda irá aos estados unidos pleitear e realizar os acordos indispensáveis a obtermos esses recursos.

A ata da sexta reunião do CSSN, datada de 11 de julho de 1944, inicia-se com a leitura da Carta recebida de Roosevelt por Getúlio Vargas.

É com grande prazer que acabo de ser informado da assinatura no Rio de Janeiro, pelos representantes do seu governo e pelo Embaixador Americano junto a V. Ex.<sup>a</sup> sobre o acordo de bases e aeroportos

---

<sup>327</sup> MOURA, Gerson. “A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>328</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL. Ata da Quinta Reunião, 1942.

<sup>329</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL. Ata da Quinta Reunião, 1942.

estratégicos e os favores recíprocos no Brasil e nos Estados Unidos estendem as aeronaves dos dois países. Desejo manifestar minha profunda satisfação pessoal pelo fato de que o Brasil e os Estados Unidos estão mais uma vez mostrando o caminho na cooperação útil. Apesar de o acordo ser entre Brasil e Estados Unidos os seus benefícios não serão limitados apenas aos dois países[...]<sup>330</sup>.

A carta, a qual Roosevelt parabeniza Vargas pela assinatura pelo acordo trata-se de um acordo militar oferecido pelo Embaixador Caffery para participação do Governo brasileiro, em uma base aérea “ou África Ocidental ou no Verde”, a qual Vargas aceitou sem problemas. Na mesma ocasião, o embaixador deixava clara a intencionalidade do governo estadunidense em manter alguma presença na base militar no nordeste. A Respeito dessa última, Vargas estava disposto a discutir, mas mantinha três condições básicas para a assinatura do acordo: “(1) a munição prometida deveria ser enviada sem mais delongas para o sul do Brasil; (2) o governo dos Estados Unidos tinha que oferecer ao Brasil os meios para construir as duas bases aéreas no Sul; e (3) a FEB tinha que ser enviada ao exterior”<sup>331</sup>. Consciente da importância estratégica das bases tentava outra vez a barganha para o fortalecimento material das Forças Armadas. O acordo acabou não acontecendo pela resistência dos militares do exército e da aeronáutica, os quais não viam o acordo benéfico ao país. Entendiam que o acordo dava o “direito” aos EUA de assentarem as suas forças de forma permanente no Brasil, sem nenhuma reciprocidade<sup>332</sup>.

Analisando as atas das reuniões do CSSN de 1934 a 1945, percebemos que perpassa pela agenda de segurança, questões ligadas à de infra-estrutura, política externa e economia relacionados ao tema de defesa nacional. Fica claro nas reuniões as demandas militares para equipar melhor as Forças Armadas, sobretudo para fazer frente a ameaça externa, principalmente no que se refere ao “cerco” Argentino. Significava com isso também o controle da estabilidade doméstica.

---

<sup>330</sup> CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL. Ata da Sexta Reunião, 1944.

<sup>331</sup> MOURA, Gerson. “A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. Pág. 147-148.

<sup>332</sup> MOURA, Gerson. “A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade”. *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

No período que antecedeu a guerra, nenhuma aliança seria formada. Buscava-se com a “equidistância pragmática” maior capacidade de atuação política-econômica do Estado em garantir os interesses da nação. Durante o período da guerra, a aliança com os Estados Unidos se estabeleceu diante das exigências de demandas do Estado Brasileiro principalmente, demandas de recursos necessários à defesa e a produção industrial. Não por acaso, criação da Companhia Vale do Rio Doce, contou com a colaboração estadunidense e inglesa. Obtida através do contexto de aproximação de Vargas com os Aliados. A incorporação da Itabira Iron à nova empresa deu-se pelo entendimento com o governo britânico.

Visto que a agenda de segurança do CSSN colocava a Argentina, como fulcro das preocupações estratégicas das Forças Armadas no continente, partiremos em nossa próxima seção procurar delinear como a preocupação com o rival estratégico no continente moldava a geopolítica nacional.

#### 3.4 O pêndulo geopolítico no continente

No contexto que delineamos nas seções anteriores, o pensamento geopolítico brasileiro ganharia corpo com a publicação do livro “Projeção Continental do Brasil”, do Capitão do Exército Brasileiro Mário Travassos. O livro foi publicado quase que concomitantemente a chegada de Vargas ao poder e ao aumento da participação dos militares na política na política Brasileira. Travassos tinha o objetivo de identificar as características geográficas do continente sul-americano e entender como os aspectos geográficos moldavam os processos políticos e econômicos na América do Sul. A partir disso, recomendaria como o Brasil deveria atuar geopoliticamente para garantir a proeminência do Estado Brasileiro frente ao seu rival estratégico, a Argentina, no controle do *heartland* sul-americano. Travassos indicava ainda, atuações geopolíticas para que o Brasil pudesse defender geopoliticamente de uma ameaça ainda maior, que apesar de estar mais distante geograficamente, deveria receber sua devida atenção. Travava-se dos Estados Unidos e sua influência a partir do Panamá.

O governo Vargas, principalmente de 1937 a 1945, aliou interesses estratégicos fundamentados por Travassos a uma política de ocupação territorial e integração regional do país às regiões norte e centro-oeste, sobretudo na Amazônica. O objetivo era de aliviar a vulnerabilidade brasileira na região e evitar

possíveis influências e intervenção estrangeira, principalmente por parte dos Estados Unidos.

Segundo Mello, a despeito de ter sido abordada em alguns aspectos na década de 1920, a geopolítica só passa a ser um objeto de estudo sistemático no Brasil a partir da década de 1930. Em 1931, portanto logo após a Revolução de 1930, o Capitão do Exército Mário Travassos publicaria seu livro: “Projeção Continental do Brasil”. A obra foi lançada no período em que ocorria a substituição das oligarquias pelo chamado “Estado de Compromisso” Varguista<sup>333</sup>. Mello chama a atenção para o fato de que esse contexto histórico foi marcado pelo aumento dos militares na política brasileira, impulsionada pelo pensamento revolucionário vitorioso e pela força que ganhou o movimento tenentista. Mário Travassos é considerado o “pai-fundador” do pensamento geopolítico brasileiro, uma vez que seu livro “Projeção Continental do Brasil” torna-se um marco para estudos da geopolítica no país<sup>334</sup>.

Travassos analisou a questão dos aspectos geográficos da América do Sul e o peso desses aspectos como condicionantes dos processos políticos e econômicos de maior escala na continente sul-americano<sup>335</sup>. Na visão de Travassos, além o continente sul-americano estar cercado por dois diferentes oceanos, a leste pelo Atlântico e a oeste pelo Pacífico, haveria um antagonismo entre as duas maiores bacias hidrográficas do continente – a do Amazonas ao norte e a do Prata ao Sul. O fato de existirem dois países “mediterrâneos”, Bolívia e Paraguai, justamente na região do antagonismo, criaria fenômenos geopolíticos com consequências continentais<sup>336</sup>.

Nesse sentido, podemos perceber que, para Travassos, o processo político e econômico que se desenrolava no continente sul-americano, perpassava por duas questões principais, ou por dois antagonismos: o Atlântico x Pacífico e o Amazonas x Prata.

---

<sup>333</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. Pág. 55.

<sup>334</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. Pág. 55..

<sup>335</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. Pág. 55..

<sup>336</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

No primeiro antagonismo identificado por Travassos, continha a vertente atlântica que possuía uma imensa superfície e com maior grau de dinamismo político e econômico. A vertente pacífica, por seu isolamento geográfico, continha o que Travassos chamava de “tendências estáticas”. Nesse ponto, Travassos deixaria evidente a sua percepção que a vertente atlântica exercia grande influência sobre a vertente pacífica.

Dado o entendimento de Travassos sobre os antagonismos existentes no continente sul-americano, volta atenção para a ligação ferroviária entre Buenos Aires e La Paz, desenvolvida pelo Estado argentino, e as consequências dessa ligação para a geopolítica do continente. Identificava-se o caráter expansionista ligação ferroviária, uma vez que ampliava os contatos da vertente atlântica com a vertente pacífica, ao mesmo tempo em que ligava Buenos Aires à Bolívia, região que Travassos considerava o “*heartland*” continente sul-americano. Ao falar de *heartland* na América do Sul, Travassos aplica a abordagem que Halford J. Mackinder utiliza ao descrever a Eurásia<sup>337</sup>, deixando clara a inspiração do primeiro para o desenvolvimento do seu pensamento geopolítico no Brasil. Nas palavras de Travassos:

O esquema que materializa o esforço ferroviário platino dá, por si mesmo, ideia do vulto econômico e político do sistema de comunicações do Prata. Não só deixa sentir, em toda sua expressão, o caráter concêntrico do sistema, como indica, desde logo, o grau de sua repercussão sobre as redes circunvizinhas<sup>338</sup>.

Nesse sentido se tornava essencial para os interesses geopolíticos do Brasil, barrar a tentativa expansionista argentina por meio de uma “projeção continental”. Isto deveria ser feito através da contraposição do eixo oeste-leste sobre o eixo norte-sul. A política deveria ser de imposição Amazônica e de neutralização da bacia da prata<sup>339</sup>. A comunicação ferroviária entre Buenos Aires e La Paz, dava a Argentina um papel de proeminência na balança de poder regional na América do

---

<sup>337</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

<sup>338</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Pág. 16.

<sup>339</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.



sul, pois colocava Bolívia e Paraguai como dependentes fluviais de Buenos Aires<sup>340</sup>. Isso se devia, a capacidade que a Argentina em projetar seu poder na Bacia do Prata e com isso atrair países mais fracos como Bolívia e Paraguai, por exemplo<sup>341</sup>.

O êxito da Argentina devia-se, em parte, pelo fato de o seu rio, o Rio da Prata, servir de escoamento e contato com os países vizinhos, afastados dos oceanos por conta da sua mediterraneidade<sup>342</sup>. Desse modo, a Argentina constrói a rede de comunicação ferroviária com o objetivo de ligar ao território argentino, Paraguai, Bolívia, Uruguai e Chile, em complemento ao transporte fluvial. Não havia dúvidas que a Argentina estava à frente em uma proeminência geopolítica no continente sul-americano.

Nesse contexto, Travassos coloca a Bolívia como região chave para a resolução dos dois antagonismos presentes no continente. Assim, o território boliviano era considerado o “centro geográfico” da América do Sul pela sua posição geográfica de proximidade com as Bacias do Amazonas e da Prata e pela sua capacidade de ligação com o sistema andino. Para o autor, o fato de a Bolívia ser o *heartland* sul-americano, colocava o país numa situação de instabilidade geopolítica que poderia ameaçar a paz no continente<sup>343</sup>. O equilíbrio de político sul-americano, perpassaria pelo domínio do triângulo “Cochabamba (influência andinas), Sucre (influências platinas) e Santa Cruz (influência amazônicas)”<sup>344</sup>.

O domínio do território boliviano era essencial para resolução do antagonismo Amazonas x Prata, em favor do Brasil ou da Argentina. Porém, o polo principal do triângulo estratégico seria Cochabamba, uma vez que essa região estava ligada ao mesmo tempo por meio de ferrovias aos portos no Chile, que dava acesso ao pacífico, e aos portos de Buenos Aires que dava acesso ao Atlântico<sup>345</sup>.

---

<sup>340</sup> HAGE, José Alexandre Altahyde. “Mario Travassos e a Geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos”. *Anais ABED-PB* 2012. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/31>. Acessado em 04 de abril de 2015.

<sup>341</sup> HAGE, José Alexandre Altahyde. “Mario Travassos e a Geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos”. *Anais ABED-PB* 2012. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/31>. Acessado em 04 de abril de 2015.

<sup>342</sup> HAGE, José Alexandre Altahyde. “Mario Travassos e a Geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos”. *Anais ABED-PB* 2012. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/31>. Acessado em 04 de abril de 2015.

<sup>343</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

<sup>344</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Pág. 76.

<sup>345</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

Dessa maneira, o povoamento na região do Mato Grosso era essencial para os objetivos geopolíticos do Brasil no Prata, pois umas das vulnerabilidades geopolíticas brasileira no início do séc. XX era justamente a pouca penetração do Estado nos territórios a oeste. O Brasil era um país que se povoava a partir do litoral.

Entendendo a importância estratégica da Bolívia no continente, a ocupação da região Centro Oeste tratava-se de mitigar as vulnerabilidades brasileiras na região, visto a contiguidade com o planalto Boliviano e com o Paraguai<sup>346</sup>. O Mato Grosso, sobretudo, era a principal área de manobra do *heartland* no continente sul-americano, em disputa por Brasil e Argentina. Caberia então como plano geopolítico primordial, a integração do território nacional, com comunicação e cooperação com a região centro oeste. Como salientava Travassos:

E é tal a importância da posição geográfica de Mato Grosso, que só a partir do momento em que a política nacional a tiver assimilado completamente começara Mato Grosso a representar o papel que lhe compete no cenário brasileiro e, por isto, no tablado continental<sup>347</sup>.

Conjuntamente, como a integração doméstica com a região do Mato Grosso, se deveria realizar projetos de infraestrutura que projetasse o Estado brasileiro no território boliviano, sobretudo para extrair ou mitigar a influência argentina na Região<sup>348</sup>.

Travassos apontou a urgência em construir uma malha ferroviária que ligasse a região sudeste a região centro oeste – Santos a Corumbá. Porém o intento não deveria ser reduzido apenas a ferrovias, mas rodovias e estradas de rodagem<sup>349</sup>. O fato é que, para Travassos, a ferrovia argentina, conferia ao país grande influência geopolítica na região do “*heartland*”, via conexão com Cochabamba. A solução

---

<sup>346</sup>HAGE, José Alexandre Altahyde. “Mario Travassos e a Geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos”. *Anais ABED-PB* 2012. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/31>. Acessado em 04 de abril de 2015.

<sup>347</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Pág. 148.

<sup>348</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Pág. 148.

<sup>349</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Pág. 148.

apresentada por Travassos era o deslocamento do triângulo estratégico de Cochabamba para Santa Cruz, com fronteira com Brasil<sup>350</sup>.

Do exposto resulta que se trata apenas de deslocar o centro de atração da região de Cochabamba para Santa Cruz, porque a atração exercida por Cochabamba é por assim dizer artificial, produto das facilidades de comunicação que tem desfrutado, ao passo que Santa Cruz, representa realmente o centro de gravidade da economia do planalto<sup>351</sup>.

Era necessário então, construir uma ferrovia que ligasse Santa Cruz aos rios Madeira-Mamoré, pois estes serviam de conexão entre a Bacia Amazônica e a região boliviana. Isto faria com que o sistema ferroviário argentino fosse neutralizado e colocaria a região do triângulo boliviano sob influência da Bacia Amazônica, tendo como passo seguinte a estabelecer conexão entre a Bacia Amazônica e a cordilheira dos Andes.

Quando as possibilidades carreadoras da Amazônia se verificarem a pleno rendimento e conjugadamente com as abertas andinas, excluindo-se apenas o Paso de Ospalata, as bocas do amazonas despejarão no Atlântico grande parte da riqueza ocidental do continente<sup>352</sup>

Desse modo, o controle do “triângulo estratégico” do *heartland*, por meio da ligação entre os rios Madeira–Mamoré e Santa Cruz, somado a conexão com a região andina, garantiria a influência brasileira na região no eixo oeste-leste e domínio no planalto central e na vertente pacífica<sup>353</sup>. Para isso, deveria-ser aumentar a atração de Santa Cruz para a bacia Amazônica, oferecendo saída atlântica para os produtos bolivianos, neutralizando com isso a atração dos portos argentinos e do Rio Paraguai, que dava acesso à Prata<sup>354</sup>. É importante salientar a preocupação de Travassos sobre a rivalidade política que se centralizava na região do “*heartland*” sul-americano. Para ele, o fato da região fazer parte dos interesses das duas nações mais importantes do continente, poderiam gerar consequências

---

<sup>350</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

<sup>351</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Pág. 65.

<sup>352</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. Pág. 77.

<sup>353</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

<sup>354</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

mais sérias para a estabilidade na região<sup>355</sup>. Ocorria certa instabilidade também no Uruguai, por conta do “dualismo” geográfico do país, visto a sua fronteira simultânea com Brasil e Argentina. Segundo Mello<sup>356</sup>, a própria criação do Uruguai como Estado tampão, instituído pela Inglaterra, revela a instabilidade política na região.

Esse “dualismo geográfico” do Uruguai dividia o país em zonas de influência da Argentina e do Brasil, que fazia com que o Uruguai oscilasse entre os dois países fronteiriços, gerando a necessidade de Brasil e Argentina de criarem “aspectos neutralizantes” dessas oscilações a fim de estabelecer o equilíbrio necessário à paz na América do Sul<sup>357</sup>. No mapa a seguir podemos observar o cenário geopolítico na América do Sul proposto por Travassos, com o triângulo estratégico do *heartland* boliviano sem saída para o mar e as regiões de influência estadunidense próxima ao canal do Panamá. Ao sul, o Uruguai como região de instabilidade devido a sua condição de “Estado Tampão”.



Fonte: GABRIEL, Pedro Henrique Luz. O Pensamento Geopolítico brasileiro no século XX: de Everardo Backheuser a Carlos Meira Matos. XII Ciclo de Estudos Estratégicos “O pensamento geopolítico brasileiro”, junho de 2013.

<sup>355</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

<sup>356</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997

<sup>357</sup> TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Pág. 95.

Pode-se dizer que estes eram os pressupostos fundamentais do entendimento do tabuleiro geopolítico da América do Sul, quando da Revolução que ascendeu Getúlio Vargas ao poder no Estado Brasileiro. Estes formulados teóricos ganhariam vida na prática, sobretudo após 1937, quando Vargas, por meio da nova Constituição centraliza os poderes do Estado sobre questões até que até então haviam recebido pouca atenção, como controle de recursos naturais, territórios e rios<sup>358</sup>.

Com a Constituição de 1937, o Estado brasileiro ganhava mais poder e centralizava o controle sobre recursos naturais e sobre os territórios até então de pouca ação estatal e que a partir dessa data seriam administrados diretamente sob o controle do Estado, como por exemplo, Amapá e Roraima<sup>359</sup>. Porém já em 1934 o Estado brasileiro, cria o Plano de Viação Nacional, visto com bons olhos por Travassos. Neste sentido, fica evidente que os planos de unidade política, desenvolvimento econômico e defesa, postos em prática após o Estado Novo, fazia parte de um plano estratégico que iria ao encontro com as propostas geopolíticas de Travassos<sup>360</sup>.

Com efeito, a política de integração regional do Estado Novo, se pautou na “marcha para o oeste” a partir de 1938. Desse desígnio estatal surge a Fundação Brasil Central, uma instituição criada pelo governo central com o objetivo criar infraestrutura de transporte para a região centro-oeste. Como marco desse movimento geopolítico brasileiro estava a criação da cidade de Goiânia que foi construída para ser a capital de Goiás<sup>361</sup>.

Em 1940 que Vargas passaria a dar atenção ativa na região norte do Brasil, em grande medida por conta do receio com a interferência estrangeira na

---

<sup>358</sup>HAGE, José Alexandre Altahyde. “Mario Travassos e a Geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos”. *Anais ABED-PB* 2012. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/31>. Acessado em 04 de abril de 2015.

<sup>359</sup>HAGE, José Alexandre Altahyde. “Mario Travassos e a Geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos”. *Anais ABED-PB* 2012. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/31>. Acessado em 04 de abril de 2015.

<sup>360</sup>VLACH, Vânia Rubia Farias. “Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros”. *Terra Brasilis*, 2012. Disponível em: <http://terrabilis.revues.org/359> ; DOI : 10.4000/terrabilis.359. Acessado em 23 jul de 2015.

<sup>361</sup>VLACH, Vânia Rubia Farias. “Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros”. *Terra Brasilis*, 2012. Disponível em: <http://terrabilis.revues.org/359> ; DOI : 10.4000/terrabilis.359. Acessado em 23 jul de 2015.

Amazônia<sup>362</sup>. Não só a Argentina fazia parte das preocupações geopolíticas de Travassos e do Estado brasileiro. A Expansão da influência política dos Estados Unidos iniciadas no Caribe e nas Antilhas se faria presente na América do Sul tendo como fato concreto o expansionismo americano no controle do canal do Panamá<sup>363</sup>.

Desse modo, Travassos alertava a incapacidade da Colômbia em conter a influência norte-americana. Não encontrando resistência na Colômbia, os Estados Unidos poderiam adentrar o continente sul-americano até a Bolívia e na própria Amazônia<sup>364</sup>. A presença estadunidense na América do Sul pôde ser sentida de fato na Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai entre 1932 a 1935, ocorrida pelas disputas de supostas jazidas de petróleo que existiriam naquele território. A guerra teria sido estimulada pelos Estados Unidos com o objetivo de desestabilizar a região e com isso ter acesso mais fácil ao petróleo que era interesse da família Rockefeller, dona de companhias petrolíferas como a *Standard Oil*. A Argentina, no episódio do Chaco, agiu contra o interesse dos Estados Unidos de liderar o processo de paz no conflito. Isto porque a Argentina fazia frente às tentativas dos EUA de se tornarem hegemônicos no continente por meio de políticas como a da “boa vizinhança” e com o pan-americanismo de Roosevelt<sup>365</sup>. A Argentina acabou por liderar as negociações de paz no conflito e o Brasil manteve uma postura discreta que, embora aconselhando os dois países beligerantes a encontrar soluções pacíficas para o conflito, não se colocava como efetivo mediador até 1935<sup>366</sup>. O motivo de o Brasil não ter intervindo com mais efetividade no Chaco, devia-se, talvez, ao fato de o início da guerra no entre Bolívia e Paraguai ter coincido com o início a guerra civil brasileira, com a revolta paulista de 1932, gerando grande esforço do governo Vargas nas questões domésticas. Em 1935, com a questão interna já resolvida, Vargas participa mais intensamente das negociações de paz para o conflito no

---

<sup>362</sup> JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. “De Vargas e Geisel: as Estratégias da Política Externa Brasileira para a Criação do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1940-1978)”. *Grupo de Estudos do Tempo Presente*. Disponível em: <<http://www.getempo.org/index.php/revistas/50-edicao-n-09-setembro-de-2012/artigos/>>. Acessado em: 25 jun de 2015.

<sup>363</sup> HAGE, José Alexandre Altahyde. “Mario Travassos e a Geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos”. *Anais ABED-PB 2012*. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/31>. Acessado em 04 de abril de 2015.

<sup>364</sup> HAGE, José Alexandre Altahyde. “Mario Travassos e a Geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos”. *Anais ABED-PB 2012*. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/31>. Acessado em 04 de abril de 2015.

<sup>365</sup> DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

<sup>366</sup> DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

Chaco, enviando uma comissão para as reuniões em Buenos Aires, em 1935, que levam ao armistício.

A partir de 1941, principalmente, a região norte do Brasil passa a ter atenção efetiva do governo brasileiro devido ao receio da influência dos Estados Unidos<sup>367</sup>. A estratégia de desenvolvimento para a região com a criação da “marcha para o oeste”, ainda em 1941, evidenciava a preocupação do governo Vargas com uma diretriz de integração territorial para o país, sobretudo da integração do sudeste com as outras regiões do Brasil<sup>368</sup>. Nesse ponto, a intervenção estatal na região se tornou evidente quando da criação de territórios federais em 1943: “Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Iguaçu e Ponta Porã”<sup>369</sup>.

Do mesmo modo, Vargas chamava a atenção para a importância e a capacidade de cooperação com os países da Bacia Amazônica. Para o então presidente do Brasil, as águas do Amazonas se caracterizavam como águas continentais e o fato das nascentes se originarem em vários países diferentes, seria o próprio signo de cooperação entre as nações que repartem a Bacia<sup>370</sup>.

Vargas procurava na verdade que a aproximação geográfica com os países que compunham a região da Bacia Amazônica se transformasse também numa aproximação política, por meio de desenvolvimento da Amazônia. Tratava-se de um projeto de cooperação técnica e econômica, nas áreas de transporte, navegação, tarifas, etc., sob a liderança brasileira. A “geopolítica da cooperação”, para Vargas, passava por dois fatores principais: a prevenção de atritos entre as nações vizinhas à região e a intenção de aumentar a capacidade de defesa da região contra o que

---

<sup>367</sup> JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. “De Vargas e Geisel: as Estratégias da Política Externa Brasileira para a Criação do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1940-1978)”. *Grupo de Estudos do Tempo Presente*. Disponível em: <<http://www.getempo.org/index.php/revistas/50-edicao-n-09-setembro-de-2012/artigos/>>. Acessado em: 25 jun de 2015.

<sup>368</sup> JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. “De Vargas e Geisel: as Estratégias da Política Externa Brasileira para a Criação do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1940-1978)”. *Grupo de Estudos do Tempo Presente*. Disponível em: <<http://www.getempo.org/index.php/revistas/50-edicao-n-09-setembro-de-2012/artigos/>>. Acessado em: 25 jun de 2015.

<sup>369</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “O Brasil de JK: A conquista do oeste”. *FGV:CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>>. Acessado em 15 de jul de 2015.

<sup>370</sup> JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. “De Vargas e Geisel: as Estratégias da Política Externa Brasileira para a Criação do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1940-1978)”. *Grupo de Estudos do Tempo Presente*. Disponível em: <<http://www.getempo.org/index.php/revistas/50-edicao-n-09-setembro-de-2012/artigos/>>. Acessado em: 25 jun de 2015.

chamava de “tentativa de absorção” por influência externa, sobretudo dos Estados Unidos<sup>371</sup>.

Quanto à região do Rio da Prata, a Segunda Guerra Mundial fortaleceu as relações comerciais entre Brasil e Argentina, tanto pela dificuldade do transporte marítimo em tempos de guerra quanto pela reconversão da economia europeia para os esforços de guerra, o que interrompeu a exportação de manufaturas<sup>372</sup>. Em 1940, os dois países assinam o Tratado de Comércio e Navegação que garantia liberdade de comércio e navegação no rio<sup>373</sup>. Segundo Doratioto, a diplomacia de Vargas para a região da Prata se daria de modo a garantir a estabilidade política regional, pautada na política de não intervenção em assuntos das nações vizinhas e a manutenção do entendimento e boas relações com a Argentina<sup>374</sup>.

A política de tolerância com a Argentina iria se manter durante o governo de Dutra, mas sofreria um revés no governo democrático de Vargas, a partir de 1951. Isso se deu por conta de, apesar das proximidades das políticas nacionalistas do presidente brasileiro e do então presidente da Argentina Juan Domingo Perón, a política de Vargas para a região do Prata era limitada pela pressão interna dos seus opositores, que viam os projetos de integração peronista como fator de ameaça aos planos político-econômicos e de defesa do Brasil. Para os opositores de Vargas, a proposta integracionista de Perón no Pacto ABC<sup>375</sup>, tratava-se de um instrumento de defesa dos interesses parque industrial argentino. Além disso, viam o enquadramento político do presidente argentino como um enfrentamento aos Estados Unidos por meio da implementação de uma república sindicalista<sup>376</sup>. O fato é que a dependência econômica e comercial do Brasil com os Estados Unidos, fortalecida, sobretudo durante o governo Dutra, fez com que Vargas evitasse a

---

<sup>371</sup> JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. “De Vargas e Geisel: as Estratégias da Política Externa Brasileira para a Criação do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1940-1978)”. *Grupo de Estudos do Tempo Presente*. Disponível em: <<http://www.getempo.org/index.php/revistas/50-edicao-n-09-setembro-de-2012/artigos/>>. Acessado em: 25 jun de 2015.

<sup>372</sup> DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

<sup>373</sup> DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

<sup>374</sup> DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

<sup>375</sup> O pacto ABC propunha uma união aduaneira entre Argentina, Brasil e Chile, com o objetivo de formar uma futura integração econômica par que os países pudessem formular estratégias de desenvolvimento sem se submeterem aos Estados Unidos. SANTOS, Raquel Paz dos Santos. “O impacto do projeto do pacto ABC nas relações Brasil-Argentina durante o segundo governo vargas”. *OPSI/S*, Catalão-GO, v. 14, n. Especial, p. 38-59, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/viewFile/29893/18231>>. Acessado em 23 de jul de 2015

<sup>376</sup> DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.



confrontação com seus opositores e seguisse uma “diplomacia de obstrução” às tentativas de integracionistas argentinas<sup>377</sup>.

Desta forma, o constrangimento da política externa de Vargas por conta dos interesses dos opositores do governo de uma aliança estratégica com os Estados Unidos em tempos de Guerra Fria, por sua vez, acabou por limitar a capacidade de atuação do Brasil no continente sul-americano para que uma integração mais efetiva com os países que compunham a Bacia do Prata, principalmente Argentina, pudesse se desenrolar em políticas econômicas e comerciais independentes dos desígnios norte-americanos.

Contudo, a formação, junto com o Chile, do Pacto ABC - que se pretendia uma alternativa ao alinhamento com os Estados Unidos -, foi um ingrediente a mais na fórmula que, misturando questões de política interna e internacional, agravou a crise política que levaria ao fim do governo, com o trágico ato de Vargas.

Desta forma, podemos concluir que o pensamento elaborado por Mário Travassos encontrou repercussão nas políticas desenvolvimentistas de Getúlio Vargas, sobretudo após 1937. É possível ver que houve implementação política dos formulados teóricos de Travassos principalmente na questão de povoamento e infraestrutura de transporte que levassem a uma integração territorial das regiões norte e centro-oeste com o sudeste brasileiro. A questão do Prata foi tratada por Vargas de maneira a tentar manter estabilidade na região com uma cooperação com a Argentina, porém qualquer projeto de integração para a região sob a liderança argentina não seria aceito, devido a importância estratégica da Bacia para os interesses geopolíticos brasileiros na região.

Em resumo, nesta seção buscamos delinear as relações com a centralização do Estado pós-1930 e sua relação com a própria modernização das Forças Armadas. Pudemos perceber que o período que segue a Revolução de 1930 coincide com a construção de um projeto que vai se tornando hegemônico dentro da Instituição militar, impondo repercussões nas políticas do Estado brasileiro sobre a sociedade civil. A Guerra Civil de 1932 e o movimento de 1935 criaram capacidade para a homogeneização de uma determinada corrente militar. Esta consolidaria sua posição com o movimento de 1937, que instauraria o Estado novo, alijando ao mesmo tempo os dissidentes militares como o próprio poder oligárquico do núcleo

---

<sup>377</sup> DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

decisório do Estado. Isto em, em última análise criaria a capacidade para uma política nacional de massas. Sobretudo, nos parece que a “doutrina de segurança nacional”, encontrou ressonância na sociedade civil, na qual a questão de “exército forte, nação forte”, estabelecia um projeto nacional na qual as massas seriam bases constituintes do projeto nacional. Para dar conta disso, o processo de industrialização atenderia essas duas demandas. Ao passo que cooptava as massas, a burguesia industrial atenderia as demandas das Forças Armadas, as quais buscamos delinear na seção sobre o Conselho Superior de Segurança Nacional. Ao mesmo tempo, a “doutrina de Segurança Nacional”, se desenhava concomitantemente a construção do pensamento geopolítico de Mário Travassos, o qual desenhava a Argentina como fulcro da “ameaça” à qual se encontrava o Brasil pós- Revolução.

## Conclusão

Ao longo desta reflexão buscamos mapear, analisar, refletir e evidenciar algumas relações que em nossa visão alargam o entendimento da formação do Estado-nação brasileiro, especialmente em correlação com a aproximação entre as Forças Armadas e a sociedade civil. Tal aproximação ocorre em dois momentos, primeiro com a criação de um “lugar-comum” no plano discursivo de militares notórios das Forças Armadas e de membros influentes da sociedade civil. Num segundo momento, existe aquilo que chamamos de “inserção das massas” no cálculo político do Estado - já no pós-30 - com as concepções presentes na Doutrina Góes e o governo Vargas, ambos gravitando em torno do nacionalismo autoritário. Para conseguirmos pontuar essas relações foi preciso fazer uma análise histórico-política de certos temas ao longo dos capítulos.

No primeiro capítulo, buscamos realizar um mapeamento histórico acerca das origens da formação do Estado na Europa e, conseqüentemente, revisando a formação do Estado nacional brasileiro em relação às disputas de poder na Europa entre-guerras, atentando especialmente para a inserção do Brasil no sistema interestatal capitalista. Ainda no neste capítulo, relacionamos a questão da industrialização incipiente - em moldes liberais - como derivada desta veiculação internacional do Brasil, sendo que podemos datar seu início na segunda metade do século XIX. Por último, o capítulo buscou complexificar os diferentes pontos abordados - construção dos Estados na Europa, inserção do Brasil e seu processo de industrialização - com a subordinação das Forças Armadas ao modelo de Estado-nacional.

No segundo capítulo, nosso objetivo foi mapear estudos que refletem sobre os diferentes conceitos de populismo latino-americano, visando compreender o desenvolvimento destes estudos e o que contribuem para o caso brasileiro. Na sequência, discutimos teses sobre o “Estado desenvolvimentista” aprofundando como diferentes autores entendem o diferenciamento do desenvolvimento dos Estados latino-americanos em comparação com às democracias nos EUA e Europa. Isto posto, analisamos as teses de autores da “teoria da dependência”, focalizando de que forma essa teoria dialoga com a questão da inserção das massas, que é nosso analisador diferenciado. Por último, buscamos analisar as chamadas “teses compromissistas” que refutam as inserções das massas como um interesse da

classe dominante, e sim como um efeito da força preeminente das Forças Armadas no “Estado de compromisso” pós-1930.

No terceiro e último capítulo, buscamos analisar especialmente o processo pelo qual foi sedimentada a hegemonia dentro das Forças Armadas em torno do general Góes Monteiro, especialmente pela aproximação de membros notórios do Exército em sintonia com representantes da sociedade civil. Tal aproximação é rica por nos permitir refletir de que forma estes dois setores - aparentemente afastados - estaria criando um “lugar comum” no plano discursivo que seria essencial para consolidar a posição de poder do Exército dentro do governo Vargas. Nossa maior questão é atentar para o fato de que esse “lugar comum” teria funcionado com condição de possibilidade para aproximar as Forças Armadas (centralizadas especialmente no Ministro da Guerra, Góes Monteiro) e o governo de Vargas por meio do discurso nacionalista e autoritário. Tal discurso - desdobramento da Doutrina Góes - possibilitou tanto o abafamento das classes oligárquicas que ainda defendiam o liberalismo como modelo de governo quanto a solidificação da posição das Forças Armadas como importantes direcionadores da política do estado-nação, por meio da inserção das massas com a ideia de *Segurança Nacional*. Ainda neste capítulo, analisamos as demandas militares para dar corpo a esse posicionamento fruto da inserção das massas ao nos debruçarmos sobre os documentos do Conselho Superior de Segurança Nacional, objetivando a relação entre as demandas militares e o que viemos a chamar de “cerco argentino”. Para concluir o capítulo, analisar de que forma todos os fatores apontados anteriormente servem para elaborar uma dada configuração no plano geopolítico do continente, especialmente a inserção do Brasil pós-1930 no sistema interestatal capitalista.

Nesse sentido, o que buscamos demonstrar nesse trabalho foi que o arranque do processo desenvolvimentista via industrialização e centralização do Estado, não pode ser considerado apenas de modo conjuntural. Se o processo de industrialização iniciada no período dependeu da “ação política” da burocracia civil e militar, via centralização do Estado, esta estava por sua vez inserida no processo mundial de crise do liberalismo que havia ditado o modelo de Estado brasileiro até as primeiras décadas do século XX. A partir da crise desse modelo, criou-se a “pressão para dentro”, a qual seria respondida por meio de três fatores: alijamento da oligarquia hegemônica do processo decisório do Estado, estabelecimento de uma política social de massas e, essas duas últimas, estariam ligadas com o processo de

industrialização que garantisse às demandas das Forças Armadas e do próprio projeto de Estado, como modo de diferenciação do “Estado oligárquico”.

A partir daí, o Estado como árbitro da “aliança”, garante sua existência ao inserir as massas no cálculo político, ao mesmo tempo em que atende as demandas do outro pilar do “compromisso”, as Forças Armadas. A junção desses fatores deu capacidade para a construção da “ação política” da instituição militar, que via a construção da nação correlacionada à própria modernização do Exército. A inclusão das massas e o alijamento da oligarquia hegemônica “liberou” a cúpula militar para desempenhar o papel de reconstrutor da nação, tendo na preparação para a guerra como fator determinante tal reconstrução. Como consequência, a reconstrução nacional pela “ação política” do Exército, dependia da estabilidade interna e rompimento das vulnerabilidades materiais e política herdadas da colonização portuguesa. A melhor maneira que a cúpula militar, que se torna hegemônica no período, via como modo de enfrentamento desse desafio, seria de modo a envolver todos os setores da sociedade na modernização do Estado e da instituição militar, com a retórica da preparação para a guerra, o que daria a tônica da reconstrução nacional.

A resposta aos desafios internos e externos seria buscar nas massas o “lugar comum” dos discursos militares, que via na fragmentação interna e nas pressões externas como fator de ameaça ao projeto nacional que iria se desenhando principalmente depois de 1932. A consequência seria a redefinição das bases nas quais estavam assentadas as bases de percepção de *Segurança Nacional*, que passam a ser, concomitantemente, o regionalismo, o rival estratégico no continente e as potências imperialistas.

Desse modo, a solução para estas imposições de ameaças seria aliança nacional entorno força social industrialista, de modelo populista, posta em prática pela burocracia civil e militar direcionando a reconstrução nacional pelo viés da preparação para a guerra que garantisse a ordem interna, reconstruindo o a nação pelo viés geopolítico, inserindo as massas no projeto industrializante-estratégico, ao mesmo tempo em que se modernizava e centralizava a máquina estatal.

No período em que nos propusemos analisar, foi possível perceber que ao mesmo em tempo que Getúlio Vargas dava o direcionamento de “interesse de Estado” às aspirações do povo, não romperia com o poder ligado à posse da terra, mas sim tendo a oligarquia não-exportadora como uma das bases da Aliança. No

entanto, práticas adotadas pelo governo como desenvolvimento econômico social e político do país teriam o intuito de romper com a sociedade tradicional da República Velha e criar condições em que o Estado desse uma abertura maior para que houvesse a “nacionalização das decisões”<sup>378</sup>, comandada pelo viés estratégico dos militares.

Temos como hipótese para continuação desta pesquisa que o modelo implantado encontraria seus limites no pós- Segunda Guerra com o reordenamento externo e, que, por conseguinte desenharia o constrangimento do projeto nacional iniciado em 1930. Além disso, nos anos que seguiram o próprio processo de industrialização e desenvolvimento levaram a certa democratização das relações políticas e sociais. A expansão da inserção das massas, no sistema educacional e a conquista de direitos civis, ao mesmo tempo em que legitimavam o Estado Vargasista, levariam à transformações político-econômicas que limitariam o processo iniciado em 1930 devido, sobretudo, ao atrelamento com os EUA no novo cenário internacional de Guerra Fria.

---

<sup>378</sup> IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Pág. 56.

## Referências bibliográficas

### Livros

AYOOB, Mohammed. *The third world security predicament: state making, regional conflict and the international system*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

BARRETO, Helena Salles Motta. *Crise e Reforma do Estado Brasileiro*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

BASTOS, Humberto. *Rui, Ministro da Independência Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Visconde de Cairu; vida e obra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000.

BIELSCHOWSKY, R. *O pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a sedução da objetividade*. UNESP: São Paulo, 2005.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico*, 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CERVO Amado Luiz ; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade; o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. São Paulo, Saraiva, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina. "A era Vargas". São Paulo: Moderna, 1997. In: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 21-89.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: FIESP, 1939.

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

DUSSEL, Enrique. *Cinco tesis sobre el "populismo"*. UAM-Iztapalapa, México, 2007.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2ª edição. Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FERNANDES, Daniel Costa. *A política externa da Inglaterra: análise histórica e orientações perenes*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FERNANDES, Heloísa. "A revolução de 30" In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980, Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1983.

FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FIORI, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

FIORI, José Luís. *O Voo da Coruja. Para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2013.



FLECK, Eliane Cristina Deckmann (orgs.). *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2008.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas*. Edições Símbolos, SP, 1977.

GERMANI, Gino. *Sociologia da Modernização*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974. (A Primeira publicação em castelhano data de 1969).

GODECHOT, Jacques. *Europa e América no tempo de Napoleão*. São Paulo: Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

GOMES, Angela de Castro. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito". In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *El Estado capitalista em la época de Cárdenas*. México: Ediciones Era, 1991.

KENNEDY, Paul . *The Rise and Fall of Great Power*. London:Fontana, 1989.

KISSINGER, Henry. *Ordem mundial* [recurso eletrônico] / tradução Cláudio Figueiredo. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Objetiva, 2015.

LACLAU, Ernest. *La razón populista*. 1ª ed. 6ª reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LEIRNER, P.C. *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp. 1997.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

MACANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

\_\_\_\_\_. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo: Contexto, 2001.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 197

MARINI, Ruy Mauro. *Sous-développement et révolution en Amérique Latine*. François Maspero: Paris, 1972.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 199

MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 198

MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Rio de Janeiro: Odersen Editores, 1934.

MORAES, João Quartim. *A Esquerda Militar no Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo: Siciliano, 1991.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.

\_\_\_\_\_. *Relações exteriores do Brasil : 1939-1915 : mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.

ORTIZ MENA, A. *El desarrollo estabilizador: reflexiones sobre una época*. México: fce, 2000.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999

PICANÇO, Francisco. *Estradas de Ferro. Vários Estudos*. Rio de Janeiro, 1887.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. São paulo: Editora Paz e Terra, 1975.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000

PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. *Uma História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANTÍN, O. *The Political Economy of México's Financial Reform*. Ashgate, 2001.

SCHULZ, J. "O Exército e o Império". In: Hollanda, S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel, 1971. Pág. 52.

SILVA, José Luiz Werneck da; GONÇALVES, Willians. *Relações exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

\_\_\_\_\_. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TREVISAN, Leonardo. *O Pensamento Militar Brasileiro*. Digitalização: Néson Jahr Garcia. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores, 2005. Disponível em: [www.jahr.org](http://www.jahr.org).

VIANNA, Weneck Luiz. *Liberalismo e Sinidicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VILLELA, A.; SUSIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Ana lúcia Danilevicz. *História mundial contemporânea (1776-1991) Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética*. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2012.

WORSLEY, Peter. *O conceito de populismo*. In: TABAK, F. (org.). *Ideologias – populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

### **Capítulos de livros**

ARDITI, B. "Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics". In: PANIZZA, F. (Ed.). *Populism and the mirror of democracy*. London: Verso, 2005. p. 73-104.

BOTELHO, Tarcísio R; PAIVA, Clotilde Andrade; CASTRO, José Flávio Morais. "Políticas de população no Período Joanino". In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann (orgs.). *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. "O Estado Novo: o que trouxe de novo?" In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs). *O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. "Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)". In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

DI TELLA, T. "Populism and Reform in Latin America". In: VELIZ, C. *Obstacles to change in Latin America*. London: Oxford Press University, 1965.

FAUSTO, Boris. "O Estado Novo no contexto internacional". In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HILTON, Stanley. "A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação". In: \_\_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

POLANYI, Karl. "Os anos de 1930: as incertezas do regime". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs). *O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SCHULZ, J. "O Exército e o Império. In: Holanda" In: S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel, 1971.

WORSLEY, Peter. "O conceito de populismo". In: TABAK, Fanny. (org.). *Ideologias – populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

## Artigos

ARDITI, B. "Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics". In: PANIZZA, F. (Ed.). *Populism and the mirror of democracy*. London: Verso, 2005. p. 73-104.

BARBOSA, Ruy. "Relatório do Ministro da Fazenda". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, volume XVIII, tomo III, 1891: 129. Disponível em : <<http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>>. Acessado em 28 de set de 2015.

CAMPOS, Edmundo. "Debatedor do paper: A política das Forças Armadas". *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de*

*História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CANOVAN, Margaret. 1999. "Trust the people! Populism and the two faces of democracy". *Political Studies* XLVII: 2-16.

CARVALHO, Estevão Leitão de. Dever militar e política partidária. Companhia Editora Nacional, 1959, p. 34.) disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000146&pid=S0034-7590198300020000100004&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000146&pid=S0034-7590198300020000100004&lng=en). Acessado em 13 de ago de 2016.

DUSSEL, Enrique. "Cinco tesis sobre el "populismo"" .*UAM-Iztapalapa*, México, 2007.

FIORI, José Luís. "Nacionalismo e desenvolvimento econômico". *Carta Maior* - 03/07/2012. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Nacionalismo-e-desenvolvimento-economico-l-/26816>>. Acessado em 23 de ago de 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A gênese regional da revolução de 30*. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/REVOL\\_30-REE.pdf](http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/REVOL_30-REE.pdf)> .Acessado o em 23 janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. "*La formación histórica del desarrollismo en Brasil*". Versão modificada de artigo apresentado no IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico, realizado em Lisboa, Portugal, em 09/02/2005. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/707Dutra.pdf>>. Acessado em 13 de agosto de 2016. Pág. 04.

FORTES, Alexandre. *O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano*. O presente artigo foi elaborado com base no projeto: "Revendo a relação entre movimento operário e Estado na América Latina: O Sindicalismo Classista no México, Argentina e Brasil", que conta com financiamento da Faperj (Programa Primeiros Projetos) e do CNPq (Edital de Ciências Humanas – 2006). O projeto vincula-se ao grupo de pesquisa "Relações de Poder, Trabalho e Movimentos Sociais. <Disponível em : <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/45.pd>>. Acessado em 14 de agosto de 2016.

FACÓ, Rui. *Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1960.

FIORI, José Luís. "Blowblack", 07 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2002/11/blowblack/>>. Acessado em : 10 de set de 2016.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. "A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo". *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 1983.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz. O Pensamento Geopolítico brasileiro no século XX: de Everardo Backheuser a Carlos Meira Matos. XII Ciclo de Estudos Estratégicos "O pensamento geopolítico brasileiro, junho de 2013. Disponível em <<http://www.eceme.ensino.eb.br/ciclodeestudosestrategicos/2013/dmdocuments/O%>

20Pensamento%20Geopolitico%20Brasileiro%20no%20Seculo%20XX.pdf>. Acessado em 21 de julho de 2015.

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de. "A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército". Rio de Janeiro, Andersen, s.d. p. 163. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000158&pid=S0034-7590198300020000100012&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000158&pid=S0034-7590198300020000100012&lng=en). Acessado em: 21 de jun de 2016.

HAGE, José Alexandre Altahyde. "Mario Travassos e a Geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupações com Imperialismos". *Anais ABED-PB* 2012. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/31>. Acessado em 04 de abril de 2015.

HERMET, Guy. "El populismo como concepto". *Revista de Ciencia Política* XXIII, 1: 5-18, 2003.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. "De Vargas e Geisel: as Estratégias da Política Externa Brasileira para a Criação do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1940-1978)". *Grupo de Estudos do Tempo Presente*. Disponível em: <<http://www.getempo.org/index.php/revistas/50-edicao-n-09-setembro-de-2012/artigos/>>. Acessado em: 25 jun de 2015.

JUNIOR, Dianari Inácio de Moraes. "General Góes Monteiro e a Reordenação da Defesa Nacional". Texto apresentado no V Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em história PUC / UnB / UFG. Goiânia, setembro de 2012. Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Dianari\\_In%C3%A1cio\\_de\\_Morais\\_Junior.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Dianari_In%C3%A1cio_de_Morais_Junior.pdf). Acesso em 29/08/17.

LESSA, Carlos. "Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira". *ESTUDOS AVANÇADOS* 22, número 62, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10331/12005>>. Acessado em : 18 de agosto de 2016.

MACKINDER, Harold. "O Pivô Geográfico da História". Tradução de Thiago Alberto Coloda e Bruna de Andrade. *Revista de Geopolítica*, (2), 2012.

METRI, Maurício. *O Processo Histórico De Internacionalização Da Libra Esterlina*. Disponível em: <<http://www.poderglobal.net/o-processo-de-internacionalizacao-da-libra-esterlina/>>. Acessado em: 27 de setembro de 2015.

MOURA, Gerson. "A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade". *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. "Autoritarismo e Militares: uma análise da revista A Defesa Nacional na década de 1930". Texto apresentado no XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "O Brasil de JK: A conquista do oeste". *FGV:CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>>. Acessado em 15 de jul de 2015.

ORTEGA, M. A. H. (2012). "Breve historia de la banca de desarrollo mexicana". *Análisis Económico*, n. 65, v. xxVII, p. 171-206. Azcapotzalco, Ciudad de México, Distrito Federal. 2012.

PERISSINOTTO et al. "Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970)". *Rev. Econ. Polit.* vol.34, no.3 São Paulo jul./set. 2014.

PINTO, Sérgio Murilo. "A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo" *In: Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acessado em 28/08/17.

PRESTES, Anita Leocadia. "Anos 1930 no Brasil: a formação de uma burocracia civil e militar em crescente conflito com as oligarquias agrárias." *Rev. Eletr. Hist. Brasil*, Juiz de fora, UFJF, v. 3. N. 1, jan/jul 1999. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/rehb/files/2010/05/v3-n1-1999.pdf>>. Acesso em 28/08/17.

RATZEL, Friedrich. "Lei do Crescimento Espacial dos Estados". *Ratzel. Col. Grandes Cientistas Sociais*, Vol. 59. São Paulo: Ática, 1991.

ROUQUIÉ, Alain. "Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945). Algumas reflexões para um estudo comparativo". *Seminário sobre a Revolução de 30, organizado pelo CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro, 22 a 25 set. 1980. mimeogr. p. 07.

VILAS, Carlos. "El populismo latinoamericano: un enfoque estructural". *Revista Desarrollo Económico*, 111, 28, 1988.. Págs. 323-352.

SANTOS, Raquel Paz dos Santos. "O impacto do projeto do pacto ABC nas relações Brasil-Argentina durante o segundo governo vargas". *OPSI/S*, Catalão-GO, v. 14, n. Especial, p. 38-59, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/viewFile/29893/18231>>. Acessado em 23 de jul de 2015.

SILVER, B. J. e ARRIGHI, G. (2014). "O duplo movimento" de Polanyi: comparação da hegemonia da belle époque britânica e estadunidense. *Emetropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 16. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=841:revista-e-metropolis-%7C-o-duplo-movimento-de-polanyi&Itemid=181&lang=pt](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=841:revista-e-metropolis-%7C-o-duplo-movimento-de-polanyi&Itemid=181&lang=pt)> . Acessado em: 18 de outubro de 2015.

STREFLING, Sérgio Ricardo. "A disputa entre o papa Bonifácio VIII e o rei Filipe IV no final do século XIII". *Revista Teocomunicação*: Porto Alegre v. 37 n. 158 p. 525-536 dez. 2007. Disponível em:

<revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/download/2732/2081>.  
Acessado em 22 de jan. de 2016.

VLACH, Vânia Rubia Farias. “Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros”. *Terra Brasilis*, 2012. Disponível em: <http://terra-brasilis.revues.org/359> ; DOI : 10.4000/terra-brasilis.359. Acessado em 23 jul de 2015.

### Dissertações e teses

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo historiografia e movimento operário*. Tese doutorado. Departamento de história: UFF, 2012.

SILVA, Luiz Carlos Tomaz. *A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em : <[http://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao\\_cientifica/dissertacoes/moj-luiz-carlos-tomaz-silva-2012.pdf](http://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao_cientifica/dissertacoes/moj-luiz-carlos-tomaz-silva-2012.pdf)>. Acessado em: 23 de outubro de 2016.

VIEIRA, Ricardo Zortéa. *Lembra-vos da guerra. Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964)*. Dissertação de Mestrado. PEPI-IE, UFRJ, 2013.

### Vídeos

SAUS, Javier Bonilla. “Revisitando "Cities and States" de Charles Tilly: sobre as origens do Estado Moderno”. *Seminário de Discussão Teórica*: Universidade ORT Uruguai, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jlioVkvbXv8&spfreload=10>>. Acessado em: 22 de ago. de 2016.

### Documentos

ARQUIVO NACIONAL, Fundo Góes Monteiro, microfilme, notação SA 185-12- 1. Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, p. 583-592.

ARQUIVO NACIONAL, Fundo Góes Monteiro, microfilme 046-97, notação SA 185. Documento Nr 491, do Gabinete do Ministro da Guerra, de 21 de setembro de 1934, p. 579-581.

*A DEFESA NACIONAL*. Ano 1, No 1, Outubro de 1913. Editorial, p. 1.

CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL. Ata da Primeira Reunião, 1934. Disponível no site do Arquivo Nacional: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>.

Vv v v



\_\_\_\_\_. Ata da Segunda Reunião, 1935. Disponível no site do Arquivo Nacional:  
<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>.

\_\_\_\_\_. Ata da Terceira Reunião, 1937. Disponível no site do Arquivo Nacional:  
<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>.

\_\_\_\_\_. Ata da Quarta Reunião, 1939. Disponível no site do Arquivo Nacional:  
<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>.

\_\_\_\_\_. Ata da Quinta Reunião, 1942. Disponível no site do Arquivo Nacional:  
<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>.

DECRETO Nº 1.575, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1906. Disponível em :  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1575-6-dezembro-1906-583090-publicacaooriginal-105913-pl.html>>. Acessado em: 15 de julho de 2016.

VARGAS, Getúlio. A-NOVA POLÍTICA DO BRASIL III A Realidade Nacional em 1933 Retrospecto das realizações do Governo, em 1934. Biblioteca da Presidência da República: Editora José Olympio. Disponível em: ~;<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-iii/view>>. Acessado em 29 de dezembro ' De 2016.